

ANTONIO PAIM

**A ESCOLA CIENTIFICISTA
BRASILEIRA**

Estudos complementares à **História das Idéias Filosóficas no Brasil**

Volume VI

2002

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO.....	3
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO.....	3
I. A COMPONENTE POLÍTICA DO POSITIVISMO.....	5
1. Doutrina inspiradora que chegou ao poder.....	5
2. Introdução à reedição de <i>O Rio Grande do Sul e suas instituições governamentais</i> (1925), de Raimundo de Monte Arraes.....	8
3. Borges de Medeiros e a Constituição de 1934	19
4. O castilhismo, o Estado Novo e o trabalhismo	24
5. Contexto doutrinário da Carta de 1937.....	26
II. OS RUMOS SEGUIDOS PELA IGREJA POSITIVISTA.....	29
1. Rastreamento das publicações do Apostolado.....	29
2. Catálogo das publicações do Apostolado Positivista do Brasil (1932)	31
a) Pronunciamentos sobre eventos.....	31
b) Matéria doutrinária.....	51
c) Religião da Humanidade.....	56
d) História do movimento positivista	57
3. A moral positivista.....	60
a) A versão ortodoxa.....	61
b) A contribuição do Apostolado	63
c) Avaliação crítica.....	64
III. OS PARCOS RESULTADOS DA VERSÃO POSITIVISTA (CIENFIFICISTA) DO MARXISMO.....	66
1. A versão brasileira do marxismo ortodoxo: Nelson Werneck Sodré	66
a) Introdução.....	66
b) O pseudo-enciclopedismo e sua motivação.....	67
c) A complexidade da obra de Azeredo Coutinho e as simplificações de Nelson Werneck Sodré	72
d)Indicações biobibliográficas sobre o autor criticado.....	76
2. A exacerbação da vulgata: Carlos Guilherme Mota.....	77
3. O marxismo de José Arthur Giannotti ou "o discurso da confusão voluntária"	80
a) Onde residiria a perenidade de <i>O Capital</i>	81
b) Sobreviveria a economia política?.....	84
c) A significação filosófica do marxismo.....	86
d) Discurso da confusão voluntária.....	87
4. Os frágeis fundamentos da sociologia de Florestan Fernandes.....	89
5. De onde provém a tese da escola achar-se a serviço da ideologia -- o equívoco de Pedro Demo.....	91
a) A teoria do conhecimento de Pedro Demo.....	91
b) A questão da pobreza.....	93
c) A proposta para a Universidade	95

d) De onde provém a tese da escola a serviço de ideologias.....96

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO

A única alteração efetivada nesta segunda edição consiste na substituição do texto acerca do livro de Borges de Medeiros --*O Poder Moderador na República Presidencial*. Tive oportunidade de dedicar-lhe uma análise mais circunstanciada, para atender ao convite, de Walter Costa Porto, de incumbir-me do *Prefácio* da reedição que iria promover. Como o critério de elaboração destes *Estudos Complementares* consistia, precisamente, em inserir em livro textos publicados que contribuíssem para a melhor compreensão do tema considerado, pareceu-me que a substituição em causa enquadrar-se-ia nessa diretriz.

Brasília, setembro de 2007.

A. P.

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Embora segmentos do cientificismo continuem presentes à Filosofia Brasileira Contemporânea – a exemplo da versão positivista do marxismo e do próprio positivismo – decidi incluí-los neste volume dos Estudos Complementares à *História das Idéias Filosóficas no Brasil, ao invés de fazê-lo no seguinte*. Eis os meus argumentos em favor desta opção: 1º) a Filosofia Contemporânea caracteriza-se justamente pelo empenho (bem sucedido) de superar a interdição positivista quanto à meditação filosófica, já que esta tornava-se inteiramente caudatária da ciência; e, 2º) ainda que o cientificismo haja sobrevivido, especialmente na França, trata-se de movimento tipicamente oitocentista.

No caso brasileiro, o cientificismo é uma herança portuguesa. Pombal é que o introduziu na cultura de nossos ancestrais. No Brasil independente, radicou-se na Real Academia Militar, do Rio de Janeiro. Foi por intermédio dessa instituição que recebemos a Comte. Primeiro como matemático e depois como reformador social. Essa gente é que instaurou a República e dominou o sistema de ensino mais ou menos até os anos vinte do passado século.

Trata-se, portanto, de uma das mais velhas tradições do país.

Tendo caracterizado, na *História das Idéias Filosóficas no Brasil* os grandes ciclos do cientificismo,⁽¹⁾ devo limitar-me, nesta oportunidade, aos esclarecimentos adicionais que seria oportuno referir.

Acerca da conceituação do movimento cientificista, que tomei por base para a análise, devida a Joseph Ben David (1920/1986), quero registrar o aparecimento da tradução francesa de seus principais ensaios – *Éléments d'une sociologie historique des sciences*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997 –, enriquecida por uma análise bastante completa de sua vida e obra, da autoria de Gad Freudenthal, para quem "a orientação de Ben David no sentido da sociologia das ciências não deve ser considerada como uma escolha mais ou menos

acidental de uma especialidade universitária ... (mas) de uma visão geral da sociedade moderna."

Optei por transcrever alguns artigos em que procurei situar o sentido geral da presença política do positivismo ao longo da República. Dispomos hoje de uma caracterização ampla e completa do castilhismo, devida a Ricardo Vélez Rodríguez, justamente a sua principal manifestação. Num desses textos o que procuro é bem fixar a sua situação singular de confinamento inicial no Rio Grande do Sul sem que isto impedisse que a prática autoritária da República Velha se inspirasse no positivismo. Acrescento também um detalhe expressivo daquela prática castilhistas, quando Borges de Medeiros encomendou a Raimundo de Monte Arraes uma nova doutrina do governo republicano. Acontece que tanto Castilhos como Borges haviam insistido em que a principal diferença da República em relação à monarquia consistia na *alternância do governante no poder*, que desapareceu sob Borges, sucessivamente reeleito. Outra circunstância que tem escapado aos estudiosos é o posicionamento do mesmo Borges de Medeiros quando Vargas o confinou para ter as mãos livres. Vargas subira na política sob o manto protetor de Borges de Medeiros e era perfeitamente natural que este último achasse que o posto principal, quando afinal lograram apossar-se do poder no plano nacional, deveria pertencer-lhe. Quando do centenário de Vargas houve um empenho em desvinculá-lo das raízes castilhistas. Os argumentos que utilizei para reafirmá-las pareceram-me que mereceriam figurar em livro, razão pela qual transcrevo o artigo em causa. Finalmente, o último artigo trata do contexto doutrinário da Carta de 37.

Segue-se a transcrição do Catálogo das publicações da Igreja Positivista. Mereceriam certamente uma análise sistemática, o que não tive condições de efetivar. Contudo, entendo que o seu registro precisaria ser fixado, levando em conta que a preservação desse tipo de acervo certamente não constitui o nossa forte. Buscando nelas encontrar um direcionamento geral, avanço a hipótese de que, crescentemente incompatibilizada com a República, a Igreja desinteressou-se progressivamente da temática política e buscou efetivar uma espécie de magistério moral, no que teve algum sucesso. Nessa convicção, procedo também à caracterização e à avaliação da moral positivista.

Na terceira parte do livro, procuro apresentar alguns exemplos concretos da verdadeira esterilização da consciência que resulta da tentativa de valer-se da interpretação positivista do marxismo para considerar aspectos de nossa realidade.

Rio de Janeiro, julho de 2002.

A. P.

I. A COMPONENTE POLÍTICA DO POSITIVISMO

1. Doutrina inspiradora que chegou ao poder.⁽¹⁾

Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), principal apóstolo da Igreja Positivista depois de Miguel Lemos (1854-1917), teria oportunidade de escrever que da insurreição de 15 de novembro de 1889 “só soubemos após a sua realização” (*Resumo cronológico da evolução do positivismo no Brasil*). Apesar disto, a República viria a ser considerada como autêntico fenômeno positivista. Não seria esta uma conclusão exagerada? Não se estariam tomando como referência apenas eventos circunstanciais, como a inserção do lema comteano – Ordem e Progresso – na bandeira nacional?

É de todo legítimo dizer-se que a República Brasileira é um fenômeno positivista na medida em que tomemos aquela doutrina não apenas na versão do seu fundador, mas na singular expressão que assumiria em nossa terra. O positivismo brasileiro tornou-se o desdobramento natural da tradição cientificista iniciada sob Pombal. Mais que isto: transformou-se no fundamento doutrinário do autoritarismo republicano e paulatinamente enquadrou o marxismo a partir de 1930. Encarado com essa amplitude, tem uma posição marcante em nossa cultura há cerca de dois séculos. Pode ser denominado de mentalidade (conjunto de disposições intelectuais, hábitos do espírito e crenças fundamentais de um indivíduo, na definição de Lalande) amplamente difundida, para usar a expressiva imagem sugerida pelo eminente mestre paulista Roque Spencer Maciel de Barros.

O processo de estruturação dessa mentalidade positivista apresenta alguns momentos marcantes, que apresento esquematicamente para caracterizá-los adiante: 1) Adesão da elite técnica, sob o Império, a alguns postulados de Augusto Comte; 2) Derrota do Apostolado Positivista no período inicial da República; 3) Formulação teórica do castilhismo, que acaba galvanizando a elite política na República Velha; 4) Reelaboração do castilhismo sob Vargas; e 5) Aparecimento da versão positivista do marxismo.

O primeiro contato com a obra de Comte deu-se através da Matemática na futura Escola Politécnica, nos meados do século. A Escola fora criada pelo Conde de Linhares, em 1810, com a denominação de Real Academia Militar, no mesmo local em que permaneceu até recentemente. O ensino militar tornar-se-ia sucessivamente autônomo. A Escola preservou o ambiente de culto à ciência resultante da Reforma Pombalina de 1772, inculcado pelo Conde de Linhares, que se considerava herdeiro e continuador de Pombal.

No momento pombalino reverenciava-se sobretudo a filosofia natural, como então se intitulavam as ciências, e em torno da faculdade assim denominada passou a gravitar a Universidade de Coimbra. Ao mesmo tempo, na pregação do próprio Pombal já se insinuava a possibilidade da política e da moral científicas, por ele batizadas de “economia do Estado e aritmética política”. De sorte que foi a defesa expressa dessa possibilidade, efetivada por Comte, que impressionou a elite técnica da época imperial.

Exemplo sintomático de que a adoção dos postulados comteanos se deu na medida estrita em que coroa a herança pombalina nos é dado por Benjamin Constant (1883-1891). Principal artífice do movimento militar que derrubou a monarquia, tendo pertencido à Sociedade Positivista que deu base à formação da Igreja, em dois pontos cruciais voltou as

costas a Comte, permanecendo fiel à tradição cientificista luso-brasileira. Hei-los: 1) Comte entendia que as Forças Armadas deveriam ser transformadas em simples milícias cívicas. Na pregação de Benjamin Constant, a elite militar torna-se uma espécie de porta-voz da Nação; e 2) na reforma educacional abandona o princípio comteano que atribuía a educação ao poder espiritual e estende a ingerência do Estado, vale dizer, do poder temporal, que alcança agora, além do ensino superior, igualmente o primário e o secundário.

Logo no começo da República surge outra evidência de que o positivismo deveria adaptar-se às nossas tradições e não o contrário, como imaginava o Apostolado Positivista que, por isto mesmo, clamará em vão pela pureza da doutrina.

Pretendeu o Apostolado dilatar o período ditatorial do primeiro governo republicano, cerrando fileiras contra os propósitos constitucionalistas de Rui Barbosa (1849-1923). Tudo leva a crer que a questão seria decidida em favor da Assembléia Constituinte por Benjamin Constant, que fora aconselhado a dar esse passo por Pierre Laffite (1823-1903), chefe da Igreja Positivista Francesa, com quem Miguel Lemos se incompatibilizara. A correspondência entre Benjamin Constant e Laffite foi publicada por Ivan Lins (*História do Positivismo no Brasil*, 2ª edição, p. 645-648).

Na Constituinte venceram os liberais. As propostas do Apostolado, tendentes a consagrar a ditadura republicana, foram rejeitadas. Os documentos desse evento são hoje acessíveis ao grande público graças à iniciativa editorial da Universidade de Brasília e da Câmara dos Deputados, ao publicar a antologia *O Apostolado Positivista e a República*.

Essa derrota parece ter sido muito importante para os destinos do positivismo no Brasil, porquanto evidenciava a inviabilidade do simples *pastiche* das regras fixadas por Comte. Essa lição seria aprendida por Júlio de Castilhos (1860-1903), que saiu como homem forte da guerra civil republicana no Rio Grande do Sul e governou o Estado até 1898. Castilhos elaborou uma Constituição positivista e toda a legislação subsequente: lei eleitoral; estatuto do Judiciário; lei de responsabilidade do primeiro mandatário etc. Em síntese, eliminava-se o Poder Legislativo. A elaboração das leis passava a ser função do Executivo. Elegia-se uma Assembléia com a exclusiva atribuição de elaborar o orçamento e fiscalizar sua execução. Graças a isto, instaurou-se no Rio Grande uma autêntica República Positivista.

Ao longo da República Velha perpetuou-se no poder Borges de Medeiros (1864-1961), que seria sucedido por Getúlio Vargas (1893-1954). A este é que caberia transplantar para o plano nacional a experiência castilhista, adaptando-a à nova circunstância.

Durante a República Velha vigorou a prática autoritária, vale dizer: mantinham-se as instituições liberais mas não havia sistema representativo autêntico, sendo a chamada “política de governadores” acordo entre as oligarquias estaduais. Interrompeu-se o processo de democratização das instituições liberais, que se vinha verificando na Europa, secundado no Brasil. Em sua fase inicial, o sistema liberal só atribuía o direito de fazer-se representar à classe proprietária exigindo-se certo nível de renda para votar e ser votado (a isto se denominava censo). O sufrágio universal é coisa deste século. Mas as reformas inglesas eliminaram o monopólio da representação pelas elites rurais e permitiram o acesso das camadas urbanas. No Brasil, a Lei Saraiva de 1881 dispensou da prova de renda significativos contingentes das mesmas camadas urbanas. Nas eleições desse último decênio, o Partido Liberal identificava-se com a opinião das cidades.

A elite republicana identificava o poder do Parlamento com o sistema monárquico. Em decorrência desse entendimento o problema da representação seria minimizado. Aqui é que a contribuição do positivismo, na versão que lhe deu o castilhismo, assumiria particular relevância.

A doutrina liberal amadurecida afirma que a representação é de interesses. A experiência das democracias ocidentais consolidou instituições garantidoras da coexistência de tais interesses, sem o recurso à guerra civil. Na espécie, a prática autoritária da nossa República louvava-se de formulações vagas, a exemplo da que afirma ser o governo de todo o povo ou que as eleições têm lugar para fixar a média das opiniões. O castilhismo pôs fim a tais imprecisões. Segundo essa doutrina, o poder é uma questão de competência. Assim como na Idade Média o poder provinha de Deus e, no sistema liberal, da representação, agora “o poder vem do saber”. E quem “sabe” pode tutelar a sociedade. Assim, o castilhismo facultou à elite republicana a doutrina que lhe faltava. Por isto mesmo é a corrente ascendente ao longo da República Velha e empolga o poder com a Revolução de 30.

Em que pese o desfecho, o castilhismo era um “cientificismo retórico”, tendente apenas a manter o *status quo*. Getúlio Vargas e o grupo que Vélez Rodriguez denomina de segunda geração castilhista é que lhe dariam um conteúdo. A nova plataforma vai consistir na legislação trabalhista (que consagra o dogma comteano da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”) e na promoção do desenvolvimento econômico.

Outro grande feito do positivismo consiste em ter logrado enquadrar o marxismo. O principal fruto dessa corrente no país é a versão positivista do marxismo, da lavra dos professores Leônidas de Rezende (1889-1950) e João Cruz Costa (1904-1978), que tive oportunidade de estudar na *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. A maioria das teses que circulam com o rótulo marxista provém na verdade do arsenal positivista.

Assim como o século XIX de nossa História seria liberal, em decorrência da qualidade dos homens que nos familiarizaram com essa doutrina – entre os quais destacaria Silvestre Pinheiro Ferreira, Paulino José Soares e Pimenta Bueno –, o século XX assumiria feição autoritária pela têmpera dos líderes positivistas, como Benjamin Constant, Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas. Souberam mobilizar elementos fortemente arraigados na cultura luso-brasileira. A elite liberal do último período não esteve à altura de suas responsabilidades históricas, entre outras coisas por ter voltado as costas à tradição do período imperial. No fundo, não conseguiu desprender-se do cientificismo.

Conta em favor dos partidários da idéia liberal, entre os quais me incluo, o fato de que o autoritarismo republicano, prestes a completar um século de existência, jamais foi capaz de propiciar estabilidade política ao país. Esta só pode resultar do subsequente aprimoramento da representação. A próxima introdução do voto distrital talvez venha a se constituir em autêntico marco de um novo ciclo, sobretudo se for secundada, como se espera, pela formação de correntes de opinião estruturadas em torno de plataformas nucleares e aglutinadoras.

2. Introdução à reedição de *O Rio Grande do Sul e suas instituições governamentais* (1925), de Raimundo de Monte Arraes^(*)

Magnitude e atualidade do tema e da obra

Este livro discute questões de grande magnitude e extrema atualidade no que tange às instituições políticas brasileiras.

A consolidação do regime republicano resumia-se – ou pelo menos assim o entendeu a nova liderança – à afirmação da proeminência do Poder Executivo. Na derrocada monarquia constitucional passou-se a enxergar a ascendência do Legislativo e não o arranjo complexo, que de fato fora, entre os diversos agentes do poder e os mecanismos moderadores. De sorte que o fortalecimento do Executivo parecia significar obrigatoriamente o enfraquecimento do Legislativo.

A questão de fundo era entretanto uma só: a hegemonia do Executivo compreende igualmente a determinação do que seja ou possa ser o interesses nacional?

Se o interesse nacional é estabelecido mediante a negociação entre os grupos e classes da sociedade, então é necessário fixar as formas de sua representação. No Império, os teóricos do liberalismo e promotores das instituições partiam dessa preliminar básica: a representação é de interesses. Tem assento na Assembléia Geral e nas Assembléias provinciais. O pacto social estabeleceu ademais aquelas questões que não podiam ser objeto de barganha e criou os mecanismos adequados à sua consideração.

Ao longo da República Velha tem lugar a sucessiva reunião de todos os poderes na Presidência da República. Desse processo resulta o abandono conseqüente da representação, sendo os membros do Parlamento virtualmente escolhidos pelos Executivos Federal e estaduais, graças à denominada política dos governadores. Mas disso não decorreu que também a determinação do interesse nacional passasse a ser efetivada de modo centralizado. Para comprová-lo basta ter presente que ao longo de todo o período manteve-se uma política econômica-financeira de índole liberal, em que pese o protecionismo ao chamado “esquema café-com-leite”. As intermináveis discussões do Acordo Itaboraí são uma prova de que não parecia admissível, a ponderáveis parcelas da elite, a escolha de uma opção sem disputa prévia ou mesmo a ingerência do Estado para dirimi-la em nome de um interesse nacional fixado numa instância qualquer do Executivo.

Ao mesmo tempo, entretanto, emergia no Rio Grande do Sul outra compreensão dessa problemática através do que se denominou de *castilhismo*. Trata-se de uma elaboração teórica que leva o princípio da hegemonia do Executivo às suas últimas conseqüências. O esquecimento de sua premissa essencial dificulta a compreensão da atualidade institucional brasileira. Assim, seu reexame à luz de um texto verdadeiramente clássico, como o presente, corresponde a iniciativa de enorme relevância.

A nova corrente política, formada nos pampas, foi desde logo combatida, entre outros, por Rui Barbosa, Assis Brasil e Sílvio Romero. É da autoria deste último o famoso opúsculo *O castilhismo no Rio Grande do Sul* (Porto, Oficinas do Comércio, 1912, 42 p.).⁽¹⁾

A defesa do castilhismo, nessa fase inicial, estaria a cargo de Joaquim Luís Osório, no livro *Constituição Política do Rio Grande do Sul*. Comentários (Porto Alegre, C. Echenique, 1911).⁽²⁾ Mais tarde, em consequência dos graves acontecimentos que levaram o Rio Grande à guerra civil de 1923, exigindo a intervenção da tropa federal, nova defesa da doutrina é encetada por Raimundo de Monte Arraes publicando *O Rio Grande do Sul e suas instituições governamentais* (Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1925).

A problemática do livro e as circunstâncias em que se inserem exigem consideração mais aprofundada; antes de fazê-lo, entretanto, cumpriria proceder à apresentação de seu autor.

Raimundo de Monte Arraes (1888/1965)

Raimundo de Monte Arraes, natural do Ceará, dedicou-se naquele Estado, desde muito jovem, à advocacia e ao jornalismo. Antes mesmo da primeira guerra mundial, integrou o Partido Republicano Conservador, uma das poucas experiências de partido político nacional, na República Velha, da iniciativa de Pinheiro Machado (1851/1915), fundado em 1910 e que sobreviveu até a morte de seu inspirador.

Monte Arraes foi redator e diretor do *Diário do Estado* e do *Jornal do Comércio*. Integrou a Aliança Liberal, tendo sido diretor do jornal criado no Ceará com vistas à sua propaganda (*A Razão*).

Exerceu o mandato de deputado estadual e representou o Ceará na Câmara Federal. Com a Revolução de 1930, tornou-se Secretário de Estado.

Na década de trinta, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se radicou. Na então Capital Federal, colaborou em *O País*, *Jornal do Comércio* e *A Manhã*. Escreveu também para jornais de outros Estados, notadamente o *Correio Paulistano*, de São Paulo, e *A Federação*, do Rio Grande do Sul.

Monte Arraes é autor de extensa bibliografia. No conjunto de sua obra, destacam-se os estudos dedicados às instituições republicanas em nosso país. Além do livro que ora se reedita, publicou *Do Poder do Estado e dos órgãos governamentais* (1935); *O Estado Novo e suas diretrizes* (1937) e *O Brasil e os regimes ocidentais* (1940). Escreveu diversos trabalhos de cunho jurídico e parlamentar. Interessou-se pela problemática nordestina, a que dedicou estas obras: *O Nordeste visto sob o prisma de sua realidade* (1939) e *Decadência e Redenção do Nordeste* (1962). É de grande interesse o pequeno opúsculo que resultou da impressão da aula magna dos cursos universitários cearenses de 1954, intitulado: *O espírito inventivo e as tendências imitativas do povo brasileiro*. Estudou a obra e a personalidade de eminentes intelectuais brasileiros, como José de Alencar e Rui Barbosa.

O castilhismo como elaboração positivista coerente

A influência de Augusto Comte (1798/1857) em nossa realidade político-social é fato sobejamente reconhecido e proclamado. Não se pode dizer, contudo, que se tenha adquirido uma consciência clara dos elementos definidores dessa ascendência.

Na verdade, não se resume a fatores epidérmicos, embora duradouros, como a bandeira nacional, ou iniciativas de maior conseqüência, como a separação da Igreja do Estado. Parece mais importante a doutrina política que a obra de Comte inspirou. E esta não é, como às vezes se supõe, produto da agitação republicana ou dos textos do Apostolado subseqüentes à proclamação da República.

Antonio Silva Jardim (1860/1891), que foi o grande propagandista da idéia da ditadura republicana, nunca a elaborou de forma coerente,⁽³⁾ o mesmo podendo dizer-se do Apostolado.⁽⁴⁾ Os positivistas estiveram divididos em face de uma questão essencial como a convocação da Assembléia Constituinte, decidindo-se Benjamin Constant (1836/1891) por apoiá-la enquanto o Apostolado lançava a consigna de “Constituição sem Constituinte”. No curso da elaboração da nova Carta tornou-se patente que não dispunham de um esquema institucional coerente para propor como alternativa.

A concepção institucional inspirada por Comte seria obra de Júlio de Castilhos (1860/1903), que elaborou a Constituição do Rio Grande do Sul sem ater-se aos princípios da Carta de 1891. Em seguida, Castilhos sairia como homem forte da guerra civil que teve lugar no Estado e pôde concluir sua obra, através de diversos outros instrumentos legais relativos à estrutura do Executivo, à responsabilidade do Chefe do Governo, ao sistema eleitoral.

Castilhos exerceu a chefia do Executivo estadual até 1898, transferindo-a a Borges de Medeiros (1865/1961), que permaneceria no poder até 1928, com exceção de um único mandato.

O essencial da nova concepção institucional estaria indicado no documento justificativo do monumento a Júlio de Castilhos, de inspiração oficial, nestes precisos termos:

“A Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, código político promulgado a 14 de julho de 1891, em nome da família, da Pátria e da Humanidade, estabelece a separação dos dois poderes, temporal e espiritual, de acordo com o princípio capital da política moderna, isto é, da política fundada na ciência. Como conseqüência disso, a liberdade religiosa, a liberdade de profissão e a liberdade de indústria acham-se nele plenamente asseguradas.

Não há parlamento: o governo reúne à função administrativa a chamada legislativa, decretando as leis, porém após exposição dos respectivos projetos, nos quais podem assim colaborar todos os cidadãos.

A Assembléia é simplesmente orçamentária, para a votação dos créditos financeiros e exame da aplicação das rendas públicas.

O governo acha-se, em virtude de tais disposições, investido de uma grande soma de poderes, de acordo com o regime republicano, de plena confiança e inteira responsabilidade, o que permite-lhe realizar a conciliação da força com a liberdade e a ordem, conforme as aspirações e os exemplos dos Danton, dos Hobbes e dos Fredericos”.

O primeiro ciclo da discussão do castilhismo

O ciclo inicial de discussão do castilhismo alcança sobretudo os três primeiros lustros deste século. Consolidada a República após os graves acontecimentos da primeira década, aflora com toda nitidez o caráter “sui generis” da situação configurada nos pampas.

A questão central resumia-se em saber se o regime rio-grandense poderia ser enquadrado dentro do sistema representativo. Os castilhistas, com grande sucesso, iriam evitar qualquer discussão da idéia mesma de *representação* buscando travá-la em torno do que seria a essência do regime, se a eleição dos mandatários ou a elaboração das leis pelo Parlamento. Joaquim Luís Osório transcreve este pronunciamento de parlamentar castilhista na Assembléia Estadual que é bem expresso do modo de encarar o assunto:

“Afirmou-se que a lei fundamental em discussão não adotara o governo representativo. Não parece que a objeção deva ser levada em consideração. Se nós considerarmos governo representativo aquele em que os diferentes órgãos da autoridade pública se acham investidos do poder, em virtude dos sufrágios populares, devemos dizer que o projeto, tal qual foi concebido, consagra o governo representativo. Com efeito, o chefe do Estado é investido das funções que lhe dá a Constituição, em virtude dos votos que lhe dá o povo; a Câmara dos Representantes, que tem intervenção direta na governação pública, pela confecção da lei das leis, da lei orçamentária, também é organizada por meio da eleição, e os intendentes, bem como os conselhos municipais, se acham colocados na posição de gestores dos negócios dos municípios em virtude dos sufrágios que recebem dos eleitores dos municípios outorgantes do mandato. Se, entretanto, considerarmos o governo representativo, não como aquele em que somente pelo sufrágio popular é a autoridade investida do exercício das funções governativas, mas como o governo parlamentar, governo que se funda no princípio da divisão dos poderes, em que se dá o poder legislativo a uma Assembléia de Representantes, que faz a lei, com a sanção do poder executivo, dirá que o projeto da Constituição não estabeleceu esse sistema de governo e nem também nós o queremos”.

Semelhante entendimento da questão chegou a receber o apoio de Campos Sales, em discurso no Senado, em 1895, a propósito da tentativa de regulamentação do artigo 6º da Constituição de 1891, que estabelecia os casos em que a União poderia intervir nos estados. Campos Sales entende que o dispositivo é suficientemente explícito e dispensa interpretação. Nesse discurso, transcrito por Luís Osório, manifestar-se-ia acerca da discussão das circunstâncias rio-grandense, não apenas aceitando as premissas castilhistas como igualmente se solidarizando com a argumentação. Eis o trecho:

"O Sr. Campos Sales: Senhores, estou enunciando uma doutrina que é exposta por espíritos superiores, e por ela se demonstra que a maior ou menor amplitude dada às funções de cada um dos três poderes políticos não afeta a questão da forma de governo.

Na Constituição do Rio Grande do Sul (este é o nosso modo de ver) eu vejo perfeitamente representado o pensamento, o princípio fundamental da forma republicana federativa. Quanto às funções legislativas, estão elas caracterizadas pela votação dos impostos e das leis de meios em geral, o que constitui e caracteriza o regime representativo.

Não discuto se a Constituição do Rio Grande do Sul possui ou não defeitos, mesmo porque todas as constituições estaduais os têm mais ou menos graves. O meu ponto de vista é mais geral: é demonstrar que isso que se alega não constitui de modo algum ofensa à forma republicana federativa, não autoriza, portanto, a intervenção da autoridade federal, que

em tal caso seria criminosa".

Este e outros textos mobilizados por Luís Osório comprovam à saciedade que os castilhistas lograram amplo sucesso no propósito de escamotear a discussão do essencial. O que caracteriza o sistema representativo é a eletividade do mandatário e não as funções de Poder Legislativo – tal a hipótese em torno da qual girou o debate. Não se avançou a tese – a rigor, intuitiva, porquanto tautológica – de que o sistema é representativo porque se apóia na representação, o que teria levado à identificação da natureza da representação, ao reconhecimento da diversidade dos interesses em toda sociedade, etc. Mas parece que a problemática da representação desaparecera de todo da perspectiva da nova elite em formação. Além da chamada política dos governadores, introduzida sob Campos Sales, plenamente consolidada à época da discussão ora resumida, deve-se referir que Assis Brasil, contrapondo-se a Castilhos, diria que a eleição tem lugar para averiguar a média das opiniões. O interesse perdeu os direitos de cidadania e foi expulso para o limbo da imoralidade.

A partir dessa plataforma que é o essencial do Castilhismo, seus seguidores iriam detratar o sistema parlamentar (batizado de *para lamentar*); a tripartição e a independência dos poderes, aceitos apenas pelos que “permaneceram embalados ao ritmo da Marselhesa” e pretendem entregar os governos "aos azares da opinião flutuante"; e sobretudo o voto. O próprio Castilhos teria oportunidade de escrever: "Nós pensamos e temos sempre ponderado que é vão e inepto o empenho daqueles que através da expressão numérica das urnas pretendem conhecer as correntes que sulcam profundamente o espírito nacional. . . O voto não é nem pode ser o verdadeiro instrumento capaz de determinar precisamente o profundo trabalho de formação das opiniões, operado fora da preocupação eleitoral, que se desliza nas correntes superficiais".

A guerra civil de 1923 e seu desfecho

O longo período da administração Borges de Medeiros foi entremeado de choques e lutas. Na reeleição para o período 1903-1907 o famoso caudilho foi candidato único. A partir do quinquênio seguinte (1908-1913) a oposição, chefiada por Assis Brasil – inspirador e organizador do Partido Democrático – passaria a concorrer ao pleito. O mandato, nos anos indicados, foi exercido por Carlos Barbosa, sem que a hegemonia de Borges de Medeiros tivesse sofrido solução de continuidade. É o que este faria questão de proclamar ao reassumir a governança, para o novo mandato de 1914 a 1918: "Alternaram-se os governantes mas não se alteraram as situações."⁽⁵⁾ Nesse quinquênio é que se introduziram substanciais alterações no sistema eleitoral rio-grandense, de modo a tornar insuportável a existência da oposição.

Essas e outras reformas Borges de Medeiros as justificava com base numa fraseologia comteana. Eis o que dizia em discurso de 19 de maio de 1916:

"A Constituição rio-grandense consagrando soluções capitais da política científica ou positiva criou os germes desse regime final melhor do que fizera a Constituição Federal. Ao passo que esta manteve restrições odiosas ao exercício das liberdades *espíritual* e *industrial*, a nossa Constituição assegurou em toda a sua plenitude o grupo de liberdades civis decorrentes da completa separação entre o poder temporal e o poder espiritual; garantiu a liberdade industrial sem outras limitações que não as da Constituição Federal; organizou o regime presidencial, genuíno e típico, pela supremacia da presidência, como órgão central do

aparelho governativo, cimentando destarte a unidade de direção e eliminando as causas ordinárias de rivalidade e atritos entre os ramos do poder público. Graças ao conjunto dessas disposições orgânicas, disputam livremente o predomínio social as teorias e opiniões quaisquer, livres de toda tutela ou opressão oficial. Graças ao nosso estatuto político, o governo é forte, estável, liberal e progressista".⁽⁶⁾

Para o mandato a ser exercido no quinquênio 1918-1923, a reeleição de Borges de Medeiros foi justificada, à falta de outros argumentos, pela morte de Pinheiro Machado e a conflagração mundial.⁽⁷⁾ Ao término deste é que se seguiu a guerra civil, pelas razões adiante apontadas.

Borges de Medeiros introduzira no processo eleitoral rio-grandense, entre outras, a exigência da maioria de três quartos, na suposição de que assim afastaria qualquer possibilidade da oposição chegar ao poder. Ocorreu entretanto que, nas eleições de novembro de 1922, concorreu o próprio Assis Brasil, pelo Partido Democrático, figura de nomeada em todo o país, intimamente ligado à corrente liberal. A apuração realizada pelos castilhistas acusou os seguintes resultados: 267.690 eleitores inscritos; 138.598 votos apurados, dos quais 106.360 para Borges de Medeiros; 129.092 votos nulos e abstenções. Segundo os dispositivos vigentes, para considerar-se reeleito, o caudilho precisaria ter obtido mais de 200 mil votos. A situação assim não o entendeu. Fazendo caso omissivo das anulações, o governo avançou nova interpretação do texto constitucional: "Quando a Constituição diz – *três quartas partes dos sufrágios do eleitorado*, entende-se que ela quer se referir ao eleitorado ativo, isto é, ao que exerceu o sufrágio", afirmaria o próprio Borges de Medeiros,⁽⁸⁾ excluindo do "eleitorado ativo" a massa dos votos oposicionistas simplesmente anulados. À base desse artifício, conservou-se à frente do poder. Em consequência, a luta que jamais cessara entre chimangos (castilhistas) e maragatos (liberais) transformou-se em choque armado.

Prolongando-se a luta por todo o ano de 73, o governo federal tomou a si a tarefa de pacificar o Rio Grande, missão de que se desincumbiu o general Setembrino de Carvalho. Vale transcrever as cláusulas do acordo firmado, em 14 de dezembro de 1923, para que se possa aquilatar não só do cunho eminentemente democrático das reivindicações dos maragatos como também do sentido ditatorial e discricionário do castilhismo:

Primeira: Reforma do artigo 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentes;

Segunda: Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal;

Terceira: Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais;

Quarta: As nomeações de intendentes provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando, em virtude de renúncia, morte, perda do cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não houver intendentes, vice-intendentes e conselhos municipais;

Quinta: Os intendentes provisórios procederão às eleições municipais no prazo irrevogável de sessenta dias, a contar da data das respectivas nomeações;

Sexta: O vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente. Se, no caso de vaga, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos do período presidencial, proceder-se-á à eleição dentro de sessenta dias. Idêntica disposição quanto aos vice-intendentes;

Sétima: As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito;

Oitava: Para as eleições estaduais, o Estado será dividido em seis distritos, ficando garantida a eleição de um representante da minoria em cada distrito;

Nona: A representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apoio a essa medida. Enquanto não for ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência, assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial".

A décima cláusula, finalmente, atribuía ao governo federal a função de fiscalizar a sua execução, indicando minuciosamente as tarefas a serem efetivadas com vistas a esse objetivo.⁽⁹⁾

A contribuição de Monte Arraes ao debate do castilhismo

No ambiente criado em todo o país pela repercussão da guerra civil, levando o governo federal a promover uma reforma constitucional que impedisse mais uma reeleição de Borges de Medeiros, impunha-se uma nova defesa do castilhismo. Chegou-se a promover, em 1923, uma segunda edição da obra de Joaquim Luís Osório. Mas esta não mais respondia às circunstâncias, daí porque, atendendo a solicitação do próprio Borges de Medeiros, Monte Arraes escreveu o livro ora reeditado.

No ciclo inicial do debate do castilhismo, argumentara-se que o essencial do regime republicano seria a eletividade do governante e o caráter temporário de seu mandato. A perpetuação de Borges de Medeiros no poder minava as bases dessa linha de argumentação.

A par disto, Joaquim Luís Osório dispusera de copioso material de defesa da obra de Castilhos, não apenas de autores rio-grandenses, mas de personalidades nacionais, a exemplo de Campos Sales, antes referido. Seu livro, na verdade, corresponde a uma ampla sistematização de todo o material disperso não apenas nas mensagens dos governantes rio-grandenses e em outros textos oficiais, mas em discursos parlamentares e artigos de jornal. A tarefa de Monte Arraes é, sem dúvida, muito mais complexa.

Monte Arraes desenvolverá uma linha de argumentação, coerentemente elaborada, destinada a comprovar que a circunstância da reeleição se devia à competência do mandatário, tratando-se, na verdade, de vantagem das instituições rio-grandenses, ao invés de fenômeno odioso, como se procurara fazer crer à Nação.

Todo o seu esforço irá consistir em provar que as instituições rio-grandenses dão uma solução engenhosa e bem sucedida aos mais graves problemas do sistema republicano. A questão central, a seu ver, reside no fato de que a tripartição do poder não exclui a hegemonia de um de seus componentes. A preferência pela hegemonia do Executivo, no caso rio-grandense, não configura uma situação de absolutismo.

Logo no primeiro capítulo Monte Arraes escamoteará o tema da representação dizendo que, se na Inglaterra a expressão “regime representativo” tornou-se sinônimo de “regime parlamentar”, na América a palavra “representativo” foi substituída por “republicano”. Parece-lhe ser tautológico o texto constitucional ao afirmar que a nação brasileira adota “como forma de governo”, sob o regime representativo, a república federativa”.

Para definir o principal no sistema republicano, Monte Arraes atém-se à doutrina formada no Rio Grande, segundo a qual se caracteriza por resultar o poder de eleição, sendo temporário o mandato.

Quanto ao problema crucial da reeleição, entende que se resume em saber se esta vem acarretando a quebra do princípio da não-hereditariedade ou se institui classes privilegiadas. A hereditariedade supõe a continuação do governo nas mãos de um só titular por toda a vida e a sua perpetuação *pos-mortem*, na linha de seus descendentes. No Rio Grande, vigora outro princípio, a saber: o da estabilidade nas funções, que é uma condição do bom desempenho no cargo. Eis como concluiu, no Capítulo II, a análise do problema:

"Encerrando a discussão em torno deste ponto, cremos haver demonstrado que as reeleições sucessivas do presidente do Rio Grande do Sul em nada contrariam os propósitos e a finalidade da forma republicana, pois não repõe a hereditariedade que ela aboliu, não ressuscita as classes privilegiadas enquistadas no seio das velhas monarquias, não viola a temporariedade adjeta à forma republicana e nem sequer chega à adoção da vitaliciedade – coisa, aliás, perfeitamente permitida dentro da Constituição e do espírito do regime”.(10)

A exemplo da hipótese adotada no caso da idéia de representação, quando distingue experiência européia da americana, louvar-se-á igualmente dessa distinção no caso da tripartição dos poderes, tema estudado no Capítulo III. O rigorismo e a inflexibilidade na matéria são obra dos teóricos franceses. Tanto os convencionais de Filadélfia como a prática da republicanismo norte-americano não têm esse caráter. A tripartição na doutrina de Monte Arraes resume-se à especificidade de competência. No caso da Assembléia de Representantes do Rio Grande dispõe, segundo afirma, da atribuição específica e mais relevante que é prover os meios para a atividade dos governantes. Orçamento e fiscalização de seu cumprimento são o mais importante no exercício do poder. Minimiza a parte legislativa avocada pelo Executivo, que lhe parece irrelevante no caso da unidade federada. É levado assim a fazer uma grande concessão, reconhecendo implicitamente que, aplicado à União, o princípio equivaleria a uma usurpação de atribuições que são da competência do Legislativo.

Os dois últimos capítulos tratam, respectivamente, da responsabilidade do governante no Rio Grande do Sul e do problema das liberdades públicas. Neste último caso, atem-se exclusivamente ao aspecto formal, chegando ao exagero de proclamar que, "no terreno do direito político ou da participação dos cidadãos nos negócios públicos, as liberdades constitucionais do Rio Grande do Sul excedem em liberalidade à própria

Constituição Federal" (ed., cit., pág. 265). A prática do castilhismo era bem outra, bastando para comprová-lo o teor das reivindicações atendidas no Tratado de Pedras Altas, antes transcritas.

Os críticos do sistema castilhistas são classificados desta forma por Monte Arraes:

a) os parlamentaristas apaixonados, herdeiros de Silveira Martins, que não apenas se colocaram contra a obra presidencialista de Castilho, "como também fez deles os únicos inimigos do regime da mesma natureza, que a Constituição implantou no país";

b) o grupo de presidencialistas chefiados por Assis Brasil, que não se inspiram em questões de doutrina, mas em "motivos hauridos nas esferas mais baixas do personalismo e das competições políticas"; e,

c) o grupo federal, constituído pelos administradores incondicionais do talento "deslumbrante e ilusionista" de Rui Barbosa, cujas ambições foram travadas pela consciência cívica do partido republicano rio-grandense. Trata-se, em síntese, de uma "tríplice aliança de hostes facciosas".

Uma necessidade imperativa: o reexame do castilhismo

A doutrina castilhista tornou-se coisa do passado. Contudo, muitos de seus ingredientes seriam trazidos ao plano nacional por Getúlio Vargas (1883/1954) que não apenas substituiu a Borges de Medeiros, na governança do Rio Grande do Sul, em 1928, como chegara a tornar-se um dos líderes do castilhismo. Muitas de suas teses acabaram incorporadas à plataforma do autoritarismo contemporâneo. Impõe-se, portanto, trazê-lo de novo a debate.

O essencial no reexame proposto consiste em situar o castilhismo como alternativa para o sistema representativo.

Os grandes teóricos do liberalismo que inspirou as instituições imperiais, notadamente Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846), tinham presente que a representação era de interesses. A diversidade dos mandatos, diria Silvestre Pinheiro Ferreira, não pode provir senão da diversidade dos interesses que o mandatário é chamado a representar. As instituições que a prática consolidou tinham o propósito expresso de conciliar tais interesses através da negociação, ao invés da luta armada, a exemplo do que ocorrera no ciclo anterior.

Augusto Comte, em contrapartida, ensinara que o governo havia-se tornado uma questão de competência. Escrevera no *Sistema de Política Positiva* (1851/1854) que "é perfeitamente inútil discutir sobre o direito divino num mundo em que Deus não desempenha nenhum papel; nem muito menos sobre a soberania do povo numa época em que a política é uma ciência e torna-se, por conseguinte, como a astronomia ou a química, questão de competência"⁽¹¹⁾ Na doutrina clássica, aceita universalmente na Europa Medieval e mesmo ainda na Época Moderna, a origem do poder provinha de Deus. Mais tarde, graças sobretudo a John Locke, passa-se a entender que o poder origina-se da representação. Comte avança uma nova doutrina: o poder vem do saber.

O saber de que se trata é o do estado positivo, último estágio a ser atingido pela humanidade. Aceitando semelhantes pressupostos, e considerando-se não só competente, mas

possuído de intenções absolutamente puras, Castilhos supõe que o governo está agora a serviço do aprimoramento moral da sociedade. Como bem o assinalou Ricardo Vélez Rodríguez, para os castilhistas a República correspondia ao regime da virtude, ou, para dizê-lo com as palavras do historiador Arthur Ferreira Filho:

"(Para Júlio de Castilhos) a República era o reino da virtude. Somente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo. No seu conceito, a política jamais poderia constituir uma profissão ou um meio de vida, mas um meio de prestar serviços à coletividade, mesmo com prejuízo dos interesses individuais.

Aquele que se servisse da política para seu bem-estar pessoal, ou para aumentar sua fortuna, seria desde logo indigno de exercê-la. Em igual culpa, no conceito castilhista incorreria o político que usasse das posições como se usasse de um bem de família (...) Como governante; Júlio de Castilhos imprimiu na administração rio-grandense um traço tão fundo de austeridade que, apesar de tudo, ainda não desapareceu".(12)

Essa suposição de que a eliminação do interesse material era não apenas desejável mas sobretudo possível informa em seus mínimos detalhes a atuação política de Júlio de Castilhos, como se pode ver pela argumentação em favor da abolição do voto secreto, adiante transcrita, de Luís Osório:

"E assim que o escrutínio secreto fica suprimido, como antagônico e incompatível com a nova ordem fundada a 15 de novembro, da qual surge, como dever que a todos incumbe, a necessidade de assumir cada um a plena responsabilidade das próprias ações, tanto o representante da autoridade como qualquer cidadão.

Seria visivelmente iníquo exigir do governo a inteira publicidade dos seus atos, permitindo aos particulares (no exercício de uma função política) eximirem-se dela, quando aquele arrisca ficar sujeito a severas penas, e estes incorrem somente na pública censura.

O voto a descoberto é o único remédio legislativo capaz de reabilitar o processo eleitoral, dignificando-o, fazendo compreender ao cidadão a responsabilidade que assume ao intervir na composição do poder público e no estabelecimento das leis. O segredo em tais casos presta-se a menos decentes maquinações e degrada sobremodo o eleitor. Quantas vezes, contando com o sigilo da uma, deixa-se ele corromper e concede o seu voto a um candidato, quando tem compromissos públicos e solenes com outro – debilidade moral que tanto coopera para o extremo relaxamento dos costumes políticos! (Exposição de motivos encaminhando a Lei Eleitoral)".

A peculiaridade do castilhismo reside, pois na admissão de que a posse do poder político constitui a condição essencial e suficiente para educar a sociedade na busca do *bem comum*. O *bem comum* deixa de ser uma barganha entre interesses, sustentados por grupos sociais diversificados, e passa a ser considerado como objeto de saber, de ciência. Em Comte, o tema não deixa de assumir maior complexidade porquanto o estado positivo, no final de contas, repousava na proeminência do poder espiritual, a exemplo da Idade Média; na exaltação dos sentimentos altruísticos mediante o culto da mulher; na colocação da ciência numa situação subalterna, em relação à arte e outras atividades desinteressadas; na prática da religião da humanidade, etc.

Ascendendo ao poder, Castilhos iria simplificar esse esquema. Conforme Vélez

Rodriguez: "O bem público confundia-se, para ele, com a imposição, por parte do governante esclarecido, dum governo moralizante, que fortalecesse o Estado em detrimento dos egoístas interesses individuais e que velasse pela educação cívica dos cidadãos, origem de toda moral social. O texto que citaremos à continuação expressa admiravelmente todos os aspectos que implica o conceito castilhisto de "bem público", (...) A completa reorganização política e administrativa do Estado, moldada de harmonia com o *bem público*, e subordinada à fecunda divisa de: CONSERVAR MELHORANDO; a sua prosperidade material atestada pelas inúmeras obras postas em execução e por outros tantos fatos auspiciosos; o crescente desenvolvimento das indústrias (...); a estabilidade do seu crédito (...); a considerável amortização de sua dívida (...); o numerário acumulado no seu Tesouro; a sua progressiva educação cívica, em que se fortalece o ininterrupto aperfeiçoamento moral deste povo glorioso; tudo isso resume a brilhante atualidade do Rio Grande do Sul". (maiúsculas de Castilhos; o sublinhado é nosso).

Rio de Janeiro, janeiro de 1979

3. Borges de Medeiros “O Poder Moderador na República Presidencial”

A reedição deste livro de Borges de Medeiros (1864/ 1961), por iniciativa de Walter Costa Porto, faculta a discussão de temas da maior relevância. O principal deles, com o qual se defronta *O Poder Moderador na República Presidencial* (Recife, Edição da S.A. Diário de Pernambuco, 1933) parece consistir no encontro de arranjo institucional que permitisse reconquistar a estabilidade política, perdida com a proclamação da República. Com efeito, o Segundo Reinado proporcionou ao Brasil cerca de meio século sem guerras civis, presos políticos, suspensão de garantias, etc., em franco contraste com as duas décadas que de imediato se seguiram à Independência.

A liderança republicana entendeu que o fim da monarquia, abrangendo o parlamentarismo, corresponderia ao fim do que se supunha seria o predomínio do Legislativo. Não se discutiu se, de fato, o regime parlamentar equivaleria ao predomínio de um poder sobre o outro.

Para ficarmos no período compreendido pela República Velha, o empenho maior residia em tornar o Parlamento uma entidade sem personalidade própria, constituída a “bico de pena”, como se dizia, para assegurar a pacífica alternância do Chefe do Executivo. Era o arranjo que passou à história com o nome de “política dos governadores” ou “política dos estados”. Vale dizer: as forças majoritárias escolhiam o estado ao qual incumbia indicar o mandatário do quadriênio seguinte e impunham o nome selecionado, sem que a oposição tivesse a menor chance de reverter o quadro. A fidelidade da Câmara ao novo mandatário se assegurava pelo impedimento (tornado legal) à posse do representante que pudesse fazer periclitara a maioria. Isto depois de uma década sangrenta, a primeira da República. Funcionou durante as três décadas seguintes vindo a ser implodido pela Revolução de 30.

O grupo que ascendeu ao poder com a Revolução de 30, liderado por Getúlio Vargas (1883/1954), queria simplesmente transplantar ao plano nacional a experiência rio-grandense. O modelo ali implantado eliminou o Parlamento. A Assembléia reunia-se apenas para votar o orçamento e aprovar as contas do Executivo. A este é que incumbia legislar. Dispomos hoje de uma caracterização circunstanciada desse entendimento do ideal republicano, que nos foi proporcionada por Ricardo Vélez Rodríguez, no livro *Castilhismo: uma filosofia da república*, em boa hora incluído na Coleção *Biblioteca Brasileira*, mantida pelo Senado Federal. O curioso é que Borges de Medeiros representava justamente o grande artífice desse arranjo, concebido por Júlio de Castilhos (1860/1903), mas por ele consolidado.

O segundo modelo, de índole liberal, vinha sendo elaborado desde 1926, em São Paulo, com a criação do Partido Democrático, o primeiro a romper com o partido único vigente na República, sendo a versão inicial da lavra de João Arruda (1861/1943), no livro *Do regime democrático* (1927; 3ª edição, Câmara dos Deputados, 1982). Sua formulação acabada passa pela experiência da Revolução Constitucionalista de 1932 — derrotada pelas armas, mas que conseguiu impor a convocação da Assembléia Constituinte —, sendo devida sobretudo a Armando de Salles Oliveira (1887/1945)

Borges de Medeiros mudou de lado. Primeiro aderiu à Revolução Constitucionalista. Vargas tudo devia a Borges. Fora o líder da bancada rio-grandense na Câmara, numa fase crucial, a da guerra civil de 1923, cargo que serviu para projetá-lo na

Capital da República. Indicou-o para Ministro de Washington Luís. E, quando Borges de Medeiros teve que renunciar às sucessivas reeleições, por imposição da Reforma Constitucional de 1926, escolheu-o para substituí-lo no governo. Estávamos em 1928. A condição de governador do Rio Grande do Sul iria credenciá-lo a liderar a Revolução de 30 e tornar-se chefe do governo provisório. A defecção de Borges deixaria não só a Vargas mas aos diversos outros discípulos mais ou menos atônitos, como se pode ver das referências que constam do incidente, inscritas em seu *Diário*.

O Poder Moderador na República Presidencial equivaleria, aparentemente, a uma ruptura com o modelo de República castilhistas, ao qual, até então, dedicara toda a sua vida. Essa ruptura estaria configurada na Introdução, onde tece loas à democracia, apoiando-se em Hans Kelsen, e até aceita a definição de que o seu funcionamento dependeria da existência de partidos políticos. Contudo, trata-se de uma adesão superficial porquanto não revela haver compreendido o cerne do governo representativo, frontalmente recusado pelos castilhistas e, até às vésperas, pelo próprio Borges. Senão vejamos como enfrenta a idéia do Poder Moderador.

Para Borges de Medeiros as duas formas assumidas pelo sistema democrático representativo, isto é, presidencialismo e parlamentarismo, resumem-se ao predomínio de um poder sobre o outro.

No regime parlamentar, escreve, “a vida dos governos está sempre na dependência das câmaras, cujos votos de desconfiança determinam a queda imediata dos ministérios. E dessarte, o primado do poder legislativo se afirma constantemente. Decerto que, aberto o conflito entre legislativo e executivo, é facultado ao Presidente optar pela dissolução da câmara. Mas o uso dessa faculdade é geralmente condicionado a requisitos de ordem prática e legal que o tornam ordinariamente inexecutível” (1ª ed. cit., p. 66).

E prossegue: “Força é concluir, afinal, com a torrente de publicistas, que os dois sistemas antagônicos, o presidencialista e o parlamentarista, padecem de uma mesma diátese de forma variável: hipertrofia do executivo no primeiro; anemia do executivo no segundo. Que cumpre então fazer? Fundir ou amalgamar as virtudes e utilidades dos dois sistemas contrários, e com esses elementos constituir um novo tipo de presidencialismo, equidistante daqueles escolhos. Eis o nosso principal objetivo e quiçá a maior originalidade deste projeto.” (1ª ed. cit., p. 67.)

Para Borges de Medeiros, a prática do Poder Moderador no Brasil do século XIX resume-se à pessoa do Imperador Pedro II. Escapa-lhe inteiramente o papel do Conselho de Estado. Faz afirmativas desse tipo: “Debalde políticos apaixonados da época increpavam ao imperante a prática abusiva do poder pessoal, porque a verdade era que residia no poder moderador real garantia do regular funcionamento do sistema, e a causa primordial da existência prolongada da monarquia.” (1ª ed. cit., p. 68.)

Todo o arrazoado de Borges cifra-se nessa hipótese da individualidade daquele poder e conclui assim: “Do que ficou dito parece resultar logicamente que o órgão do Poder Moderador deve ser *único*, ou, em outros termos, que a constituição não podia deixar de delegá-lo a *uma só pessoa* física, sob pena da mais flagrante incoseqüência, e, de tal natureza, que lhe transtornaria completamente o plano, e o sistema de governo adotado. Com efeito, se o Poder Moderador é o grande centro de unidade, o grande meio externo de que se serviu o legislador constituinte para realizar a independência, o equilíbrio e a harmonia dos outros poderes, não haveria notável incoseqüência em delegá-lo a mais de uma pessoa física, ou em dar-lhe por órgão um ser coletivo, uma pessoa moral?” (1ª ed. cit., p. 74.)

Nessa convicção, eis como descreve o perfil do Presidente da República investido do Poder Moderador: “Em nossa concepção, o rol do presidente consistirá em presidir a República como o seu primeiro *magistrado*, e não como o seu primeiro *líder político*. Fora da atmosfera dos partidos e posto na posição de livrar-se de qualquer influxo dos interesses e paixões do mundo político, há de ele reunir os predicados e requisitos que fazem o verdadeiro magistrado. A sua independência deverá ser real e insuspeitável, e a sua autoridade bastante forte para que se imponha sem contraste. Cérebro do Estado, competir-lhe-á regular, coordenar e moderar a ação dos outros poderes públicos, assegurando-lhes a harmonia, entre si, e o livre exercício de cada um, dentro dos limites constitucionais. Não se lhe concederá mais o poder executivo, que é apenas um ramo do poder. Se ele continuasse a exercê-lo, seria fatal a reincidência crônica dos males que se propôs sanar a revolução de 1930. Outras, porém, hão de ser as suas faculdades, e outro poder que elas devem conferir-lhe. Separado dos poderes executivo, legislativo e judiciário, ele constituirá o quarto poder do Estado, o poder moderador da República.” (1ª ed. cit., p. 67-68.)

Não tivemos até o presente o debate da prática do Poder Moderador no Segundo Reinado. A geração de setenta simplesmente a rejeitou, sem avaliá-la devidamente, de que é exemplo mais notável o famoso texto de Tobias Barreto (1839|1889). Esta não é certamente a oportunidade de fazê-lo. Não poderia, entretanto, deixar de referir a circunstância de que o Conselho de Estado atuou como uma instância moral. Em toda a sociedade, há certas questões que não podem ser objeto de negociação, como se dá em relação à grande maioria dos interesses naqueles países onde as instituições do sistema representativo acham-se solidamente radicadas. Parece, entretanto, que as instituições que chegam a assumir esse papel somente emergem com a experiência. Caso típico é a Suprema Corte nos Estados Unidos. Nessa circunstância, uma pessoa de formação positivista, como Borges de Medeiros, dificilmente poderia dar-se conta de tal fenômeno. No positivismo de Comte, o conflito social é um mal a ser eliminado no chamado “estado positivo”. Nesse esquema tampouco há lugar para a adesão voluntária à moralidade, o que lhe retira toda especificidade na medida em que a “virtude” será imposta. Nessa esteira, Castilhos e Borges aspiravam, no Rio Grande, tornar as pessoas “virtuosas”, isto é, dóceis na aceitação de sua ditadura. Para de fato jogar na lata do lixo todo esse acervo doutrinário, Borges teria que dissecá-lo minuciosamente e não apenas inserir no livro uma declaração de amor ao sistema democrático representativo, difícil de ser aceita como de fato correspondendo a mudança tão radical.

O que se discutiu no Império, a meu ver com a amplitude devida, seria apenas a teoria do Poder Moderador.

De que resultou a prolongada estabilidade política no Segundo Reinado? Expressando entendimento muito difundido, Borges de Medeiros a atribuiu ao Poder Moderador e, naturalmente, à forma como o teria exercido D. Pedro II.

A hipótese parece equivocada. O fim do ciclo de guerras civis e a estabilidade daí resultante devem-se antes de mais nada ao convencimento da elite de que o conflito social é inevitável e seria preferível criar mecanismos que propiciassem a negociação do que tentar dirimi-los pelas armas. Esse entendimento acha-se expresso na doutrina da representação como sendo de interesses, haurida em Benjamin Constant (1767/1830) e Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846). A popularidade desse entendimento pode ser aferida pelo intróito ao famoso discurso em que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva (1773/1845) explica as alterações introduzidas por Pedro I no seu projeto de Constituição. Diz ali que considera

inadequada a discussão acerca do imposto no Senado, por entender que se tratava de questão da exclusiva competência da Câmara. E explica: “Fundo-me na índole do sistema representativo, na natureza dos impostos, nos interesses representados pelas três partes que representam o interesse geral e, além disto, na Constituição.” No mencionado intróito detalha o tema de modo suficiente.

Silvestre Pinheiro Ferreira havia ensinado que sendo a representação política de interesses, a diversidade dos mandatos não pode provir senão da diversidade dos interesses que o mandatário é chamado a representar. Na República ocorreu precisamente o abandono de tal entendimento. Exemplo típico seria justamente o castilhismo. Enquanto os liberais, desde John Locke (1632/1704), vinham justificando a tese de que o poder vem da representação, Augusto Comte (1798/1857) ensinaria que “é perfeitamente inútil discutir sobre o direito divino num mundo em que Deus não desempenha nenhum papel; nem muito menos sobre a soberania do povo numa época em que a política é uma ciência e torna-se, por conseguinte, como a astronomia ou a química, questão de competência”. Castilhos aprendeu a lição de que “o poder vem do saber” e conseguiu plasmá-la num sistema que teria grande fortuna na República brasileira. A esse propósito, o historiador Arthur Ferreira Filho teria ocasião de escrever: “Para Júlio de Castilhos a República era o reino da virtude. Somente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo. No seu conceito, a política jamais poderia constituir uma profissão ou um meio de vida, mas um meio de prestar serviços à coletividade, mesmo com prejuízo dos interesses individuais”. Essa suposição de que a eliminação do interesse material era não apenas desejável mas sobretudo possível informa em seus mínimos detalhes a atuação política de Júlio de Castilhos e de seu dileto discípulo Borges de Medeiros, que o substituiu com interrupção de um único mandato, desde 1903 a 1928, no governo do Rio Grande do Sul.

A exemplo do que ocorreu na Revolução Francesa, com os “intérpretes” da vontade geral recorrendo ao terror e à ditadura, o Rio Grande assistiria a idêntico espetáculo ao longo dos governos de Castilhos e Borges. Estando de posse do saber, o governante arroga-se o direito de tutelar a sociedade. Ignorando a “reviravolta” deste último, seu fiel discípulo, Getúlio Vargas, como sabemos, conseguiu plasmar aquele modelo no plano nacional, no regime batizado de Estado Novo.

A instabilidade da República adveio precisamente do abandono da doutrina da representação política como sendo de interesses e, enquanto a maioria da classe política não reconheça sem reservas a legitimidade de tal princípio, dificilmente poderemos considerar consolidada a democracia em nosso país.

Na República, as correntes políticas emergentes passaram a entender que o interesse nacional pode ser fixado em alguma instância celestial, ao arrepio de toda negociação. O Estado Nacional Unitário, criado por Vargas e consolidado ao longo da segunda metade do século passado, em especial sob os governos militares, corresponde ao típico Estado Patrimonial, mais forte que a sociedade, onde a elite burocrática onipotente tem conseguido driblar todas as tentativas de modernizá-lo. Não vejo outro caminho senão a retomada de nossa tradição liberal, tantas vezes esmagada e que ressurgue sempre, mas até o presente sem revelar a necessária competência para reverter o perverso curso histórico em que o Brasil tanto insiste.

Prefácio à reedição de *O Poder Moderador na República Presidencial* (1933).
Brasília, Senado Federal/Supremo Tribunal Federal, 2004.

4. O Castilhismo, o Estado Novo e o Trabalhismo(*)

Em algumas das análises da obra e da atuação política de Vargas, em razão das comemorações de seu centenário, tem se evidenciado o empenho de eliminar a presença do castilhismo. Semelhante propósito deve achar-se a serviço de uma encenação política qualquer – explicitada, de forma perspicaz, por Wilson Figueiredo no artigo *Retrato com retoque*, JB-17/4/83 – e nunca da compreensão desapassionada de personalidade inseparável de grande parte do período republicano de nossa história. O castilhismo certamente não explica tudo. Sua ignorância, contudo, torna incompreensíveis as duas maiores criações de Vargas: *o Estado Novo e o trabalhismo*.

No sistema político vigente no Rio Grande do Sul, durante a República Velha – estruturado por Júlio de Castilhos (1860/1903) e consolidado por Borges de Medeiros (1864/1961) – não havia parlamento. As funções legislativas concentravam-se em mãos do Executivo. Os deputados reuniam-se apenas para elaborar o orçamento e receber a prestação

de contas. O linguajar oficial era todo decalcado da fraseologia comteana.

O salário, dizia-se, é a equivalência da subsistência. O trabalho humano não comporta nem exige pagamento, mas reconhecimento. A propósito de qualquer coisa citava-se o “incomparável filósofo de Montpellier”. O sistema representativo, criado pelas doutrinas liberais, era chamado depreciativamente de *para-lamentar*.

O *castilhismo* é hoje uma doutrina integralmente estudada, bastando citar o livro *Castilhismo, uma filosofia da república*, de Ricardo Vélez Rodriguez, Porto Alegre, 1980. Reeditaram-se os dois textos básicos da lavra de porta-vozes autorizados (*Constituição política do R.G. do Sul* (1911), de Joaquim Luís Osório, e o *R.G. do Sul e suas instituições governamentais* (1925), de Monte Arraes, na Coleção Pensamento Político Republicano, UnB/Câmara dos Deputados). O caráter ditatorial desse sistema pode ser avaliado através das reivindicações consignadas no Tratado de Pedras Altas, que pôs termo à guerra civil de 1923, republicado recentemente em *A filosofia política positivista*, volume II, Editora Documentário, 1979.

Getúlio Vargas não apenas viveu e foi educado sob o castilhismo. Identificou-se plenamente com esse sistema e tornou-se uma de suas figuras exponenciais. Foi líder de Borges de Medeiros na Câmara Federal de 1923 a 1925. Representou a situação rio-grandense no governo de Washington Luís, como Ministro da Fazenda. E, finalmente, foi escolhido para substituir o próprio Borges de Medeiros, em 1928. A próxima publicação, pela Câmara, do *Perfil Parlamentar de Vargas* vai mostrar não apenas um deputado atuante na defesa do Governo rio-grandense, durante a guerra civil, como na discussão da Reforma Constitucional, no ano de 1925, mas também um orador profundamente marcado pela terminologia positivista oficializada no Rio Grande. Essa reforma, como se sabe, enquadrou a Constituição castilhistas no modelo federal e, entre outras coisas, terminou com as reeleições sucessivas de Borges de Medeiros.

Vargas realizou o grande feito de transplantar para a esfera nacional o sistema castilhistas, que é o modelo fundamental em que se inspirou o Estado Novo. Tenha-se presente que Castilhos pretendia vê-lo adotado pela Constituição de 1891. Derrotado nesse propósito é que deu início à experiência gaúcha. Pinheiro Machado (1851/1915) esteve próximo de alcançar aquele ideal, mas igualmente fracassou. Somente Vargas seria bem-sucedido.

Ao fazer o transplante, é fora de dúvida que inovou. Mas as próprias inovações somente se explicam pela arraigada formação castilhistas. Menciono uma único exemplo: a intervenção do Estado na economia. Esse princípio era combatido, até o keynesianismo, pelos liberais. Mesmo sendo autoritária, a república Velha o manteve e nunca rompeu com o liberalismo econômico.

A doutrina intervencionista seria elaborada por Aarão Reis (1853/1936), professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, muito conhecido graças à autoria do plano de implantação da nova capital de Minas (Belo Horizonte), inspirando-se diretamente em Augusto Comte. Seus alunos, engenheiros civis e militares, é que foram compor as comissões técnicas do Conselho Federal do Comércio Exterior, onde foi formulado o programa de modernização econômica do Estado Novo.

Vargas com eles se identificaria não só pelo fato de que o castilhismo considerasse a hipótese intervencionista (ainda que de forma meramente retórica e sem a amplitude que lhe daria Aarão Reis), mas sobretudo pela proveniência de uma fonte inspiradora comum.

A dívida do Estado Novo para com o castilhismo pode ser realçada através do

confronto de sua prática com as doutrinas corporativas preconizadas por Francisco Campos e outros (veja-se Beneval de Oliveira – *Estado Novo e corporativismo. Confronto das experiências portuguesa e brasileira*. Universidade Gama Filho, 1982 e introdução de Francisco Martins de Souza à reedição do *Estado Nacional*, de Francisco Campos, na mesma coleção da UnB, antes citada).

Quanto ao trabalhismo, corresponde a lamentável equívoco supor que tenha algo a ver com o socialismo. Decorre diretamente do lema comteano segundo o qual incumbe promover a incorporação do proletariado à sociedade moderna. Evaristo de Moraes Filho demonstrou à sociedade que, ao chegar ao Poder, Vargas já encontra conjunto notável de iniciativas devidas aos liberais, mencionando expressamente a existência de uma dúzia de leis trabalhistas em vigor; numerosos projetos no Congresso, inclusive de Código do Trabalho; a reforma de 1926 tornando privativa da União a competência para legislar em matéria de trabalho; o Brasil filiado à OIT desde sua fundação e a Comissão de Legislação Social na Câmara, a partir de 1918.

Deste modo, a atuação dos liberais na República Velha encaminhava-se na direção que mais tarde iria se consagrar no mundo desenvolvido, isto é, a complementação do liberalismo clássico atribuindo-lhe dimensão social. Vargas interrompe abruptamente essa tradição, a ponto de que os próprios liberais posteriores a 30 ignoram inteiramente o intervencionismo keynesiano, de que é exemplo flagrante o texto de Milton Campos, de 1966, intitulado *Em louvor da tolerância*.

Vargas incorporou à legislação as principais prerrogativas alcançadas pelos trabalhadores nos países avançados e criou as premissas para a sua ulterior ampliação, fazendo-as repousar no tripé *Sindicato Único-Justiça do Trabalho-Previdência Social*. Quando o apearam do Poder, indicou à massa trabalhadora que defendesse tais conquistas. Eis o que é o trabalhismo brasileiro. Tudo leva a crer que os trabalhadores seguiram o caminho apontado por Vargas, preferindo um patrimônio concreto às promessas aventadas pela liderança esquerdista.

Os dois exemplos anteriores (Estado Novo e trabalhismo) permitem evidenciar que o castilhismo de Vargas não é uma simples questão acadêmica. Tem muito a ver com as opções capazes de nos levar à estruturação das instituições do sistema representativo, com as quais devemos nos preocupar, de preferência.

5. O Contexto doutrinário da carta de 1937

Promulgada por Getúlio Vargas para substituir a Constituição de 1934, votada na Constituinte, a Carta de 37 passou à história com o nome de *Polaca*. O apelido resultou do interesse de seu autor, Francisco Campos, pela Constituição Polonesa de 1935, traduzida ao português e publicada no Brasil por instâncias suas. Sem discutir a veracidade do fato ou negar a eficácia da denominação em termos de oposição política, a identificação daquela Carta com um estatuto estrangeiro importa enorme simplificação. Reforça a convicção, vigente em certos círculos, de que o País está disponível para incorporar seja o que for, no plano das idéias, desde que sua origem estrangeira as recomende. Na verdade, nossa cultura tem-se revelado extremamente seletiva a ponto de que, desde que nos tornamos independentes, há mais de século e meio, sequer conseguimos consolidar o que temos produzido de novo em relação à herança portuguesa. No caso específico da Constituição de 37, explica-se inteiramente no contexto doutrinário existente no País nos anos trinta.

Há outro aspecto digno de nota. Na consideração das influências externas, parece imprescindível discriminar bem as diversas correntes, ao invés de agregá-las sem critério. Ubiratan Macedo acha que a Constituição Polonesa de 1935 obedece à mesma inspiração da Carta Portuguesa de 1933.

Desse empenho simplificador, resultou grande vantagem para os comunistas, na medida em que o *fascismo* foi adotado como parâmetro de uma parcela do totalitarismo. Entretanto, o mais correto é partir-se do nacional-socialismo, cuidando de verificar se, de fato, tem alguma distinção essencial em relação ao *internacional-socialismo*. Parece que não. Assim, ambos se proclamam socialistas e entendem o socialismo como equivalendo à estatização da economia. Ambos aproximam-se das tradições imperialistas de suas respectivas culturas (russa e alemã), divergindo apenas na forma como as justificam. Ambos aplicam os mesmos procedimentos para transformar o povo em massa e quebrar a solidariedade social, como nos ensinou Hannah Arendt em sua magistral lição.

Essa digressão tem muito a ver com o contexto cultural dos anos trinta em nosso País. Assim, avanço a primeira hipótese: as correntes emergentes e em ascensão são todas autoritárias, inexistindo expressão relevante do totalitarismo.

O Partido Comunista – que deixou de ser uma seita insignificante, como ocorria no decênio anterior, graças à adesão dos tenentes – somente fará uma opção clara pelo totalitarismo nos anos cinqüenta. A própria Aliança Nacional Libertadora não pretendia implantar no País regime parecido com o soviético. Sua liderança era constituída de positivistas, alguns egressos da própria Igreja Positivista, como Prestes. Provavelmente não tinha maior clareza doutrinária, satisfazendo-se com o fato de que seus adeptos detestassem o Parlamento e simpatizassem com a ditadura, a exemplo do republicanismo de origem militar.⁽¹⁾

Os integralistas estavam divididos em três grandes vertentes, a saber: *tradicionalistas*, capitaneados por Plínio Salgado; *socialistas*, como Reale, Dom Helder, Jeovah Mota etc., e *nacionais socialistas*, liderados por Gustavo Barroso. Das três, a única que poderia ser caracterizada como totalitária seria a última, que, entretanto, não era a dominante.⁽²⁾

No seio do autoritarismo ascendente, havia três expressões rigorosamente fundamentais:

I) *a corporativista*. Pela expressão doutrinária de seus representantes, talvez fosse a mais relevante. Unidos na certeza de que a nova forma de organização econômica, política e social superava os defeitos do capitalismo e do liberalismo, divergiam na maneira como a justificavam. Além das vertentes tradicionalista e socialista do integralismo, a corrente corporativista tem dois teóricos destacados: Francisco Campos e Azevedo Amaral.⁽³⁾

II) *a castilhista*. Pela expressão política é a corrente dominante. Do ponto de vista doutrinário, tem em seu favor a grande tradição fixada no Rio Grande do Sul desde a Constituição de 1891.⁽⁴⁾ Vargas apresentaria uma contribuição significativa a essa doutrina.⁽⁵⁾

III) *o autoritarismo instrumental*, devido a Oliveira Viana.⁽⁶⁾

O autoritarismo instrumental não teria vigência no Estado Novo. Presumivelmente corresponde ao fundamento doutrinário da Revolução de 1964, porquanto esta nunca renegou abertamente o sistema representativo nem procurou estruturar algo de definitivo em seu lugar. Na proposta de Oliveira Viana, o Estado faria uma intervenção corretiva, incidindo sobre a sociedade para eliminar seu caráter clânico e patriarcal, tornando-a, de fato, liberal, isto é, promovendo a diversificação dos interesses e estabelecendo-se práticas democráticas. Seu equívoco parece ter residido na suposição de que semelhante desfecho poderia ser alcançado no âmbito de um regime autoritário. Pelo menos é a conclusão a que se chega à luz da experiência dos vinte anos do movimento de 64.

A Carta de 37 corresponde a uma tentativa de conciliar o corporativismo com o castilhismo. O Estado Novo inclinou-se por este último, com as inovações introduzidas por Vargas, o que explica não tenha sido aquela Constituição sequer implementada.

A tese de que a Carta de 37 pretende sintetizar corporativismo e castilhismo é devida a Francisco Martins de Souza na introdução que redigiu para a antologia *O Estado Nacional e outros ensaios*, de Francisco Campos (Brasília, Câmara dos Deputados, 1983). Adiante procurarei resumi-la.

Para Francisco Martins de Souza, ao adotar o corporativismo, Francisco Campos preservou as duas principais componentes da filosofia política luso-brasileira pós-pombalina, isto é, o cientificismo e o tradicionalismo. O cientificismo é o elemento que o aproxima do castilhismo. O tradicionalismo, na versão reformada que lhe deram Sardenha e Salazar, permitiria a Francisco Campos a possibilidade de adotar o corporativismo para “dar às atividades econômicas uma estruturação sólida o bastante em que se pudesse apoiar uma estrutura política centralizada, mas legitimada em suas bases” (antologia cit., ed. cit., p. 24).

A Carta de 37 sustenta-se, portanto, num tripé: corporativismo-castilhismo-tradicionalismo.

Pode-se conceder que o corporativismo seria o núcleo fundamental. Mas o Conselho da Economia Nacional, que é um órgão equiparável aos demais poderes, não é simplesmente a cúpula das corporações que reúnem os diversos segmentos da economia. É igualmente uma instituição destinada a promover a racionalidade das atividades econômicas. O castilhismo de Vargas tudo pretendia reduzir a questões técnicas e, assim, no próprio núcleos corporativista, está presente a tradição gaúcha.

A Carta de 37 preservou o Parlamento, composto da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal, para funcionar durante quatro meses em cada ano, virtualmente sem iniciativa em matéria legislativa. Além de outras restrições, o Executivo podia obstar o

andamento de qualquer projeto simplesmente declarando que dele pretende ter a iniciativa. A matéria legislativa também é assunto técnico e estará sobretudo a cargo de órgãos com tal característica. A elaboração orçamentária, por exemplo, é atribuição do Departamento Administrativo, diretamente subordinado ao Presidente da República. O acompanhamento da execução orçamentária está afeto ao Tribunal de Contas, com *status* equivalente ao dos tribunais superiores de Justiça.

Na Constituição castilhistas, a Câmara dos Deputados (Assembléia de Representantes) reúne-se dois meses em cada ano e só se ocupa do orçamento. O Executivo é que faz as leis, publicando-as para ouvir a opinião organizada. O esquema Francisco Campos é inquestionavelmente assemelhado. Mesmo a consulta à opinião foi considerada na forma de múltiplos plebiscitos.

Francisco Martins de Souza lembra que o tradicionalismo luso alimentou a crença na existência de instituições democráticas, em Portugal, anteriores ao absolutismo, e que consistiriam em conselhos municipais. Esta marca encontrou seu lugar no texto de Francisco Campos. Deste modo, na escolha dos membros da Câmara dos Deputados, participam os vereadores municipais e dez cidadãos *eleitos* por sufrágio direto em cada município. Também a Câmara Municipal seria eleita por voto direto. Na teoria tradicionalista, a democracia repousa nos corpos intermediários, denominados *naturais*, como a família ou os conselhos municipais. Aos partidos políticos faltaria essa característica. Por isto é chamada de democracia orgânica.

Sabemos que a Carta de 37 não foi aplicada. Apesar do muito que concedeu aos castilhistas, Francisco Campos não os conquistou integralmente. E eram eles, inquestionavelmente, que detinham a hegemonia do processo.

(Francisco Martins de Souza fez a gentileza de transcrever este texto, como anexo, no seu livro *Raízes teóricas do corporativismo brasileiro*. Corresponde à comunicação apresentada no II Congresso Brasileiro de Filosofia Jurídica e Social e publicado nos *Anais*, em 1986).

II. OS RUMOS SEGUIDOS PELA IGREJA POSITIVISTA

I. Rastreamento das publicações do Apostolado

O Apostolado Positivista do Brasil editou, em 1932, *Catálogo das Publicações*. Totalizam pouco mais de 500 títulos. Em geral, são numerados, independentemente do tamanho. O Apostolado sentia-se no dever de manifestar-se sobre quase tudo quanto ocorria no país. Tais manifestações constituem a imensa maioria. O objeto sob exame varia, conforme indicaremos.

Até a morte de Miguel Lemos, aos 63 anos, ocorrida em 1917, o número de títulos chega a 417. A de número 418 registra o seu falecimento (*transformação* como diziam) seguida da 418ª que dá conta da situação econômica do Apostolado na data.

O ciclo seguinte obedece à orientação de Raimundo Teixeira Mendes (1855/1927) quando a numeração passa a ser anual, alcançando 92 títulos até 1926. Sem explicar o critério adotado, isto é, o que excluiu e quais as razões, a chamada Delegação Executiva que assume a direção do Apostolado volta à numeração seqüencial começando pelo 500 (na verdade, os títulos precedentes totalizam 510). O Catálogo de 1932 chega a 511.

Nesta edição mencionam-se ainda o que se denomina de "Propaganda positivista em Paris na casa em que morreu Clotilde" e publicações não editadas pela Igreja (livros de Comte; Jorge Lagarrigue, Teixeira Mendes e outros). Há ainda as "publicações de propaganda no Rio Grande do Sul".

Optamos por reordená-las deste modo:

- a) pronunciamentos sobre eventos;
- b) matéria doutrinária;
- c) Religião da Humanidade; e,
- d) história do movimento positivista.

No que respeita aos pronunciamentos, o catálogo registra-os autonomamente, embora, em muitos casos, passem a integrar também as Circulares Anuais. Nem sempre essas coletâneas discriminam o conteúdo, a exemplo do que se dá em 1891 quando aparecem com o título de "Artigos episódicos publicados em 1891, por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes", num total de 25. A primeira Circular Anual, aparecida em 1885, reúne os diversos pronunciamentos, assinados por Miguel Lemos, fixando as suas relações com o Partido Republicano, que culminaram com o rompimento frontal em 1881, textos que não estão discriminados no Catálogo.⁽¹⁾ O que de fato se preservou encontra-se nessas coletâneas, divulgadas como sendo de autoria do Apostolado, genericamente, de Miguel Lemos ou de Teixeira Mendes.⁽²⁾

No *Resumo cronológico da evolução do positivismo no Brasil* (1891), Miguel Lemos e Teixeira confessam que da insurreição de 15 de novembro de 1889 "só soubemos após a sua realização". A presença de Demétrio Ribeiro (1853/1931) no primeiro governo republicano, que francamente obedecia à orientação do Apostolado, levou-os a aceitar a colaboração com a República.

Depois desse momento inicial, o Apostolado manifestaria crescente

desapontamento em relação à República. A seu ver, estava em causa uma interpretação nada ortodoxa da doutrina de Augusto Comte, ortodoxia que o Apostolado entendia ser de seu dever preservar a todo custo.

A República acabou aceitando a imposição da maioria da liderança política de que o país precisava de uma nova Constituição. O Apostolado lançou a palavra de ordem de "Constituição sem Constituinte". Convocada esta, lança o documento *Constituição Política Ditatorial para a República Brasileira*. A Igreja queria a ditadura republicana.

Afronta suprema seria o fato de que Benjamin Constant se aconselhara com Pierre Lafitte (1823/1903) acerca da Constituinte e este indicara expressamente que devia aceitar a sua convocação porquanto não passaria de uma grande confusão acerca dos ensinamentos de Comte confundir ditadura republicana com poder pessoal absoluto. Afronta suprema porque o primeiro, Benjamin Constant, havia sido afastado da Igreja por não haver concordado com o pagamento de um subsídio para sustento dos apóstolos. E, o segundo, responsável pela conversão dos apóstolos brasileiros e herdeiro presuntivo da Religião da Humanidade, acabou sendo expulso por estes em vista de que aceitou cargo de professor na Universidade francesa. Desse incidente resultou que os brasileiros passassem a tomar conta da Igreja Positivista em Paris.⁽³⁾

A situação não se alteraria substancialmente, do ponto de vista da Igreja, com a entrega do poder aos civis pelos militares. Embora a parcela substancial da liderança política da República Velha simpatizasse com o positivismo – e valeu-se de sua inspiração para conceber instituições francamente autoritárias –, manteve o invólucro liberal fixado pela Constituição. Portanto, para o Apostolado, nada mudara. Acompanhando a temática de seus pronunciamentos após o primeiro decênio republicano, recolhe-se a impressão de que buscam fixar-se em uns poucos pontos que, talvez, melhor pudessem educar a opinião brasileira segundo a ortodoxia comteana. Trata, assim, de explicitar que Comte era a favor da dissolução das Forças Armadas e da criação de milícias populares, razão pela qual o militarismo emergente no Brasil com a República não teria aquela origem. O combate à adoção da vacina obrigatória tornou-se também outro cavalo de batalha. Seus documentos falam até em "cruéis e absurdas monstruosidades do despotismo sanitário". O mais importante entretanto, a meu ver, consiste na aproximação com o catolicismo. É possível que o Apostolado se dispusesse então a exercitar magistério de índole moral. Nesse mister pode-se considerar que foi bem sucedido. Quando da primeira revolta do grupo tenentista do Exército, em 1922, Jackson de Figueiredo (1891/1928) combateu-a veementemente, esgrimindo a bandeira da Ordem em torno da qual, a seu ver, os católicos deveriam arregimentar-se e expressou a confiança de que o Apostolado também o fizesse, como de fato aconteceu. Deste modo, eminente personalidade da Igreja Católica, cujo papel fora francamente diminuído pela República, reconhecia que a Igreja Positivista a substituíra no empenho em prol do respeito às regras morais consagradas pela tradição, originárias do catolicismo.

Na convicção de que a própria Igreja Positivista passou a atribuir maior relevância à moralidade, procuro avaliar, no tópico seguinte, o que seria de fato a moral positivista. Segue-se a transcrição do Catálogo mencionado, com o reordenamento referido.

2. Catálogo das publicações do Apostolado Positivista do Brasil (1932)⁽¹⁾

a) Pronunciamentos sobre eventos

- Calderon de la Barca. Discurso comemorativo pelo Dr. Teixeira de Souza, 1881..... esgotado
- A Pátria Brasileira. Discursos comemorativos por M. Lemos e R. Teixeira Mendes. 1881.
- Imigração chinesa. Mensagem ao Embaixador da China na França e na Inglaterra; por Miguel Lemos. 1881.
- A Universidade. Contra a criação de uma – ; por R. Teixeira Mendes. 1882.
- O Apostolado Positivista no Brazil. Circular anual de 93 – 1881.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. Circulaire annuelle, de 93 – 1881.
- Sacramento da Apresentação. Discurso proferido por Jorge Lagarrigue ao conferir esse sacramento em 1883. Reproduit dans ses “Lettres sur le Positivisme”. esgotado
- A dissolução da Câmara; por Miguel Lemos. 1884 esgotado
- Circulaire collective de la Societé Positiviste de Rio de Janeiro communiquant sa rupture avec M. P. Laffitte. 1884. Dans le n. 31. épuisé.
- Question franco-chinoise, par Miguel Lemos. 1884. Repr. dans le n. 39.
- Contra a projetada estátua do conselheiro Buarque de Marcelo, por Miguel Lemos. 1884. esgotado
- A Tiradentes; poesia por Jozé Mariano de Oliveira. 1884.
- Lettre à M. Laffitte, contre sa dernière circulaire, par Miguel Lemos. 1884. Rep. dans le n. 31. épuisé
- Positivisme et Laffittisme; réponse à la protestation laffittienne contre la circulaire collective (n. 13) du Centre Positiviste Brésilien, par Miguel Lemos. 1884. Repr. dans le n. 31. épuisé
- O projeto do casamento civil. Carta ao Ministro do Império, por Miguel Lemos. 1884.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. Circulaire annuelle, de 94 – 1882.
- Comemoração anual da morte de Augusto Comte, por Miguel Lemos, 1884
- Concurso para o lugar de Secretário da Biblioteca Nacional: memorial por Miguel Lemos. 1884. esgotado
- A incorporação do proletariado escravo e as próximas eleições, 1884. esgotado.
- A questão de limites entre o Brazil e a República Argentina, por Miguel Lemos, 1884.
- Lettre au Dr. Anton Nystron sur les dissidences parmi les positivistes, par Miguel Lemos. 1885. Repr. dans ce n. 39. épuisé.
- Lettre au Dr. Congreve, à propos du Discours annuel de M. Cotton à Calcutta,

- par Miguel Lemos. 1885. épuisé.
- Carta ao Dr. Eiras, por Miguel Lemos. 1885.
 - Inauguração de um busto de Danton; discurso por Miguel Lemos, poesia por J. Montenegro Cordeiro. 1885. esgotado.
 - Lettre au Dr. Audiffrent, par Miguel Lemos. 1886. épuisé.
 - L’Apostolat Positiviste au Brésil. Circulaire annuelle, de 96-1884.
 - Carta ao Conselheiro Dantas, por Miguel Lemos. 1886. esgotado.
 - Carta politica, por Sebastião Hummel. 1886. esgotado.
 - Contra o montepio obrigatório, por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes. 1885. R. no n. 118. esgotado.
 - A repressão legal da ociosidade; por Miguel Lemos. 1888.
 - A propósito da agitação republicana. Carta a Joaquim Nabuco; por R. Teixeira Mendes. 1888. Rep. No n. 236. esgotado.
 - L’Apostolat Positiviste au Brésil. Circulaire annuelle, de 99-1887. épuisé.
 - Palavras pronunciadas sobre o túmulo de Augusto Comte; por Montenegro Cordeiro. 1888. esgotado.
 - À memória de D. Heloiza Guimarães Cordeiro, por M. Lemos e R. Teixeira Mendes. 1888. esgotado.
 - Abolicionismo e clericalismo. (Complemento ao n. 61); por R. Teixeira Mendes, 1888. Rep. no n. 236. esgotado.
 - La question de la reforme orthographique; par M. Lemos. 1888. épuisé.
 - L’Apostolat Positiviste au Brésil. Circulaire annuelle, de 100-1888.
 - O Apostolado Positivista no Brazil. Circular anual, de 100-1888.
 - Carta ao Senador Silveira Martins; por Miguel Lemos. 1889. esgotado.
 - Mensagem ao Gen. Deodoro; por M. Lemos e R. T. Mendes. 1889. Rep. nos ns. 106 e 120. Ao Povo e ao Governo da República. Indicações urgentes; por Miguel Lemos. 1889. Rep. nos ns. 106 e 120.
 - Liberdade de imprensa. A propósito do decreto de 25 de Dezembro; por Miguel Lemos. 1889. Rep. nos ns. 106 e 120. esgotado.
 - A incorporação do proletariado na sociedade moderna. Projeto relativo às oficinas federais; por R. Teixeira Mendes. 1889. (Vede o n. 417 A).
 - A política positiva e a grande naturalização; por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes. 1889. Rep. no n. 112. esgotado.
 - A política positiva e a liberdade bancária; por M. Lemos e R. T. Mendes. 1890.
 - Bases de uma Constituição política, ditatorial federativa para a República Brasileira; por M. Lemos e R. T. Mendes. 1890.
 - A liberdade de profissões e o regulamento para o serviço doméstico; por M.

- Lemos. 1890. Rep. no n. 122. esgotado.
- A política republicana e a atitude da colônia maranhense; por R. Teixeira Mendes. 1890. esgotado.
 - O livre exercício da medicina; por M. Lemos. 1890. Rep. no n. 122.
 - O regimen republicano e o livre exercício da medicina; pelo Dr. Bagueira Leal. 1890. Rep. no n. 47. esgotado.
 - Contra a obrigatoriedade do ensino; por Miguel Lemos. 1890. Rep. no n. 122 e junto com os ns. 35 e 41.
 - O novo código de posturas municipais; por Miguel Lemos. 1890.
 - A propósito da prisão de um padre reputado falso; por Miguel Lemos. 1890. Rep. no n. 122. esgotado.
 - Constituição sem Constituinte; por Miguel Lemos. 1890. Rep. no n. 122.
 - A política positiva e o regulamento das Escolas do Exército; por R. T. Mendes, 1890.
 - A estátua de D. Pedro I, por M. Lemos. 1890. Rep. no n. 122. esgotado.
 - Pela liberdade espiritual. (A perseguição às cartomantes, espíritas, etc.), por M. Lemos. Rep. no n. 122.
 - A bandeira nacional; por R. T. Mendes (Vede o n. 1470 1889. (2ª edição, 1921).
 - Pela liberdade de imprensa. (Assalto à “Tribuna”); por M. Lemos, 1890. Rep. no n. 122. Representação enviada ao Congresso Nacional propondo modificações ao projeto de Constituição apresentado pelo Governo. Anexo: Razões contra a grande naturalizações; por M. Lemos e R. Teixeira Mendes. 1890. esgotado.
 - O Apostolado Positivista no Brazil – Circular anual, de 101-1889.
 - L’Apostolat Positiviste au Bresil. Circulaire annuelle, de 101-1889.
 - O Positivismo e a atual direção política do Governo. Carta à “Gazeta de Notícias”; por Miguel Lemos. 1890.
 - A última crise: o golpe de estado de 3 de Novembro de 1891; por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes. 1891.
 - Artigos epizódicos publicados em 1891; por M. Lemos e R. T. Mendes: I. Benjamin Constant e as reformas da instrução pública. II. Liberdade religiosa. III. A nova tabela de continências para o exército e a liberdade religiosa. IV. As condecorações e os títulos de nobreza. – A fórmula Saúde e Fraternidade. – A bandeira nacional. V. O Positivismo e a revolução no Chile. VI. A política positiva e a reforma do ensino tentada por Benjamin Constant. VII. A abolição dos privilégios acadêmicos e o sr. Campos Salles. VIII. A precedência obrigatória do casamento civil e a Constituição Federal. IX. A liberdade espiritual e a conservação dos símbolos católicos nos estabelecimentos públicos. X. A propósito do regulamento do serviço doméstico. XI. O Deus onipotente e a Constituição Federal. XII. Ainda a precedência obrigatória do casamento civil. XIII. O Sr. Saraiva e a conservação dos ordenados

ecleziásticos. XIV. Contra a proposta da revogação do banimento do ex-Imperador. XV. Uma renúncia de mandato. XVI. Supressão da legação brasileira junto ao Vaticano. XVIII. Subscrição em favor do Sr. P. Laffitte, pretendido diretor do Positivismo. XVIII. O Montepio obrigatório. XIX. A vacinação obrigatória. XX. Retificação. A propósito do golpe de estado de 3 de Novembro de 1891. XXI. Falsidades. Idem. XXII. História ridícula. Do sr. Q. Bocayuva. XXIII. O Positivismo e o Sr. Q. Bocayuva. XXIV. A morte do ex-Imperador. XXV. O Christo no júri.

- Esposição do dógma positivo no Rio de Janeiro. Programa do 1º ano; por R. Teixeira Mendes. 1891. Traduit en Le faux et le vrai Positivisme, de Jorge Lagarrigue. esgotado.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual de 102-1899.
- Bis. L’Apostolat Positiviste au Brésil. – Circular annuelle de 102-1890.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual de 103-1891.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. – circulaire annuelle de 103-1891.
- A propósito de uma questão de moral médica; por M. Lemos. 1893.
- A comemoração cívica de Benjamin Constant e a liberdade religiosa; por R. Teixeira Mendes. 1892.
- A secularização dos cemitérios e o privilégio funerário; por M. Lemos e R. T. Mendes: I. Carta à redação d’O País; II. Representação ao Conselho Municipal; III. Carta ao Dr. Ferreira de Araújo; IV. Carta ao Intendente dr. J. B. Capelli. 1893.
- Os cemitérios serão focos de infecção? Pelo Dr. J. f. Robinet. Tradução. 1893.
- Casamento civil Representação à Câmara; por M. Lemos. 1893.
- Pelos indígenas brasileiros; por Jozé Mariano de Oliveira. 1894.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. – Circulaire annuelle, de 104-1892.
- O Apostolado Positivista no Brasil. – Circular anual, de 104-1892.
- Artigos epizódicos publicados em 1892; por M. Lemos: I. A difamação clerical; II. Uma anedota dos Goncourt; III. Torpe difamação.
- Representação à Câmara dos Deputados contra um projeto de lei restritivo da liberdade de associação religiosa; por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, 1893.
- Contra o divórcio; por M. Lemos. 1893.
- Exame da questão do divórcio; por R. Teixeira Mendes. 1893.
- Propósito do dezacato à imagem; II e III. O Positivismo e a “Gazeta de Notícias”; IV. A conservação dos símbolos católicos nos estabelecimentos públicos: Carta ao Dr. Rodrigo Otávio.
- Artigos epizódicos publicados em 1892; por Miguel Lemos. I. Aos nossos concidadãos: (a nossa atitude para com o Governo); II. A questão da eleição presidencial; III. O anonimato na imprensa.

- A propriedade literária; por R. Teixeira Mendes. 1894.
- A questão da bandeira. Artigos epizódicos, sobre uma bênção e um projeto de mudança da bandeira, publicados em 1892 e 1893; por Miguel Lemos. Vede n. 110.
- À República do Paraguai; por Miguel Lemos. 1893. Repr. nos ns. 246 e 260.
- Defeza dos feriados nacionais. Artigos epizódicos publicados em 1892; por Miguel Lemos.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual, de 105-1893.
- A propósito do projeto de lei sobre o divórcio, do deputado dr. Erico Coelho; por M. Lemos e R. Teixeira Mendes. 1894.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. – Circulaire annuelle, de 105-1893.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. – Circulaire annuelle, de 106-1894.
- O Apostolado Positivista no Brasil. – Circular anual, de 106-1894.
- A questão da ilha da Trindade. A letter to the Marquis of Salisbury, by Richard Congreve and Henry Crompton. Original e tradução. 1896. Repr. dans le n. 166.
- A questão do nativismo. Carta ao Cid. Luís Leitão; por R. T. Mendes. 1896.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. – Circulaire annuelle, de 107-1895.
- A situação política e a crise financeira; por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes. 1896.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual, de 107-1895.
- A ditadura republicana; por Jorge Lagarrigue. Tradução. 1897. Seguida da Mensagem com que Bolivar apresentou o seu projeto de Constituição ao Congresso Constituinte da Bolívia.
- Discurso por ocasião da colocação da pedra fundamental do Templo da Humanidade; por M. Lemos. 12 de Outubro de 1890. Rep. No n. 122.
- L’Apostolat Positiviste au Brésil. – Circulaire annuelle, de 108-1896.
- O Apostolado Positivista no Brasil. – Circular anual, de 108-1896.
- Mais um atentado do despotismo sanitário. A propósito da remoção violenta de um doente para o hospital. 1908.
- A república e a Magistratura. A propósito do despotismo sanitário e da propaganda antimilitarista. 1909.
- O sientismo e a defeza dos indígenas. A propósito dum artigo do Dr. H. Ihering. Um exemplo digno no Rio Grande do Sul. 1909.
- Pela Pás Sul-Americana. A atual agitação no Brazil e na Argentina. 1909.
- Ainda a manutenção do privilégio funerário da Misericórdia. 1909.
- Pela fraternidade Sul-Americana. Chile e Perú. 1909.
- Abolition de Pesclavage africain en France. Toussaint Louverture. La

Convention. 1909

- Em comemoração da lei de 13 de Maio de 1888, que declarou extinta a escravidão no Brasil. Tradução da publicação n. 280, sobre a iniciativa de Toussaint Louverture, no Haiti, e a sessão na qual a Convenção aboliu a escravidão na França. 1916.
- O Privilégio funerário da Misericórdia. 1909.
- A agitação militarista na Inglaterra e os positivistas ingleses. 1909.
- Brazil-Uruguaí. A retificação de limites, com o condomínio Mirim-Jaguarão. 1909.
- A reorganização republicana da assistência pública no Distrito Federal. 1909.
- Ainda pela fraternidade Sul-Americana. A propósito da sentença arbitral do Governo argentino, na questão de limites entre o Perú e a Bolívia. 1909.
- Ainda em defeza do livre culto dos mortos violado pelo despotismo sanitário. A propósito da proibição de acompanharem crianças os enterros. 1909.
- A pá e o dezarmamento. A propósito de uns discursos do Sr. Barão do Rio Branco. 1909.
- A apreciação positivista dos atentados políticos e da sua repressão atual. A propósito dos lutozos acontecimentos ultimamente ocorridos na Espanha. 1909.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual de 120-1908.
- Ainda em defeza da liberdade espiritual e especialmente do Sacerdócio Católico. A propósito das ameaças de deposição e deportação do Bispo do Piauí. 1909.
- Pela fraternidade universal e especialmente Sul-Americana. A propósito do adiamento da votação dos tratados com o Uruguaí e o Perú. 1910.
- A civilização dos indígenas brasileiros e a política moderna. A propósito dos projetos neste assunto, atribuídos ao Dr. Rodolfo Miranda. Ministro da Agricultura. 1910.
- Ainda o despotismo sanitário e a política republicana. A propósito da projetada expulsão dos proletários moradores no morro de Santo Antônio. 1910.
- 296 bis. Contre le transfert des restes d'Augusto Comte au Panthéon. Appel de l'Église Positiviste du Brésil. 1910.
- Ainda em defeza da política republicana atraída pela higiene oficial; por R. T. Mendes, 1908.
- A vacina e a proteção aos animais. Carta ao Dr. Carlos Costa; por Miguel Lemos, 1908.
- A política republicana e a tirania vacinista. 1908.
- Mais uma vez as greves, a ordem republicana, e a reorganização social. 1908.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual de 119-1907.

- Ainda a República e o militarismo. A propósito da propaganda contra o alistamento militar; por R. Teixeira Mendes; e da teoria de estermínio dos indígenas; por L. B. Horta Barbóza. 1908.
- Uma decisão do poder Judiciário contra o despotismo higiênico. A propósito das visitas domiciliares da autoridade sanitária. 1908.
- Ainda o militarismo e a política moderna. As glorificações oficiais da guerra contra o Paraguai; por R. T. Mendes. 1908.
- Ainda contra o ensino obrigatório. A propósito dum projeto no Districto Federal; por R. T. Mendes. 1908. Vede os ns. 35, 41 e 89.
- Ainda o militarismo e a diplomacia. A propósito do convite do Imperador alemão para a assistência de manóbras militares; por R. T. Mendes. 1908. Traduzido no n. 263 bis.
- bis. Encore le militarisme et la diplomatie. A propos de l'invitation de l'Empezeur allemand pour l'assistance de manoeuvres militaires; par R. T. Mendes. 1908. Traduit du n. 263.
- Ainda a questão da variola e da vacina. A propósito de ataques contra o Apostolado Pozitivista; por R. T. Mendes. 1908.
- A Liberdade profissional e os privilégios escolares e técnicos; por Carlos Dunoyer e J. B. Courcelle Seneuil. Tradução. 1899.
- Ode a Toussaint-Louverture; por R. Teixeira Mendes. 1899.
- a. Explicação pessoal a propósito d'um artigo do Sr. E. F. Montarroyos, referente ao folheto acima; por R. T. Mendes. 1915.
- L'Apostolat Positiviste au Brésil. – Circulaire annuelle, de 1907 – 1897.
- O Apostolado Pozitivista no Brazil. – Circular anual, de 109 – 1897.
- A secularização da assistência pública e o privilégio funerário; por M. Lemos e R. T. Mendes. Diversos anexos. 1900.
- Manifesto inicial da Sociedade Pozitivista de Paris; por Augusto Comte. Tradução, 1900.
- O despotismo sanitário perante a medicina; pelo Dr. J. Bagueira Leal. 1901.
..... esgotado.
- L'Apostolat Positiviste au Brésil. – Circulaire annuelle, de 110 – 1898.
- O Apostolado Pozitivista no Brazil. – Circular anual de 110 – 1898.
- A estátua de Augusto Comte; artigos por R. Congreve, traduzido, e M. Lemos. 1898. Reproduzidos no n. 107, e o último no 206.
- A vacinação obrigatória; por Mikaël Suni. Tradução. 1902.
- Ainda pela liberdade espiritual. A conduta do Governo em relação aos bens em poder do clero católico; por R. T. Mendes. 1903.
- A vacina e sua obrigatoriedade; por M. Lemos. A vacina e a variola; pelo Dr. Bagueira Leal. 1903.
- bis. Ainda o despotismo sanitário; por R. T. Mendes. 1903.

- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual, de 115 – 1903.
- Contra a vacinação obrigatória. A propózoito do parecer da Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados; por R. Teixeira Mendes. 1904.
- A questão da vacina; pelo Dr. J. Bagueira Leal. A opinião de Augusto Comte sobre a vacina; por R. T. Mendes. 1904.
- Contra a vacinação obrigatória. A propózoito do projeto do Governo; por R. Teixeira Mendes. 1904.
- Reflexões acerca dos ensinamentos políticos que se devem tirar da atual atitude do Governo francês em relação à liberdade espiritual; por R. T. Mendes. Apêndice: Trechos do projeto de lei de separação das Igrejas do Estado. 1904.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual, de 116 – 1904.
- A ditadura republicana e o Positivismo; uma retificação, por R. T. Mendes. 1904.
- O Positivismo e o recurso às insurreições. (A propózoito de um artigo do Major Gomes de Castro), por R. T. Mendes. 1906.
- Pela sinceridade governamental e a liberdade espiritual. I. A restauração dos símbolos teológicos nos estabelecimentos do Estado. II. A propózoito das ezéquias oficiais em comemoração das vítimas da catástrofe do “Aquidaban”. III. A propózoito de ataques ao Sr. Gabriel de Piza; por R. Teixeira Mendes. 1906.
- As greves. A ordem republicana e a reorganização social. A propózoito da greve na Companhia Paulista de vias férreas e fluviaes. Por R. T. Mendes. 1906. (Vede 234).
- Ainda as greves e a reorganização social. (Continuação do n. 232). 1906.
- A mistificação democrática e a regeneração social. Reedição da Nota, no folheto n. 60, a propózoito da abolição do juramento parlamentar, e dos folhetos ns. 61 e 65; por Miguel Lemos e R. T. Mendes. 1906.
- Le seul vrai gouvernement français; la dictature républicaine; à propos d’une lettre de M. Antoine Baumann; par R. Teixeira Mendes. 1906.
- O despotismo médico-jurista e a reorganização social. A decisão dos casos de demência quando esta se não manifesta por crimes; por R. T. Mendes. 1906.
- A República e o militarismo. A propózoito do projeto de mais um monumento comemorativo da batalha do Riachuelo; por R. T. Mendes. 1906.
- A atual atitude do patriciado e do proletariado perante a reorganização social. A propózoito da greve dos carroceiros; por R. T. Mendes. 1906.
- O militarismo ante a política moderna. I. A propózoito da comemoração da batalha do Riachuelo. II. Reprodução do n. 148. III. A propózoito do novo projeto de lei do sorteio militar; por R. T. Mendes. 1907. esgotado.
- La diplomatie et la régénération sociale.
- L’Attitude du gouvernement brésilien à la Conférence de La-Haye; par R. T. Mendes. 1907.

- A diplomacia e a regeneração social. I. A missão dos diplomatas. A propósito dum telegrama do Ministro argentino Sr. Gorostiaga ao Senador Lainez. II. A franqueza diplomática. A propósito da informação do governo brasileiro ao governo belga sobre a questão da vacinação obrigatória no Brasil. III. A atitude do governo brasileiro na Conferência de Haia. Traduzido no n. 2467; por R. Teixeira Mendes. 1907.
- 249 a. Ainda o militarismo perante a política moderna. I. A propósito da agitação a que está dando lugar a lei do sorteio. II. A propósito do Gabinete de Identificação da Marinha; por R. T. Mendes. Apêndice. 1908.
- O despotismo sanitário ezercido contra os funcionários públicos e especialmente proletários; por R. T. Mendes. 1907.
- A dignidade do poder espiritual. A propósito da intervenção da polícia cerceando a liberdade industrial de um padre, e da carta do Vigário Geral a esse respeito; por R. T. Mendes. 1907.
- Basta de lutas frairicidas. A propósito da última Menságem presidencial e da agitação militarista devida à retomada das tradições da diplomacia imperial; por R. Teixeira Mendes. 1908.
- A única atitude que cabe ao poder temporal perante a liberdade espiritual. A propósito da apreensão de publicações distribuidas referentes ao sorteio militar; por R. T. Mendes. 1908.
- A higiene oficial e a verdadeira higiene. Reflexões acerca do estado sanitário do Rio de Janeiro, segundo os quadros da mortalidade nos anos de 1903 a 1906; por R. T. Mendes. 1908.
- Ainda a vacinação obrigatória e a política republicana. A obrigatoriedade nas escolas públicas; por R. T. Mendes. 1908. Com apêndice.
- A trasladação dos restos dos almirantes Barroso e Saldanha; por Miguel Lemos. 1908.
- Ainda as cruéis e absurdas monstruosidades do despotismo sanitário. As violências contra os passageiros do paquete Orléannais; por R. Teixeira Mendes. 1907.
- Ainda os indígenas do Brazil e a política moderna. A propósito duns telegramas dos Engenheiros Gastão Sengès e Cândido Rondon; por R. T. Mendes. 1907.
- A liberdade de testar e a reorganização social. A propósito dum projéto; R. Teixeira Mendes. 1907.
- A Diplomacia, a República e o Pozitivismo. A propósito de nòvos ataques ao Ministro Gabriel de Piza, sob pretexto de suas manifestações pozitivistas; por R. T. Mendes, 1908.
- Em defeza dos Selvágens brasileiros. A propósito do projéto reorganizando o “Território do Acre” e o projeto das nòvas perseguições aos Selvágens brasileiros. Correspondência entre o Tenente-Coronel Rondon e o Ministro da Agricultura. 1910.
- Ainda pela Liberdade Espiritual. II. O Governo e os bens que se achão na

pósse do cléro católico. A propózoito da projetada pónite para ligar o Arsenal de Marinha à Ilha das Cóbras. 1910.

- O Ensino Público e o Despotismo Sanitário. A propózoito do decreto do Prefeito do Distrito Federal, n. 778, de 9 de Maio, que pretende dar instruções para o serviço de inspeção sanitária escolar. 1910.
- Pela Paz; por A. Esteves, 1910. esgotado.
- A atitude dos Pozitivistas antes a retrogradação militarista. 1910.
- Jozé Bonifácio. A propózoito do novo Serviço de proteção aos índios; por M. Lemos. 1910.
- A política republicana federal. A propózoito da projetada intervenção do Governo Federal no Estado do Rio de Janeiro. 1910.
- A política republicana e a tirania vacinista. A propózoito do recente ofício do diretor geral da Saúde Pública sugerindo ao governo pôr em prática a lei da vacinação obrigatória. Apêndice. A variola em Paris cem anos depois da invenção destinada a esterminá-la; pelo Dr. H. Boucher. 1910.
- Pela fraternidade Sul-Americana. A propózoito da áta que rezolveu fraternalmente, entre os governos argentino e brasileiro, o deplorável incidente das bandeiras. 1910.
- Ainda um apêlo ao Governo e ao Público, no intuito de aussiliárem, quando lhes cabe, a regeneração da função médica. A propózoito do preparado 606. 1910.
- La république en Portugal et l'atitude de l'Église Positiviste du Brésil. 1910.
- O Apostolado Pozitivista no Brasil. – Circular anual de 121 – 1909.
- A veracidade do “Esboço biográfico de Benjamin Constant”. A propózoito de uma contestação do Coronel Clodoaldo da Fonseca. 1910.
- Ezortação à Fraternidade do capítulo de IMITAÇÃO: Como se deve sofrer os defeitos de outrem. (Rep. no n. 2, de 1922).
- A Bandeira Republicana Portugueza segundo os ensino de Augusto Comte, 1911.
- A anistia e a política moderna sobretudo republicana. A propózoito da revolta naval de 22 de Novembro de 1910.
- Notice historique sur la question de la vaccination obligatoire au Brésil; par le Dr. Bagueira Leal. 1911.
- Ainda em defeza da liberdade religiôza. A propózoito da manutenção dos atos do Governo, proibindo que dezembárquem em pórtos brasileiros os religiôzos espulsos de Portugal, ou outros padres acuzados de andárem esmolando e explorando a credulidade pública. 1911.
- Ainda em defeza da separação entre o poder espiritual e o poder temporal. A propózoito do padre falso denunciado. 1911.
- A situação política brasileira e a verdadeira política republicana. A propózoito dos fatos dezhumanos ocorridos após a insurreição do Batalhão Naval. 1911.

- A intitulada lei da separação do Estado das Igrejas em Portugal. 1911.
- A nova reforma do ensino secundário e superior perante a verdadeira política republicana moderna. 1911.
- Pela Fraternidade Universal, e especialmente Sul-Americana. A propósito de mais uma comemoração da desgraçada guerra travada entre os quatro povos irmãos, Brasileiro, Argentino, Uruguaio, de um lado, e Paraguaio, do outro. 1911.
- Carta ao Exmo. Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, sobre a conduta que, segundo os ensino de Augusto Comte, os interesses supremos da Humanidade e especialmente do povo brasileiro, aconselham aos estadistas do Império, em virtude do advento revolucionário da república. 1911.
- O arbítrio governamental e a política moderna, sobretudo republicana. A propósito da mensagem presidencial de 26 de Maio de 1911 acerca dos atos praticados durante o estado de sítio. 1911.
- A nomeação para os empregos públicos e a política moderna, sobretudo republicana. A propósito da disponibilidade arbitrariamente infligida ao cidadão Gabriel de Piza, Ministro do Brazil em Paris. 1911.
- A fraternidade universal, a gratidão social, e o respeito à verdade histórica. A propósito do projeto de lei autorizando o Governo a mandar buscar os restos de D. Pedro II e de D. Tereza Cristina, e revogando o decreto de banimento da Família Imperial. A comemoração social e a situação moderna. A propósito da transladação dos restos mortais da Imperatriz D. Leopoldina, do Convento da Ajuda para o de Santo Antônio. 1911.
- Ainda a extinção da violência, tanto governamental como popular, e a política moderna, sobretudo republicana. A propósito da prisão de empregados na Light, acusados de promover uma greve, e do sequestro de bens pertencentes ao Sacerdócio Católico. 1911.
- Ainda pelos martirizados descendentes dos indígenas e dos africanos. A propósito do projeto que fixa a despesa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para o exercício de 1912. 1911.
- A influência positivista no atual Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Um artigo do Cid. Luzo Torres. 1911.
- O Barão do Rio Branco. 1912.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual de 122 – 1910.
- A regeneração social e a fatal eliminação da classe dos legistas. A propósito da recente decisão do Supremo Tribunal Federal contra a liberdade profissional. 1912.
- Paraguai – Argentina – Brazil. A confraternização Brazilio-Argentina, a independência do Paraguai, e o cancelamento da sacrilega dívida resultante, para esta, da guerra entre ela e o Brazil, a Argentina e o Uruguai. 1912.
- Ainda a comemoração social e a situação moderna. Reflexões a propósito da subscrição pública para erigir-se, no Centenário de São João Batista, um

monumento à Imperatriz D. Leopoldina e seus descendentes. 1912.

- A urgente necessidade de abolir os processos militares e legistas, bem como a metafísica democrática, para constituir, enfim, a república. A propósito do dezhumano bombardeio da cidade da Bahia, por causa de competições eleitorais. 1912.
- Atitude dos positivistas para com os católicos e demais contemporâneos. A propósito das apreciações de alguns católicos sobre a conduta dos positivistas no que concerne à proteção republicana dos indígenas. Apêndice: Um ofício do Coronel Rondon sobre a missão saleziana de catequize de índios em Mato-Grosso. 1912.
- A Igreja Católica e a escravidão; por Joaquim da Silveira Santos. 1912.
- Ainda a verdade histórica acerca da instituição da Liberdade Espiritual no Brazil, bem como do conjunto da organização republicana federal. A propósito das afirmações do Senador Rui Barbóza, a esse respeito. 1912.
- Católicos e Positivistas. A propósito das conferências que realizou o Revdm. Sr. D. Sebastião Leme. 1912.
- O respeito à pudicícia e à delizadeza femininas, à liberdade espiritual, ao prestígio da função medica, ao decoro do poder temporal, e à dignidade do público. A propósito dumas Senhóras chinezas que se propõem a curar moléstias dos ólhos. 1912.
- Ainda pela separação entre o poder temporal e o poder espiritual. A propósito de uma diligência contra um cidadão acusado de feiticeiro. 1912.
- a. A verdadeira política republicana e a incorporação do proletariado na sociedade moderna. – I. A propósito das últimas grèves. 1912. – II. A propósito da greve dos operários de construções. 1912.
- b. – III. A propósito das férias anualmente devidas aos proletários empregados na atividade industrial. 1914.
- A proteção republicana aos indígenas brasileiros e a catequize católica dos mesmos indígenas. A propósito dos aussílios materiais que as atuais classes dominantes do povo brasileiro persistem em dar, oficialmente, a representantes do Sacerdócio Católico, para a catequize dos indígenas. 1912.
- O Império brasileiro e a república brasileira perante a regeneração social. A propósito do “Manifêsto de S.A.I. o Sr. D. Luís de Bragança”. 1913.
- Ainda pela liberdade espiritual e especialmente do Sacerdócio Católico. A propósito da descabida intervenção judiciária na lamentável revólta de membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Gloria contra as autoridades católicas, por causa da pósse dos bens do Sacerdócio Católico, que se áchão sob a guarda da referida Irmandade. 1912.
- Ainda a atitude dos positivistas para com os católicos e demais contemporâneos. A propósito das apreciações do jornal católico “A União”, acerca da publicação n. 343. 1912.
- Ainda contra a retrogradação protestante do divórcio. A propósito de um novo projeto de lei sobre o divórcio. 1912.

- O Apostolado Positivista no Brasil. – Circular anual de 123 – 1911.
- La Famile d’Auguste Comte. Lettre à M.A. Baumam, à propos de son article sous ce titre, paru dans la Coopération des Idées. 1913.
- A propos du centenaire de Fabien Maguins. 1913.
- O Almirante Baptista de Leão. Testemunho de gratidão social à sua memória, pela iniciativa que, como Ministro, tomou na cívica transformação da classe militar no Brasil. 1913.
- P Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual de 124 – 1912.
- Fabien Magnin. Correspondance relative à la crise de 1877/8. Cinq Lettres. 1914.
- O Apostolado Positivista no Brazil. – Circular anual de 125 – 1913.
- A política republicana e o regimen federativo. A propózição do angustiozo episódio que atravessa, neste momento, o povo brasileiro, especialmente no Estado do Ceará. 1914.
- La publication “Incident Piza – Rio Branco. Grave situation politique au Brésil”, de M. le Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida. Quelques remarques indispensables. 1914.
- Ainda o vestuário e o despotismo. Em defeza da liberdade individual, e especialmente do proletariado, ameaçado por um projéto sobre o vestuário, apresentado ao Conselho Municipál. 1914.
- Ainda pelo respeito à plena liberdade de ensino. A propózição da fiscalização dos estabelecimentos de ensino superior, creados pelos Estados ou por particulares. 1914.
- Uruguai – Brazil. A propózição da modificação de fronteiras no arroio S. Miguel. 1914.
- Ainda o despotismo sanitário e a regeneração social. A propózição do novo regulamento da Diretoria de Saúde Pública. 1914.
- Pela fraternidade Universal e especialmente Americana. A propózição da luta do México e os Estados Unidos. 1914.
- Pelo escrupulozo respeito à reputação privada, pessoal e doméstica.
- A propózição de uma difamação à família Décio Vilares. 1913.
- Os ensinos de Augusto Comte e a refórma do ensino. A propózição da correspondência entre o Ministro do Interior e o Dr. Licínio Cardozo. 1913.
- A nóva organização do ensino e o Apostolado Positivista do Brazil. A propózição de um artigo do Dr. Licínio Cardozo. 1913.
- Uruguai-Brazil. A propózição do quarto aniversário da ratificação do tratado Mirim-Jaguarão. 1914.
- O moderno regimen republicano e a situação financeira do Governo. A propózição da espozuição do Ministro da Fazenda, apresentando a propósta da Receita e Despeza da para o ezercicio de 1915. 1914.

- Charlemano, commémoration du 11e. centenaire de sa mort (sous presse la suite). 1914.
- Supremo Epizódio da vida privada dos Fundadores da Religião da Humanidade. A propóziito de uma difamação. 1914.
- A propóziito de um artigo d'A União, acuzando de conter uma "inverdade histórica", a publicação n. 379 do Apostolado Positivista do Brazil. 1914.
- A propóziito da propaganda anarquista. Carta ao Cid. Elizio de Carvalho. 1915.esgotado.
- O Positivismo e a questão social. A propóziito da propaganda republicana da higiene pública. 1915.
- O Catolicismo e a Pás. A propóziito de uma conferência do Padre Júlio Maria. 1915.
- Paraguai – Argentina – Brazil. Ainda a confraternização Brazilio-Argentina, a independência do Paraguai, e o cancelamento da sacrilega divida rezultante, para ésta, da guérria fraticida entre éla e o Brazil, a Argentina e o Uruguai. 1915.
- Uruguai-Brazil. Tratado Mirim-Jaguarão. (7 de Maio de 1910). A propóziito do quinto aniversário do tratado Mirim-Jaguarão. 1915.
- Ainda pelo respeito cavalheiresco à dignidade feminina. A propóziito de um incidente na Escola Normal; por R. T. Mendes. A questão inicial. Reflexões sobre a influência aleman; por Miguel Lemos. 1915.
- bis. Pela fraternidade universal e especialmente americana. A propóziito da projetada intervenção das Repúblicas americanas na situação interna do México. 1915 (English translation also).
- Ainda pelos martirizados descendentes dos indígenas e dos africanos; por R. T. Mendes. Apelo do Coronel Cândido Rondon a propóziito da tentativa de extinção do Serviço de proteção aos índios. 1915.
- O ensino primário oficial e a regeneração humana. A propóziito da nóva tentativa sobre a instrução municipal. 1915.
- As dificuldades políticas da situação brasileira e a política verdadeiramente republicana. A propóziito do aproveitamento dos navios militares para fins industriais e do projéto de tornar obrigatório o ensino do portugues. 1914.
- Ainda o regimen republicano e a profanação dos mortos pelo materialismo médico. 1914.
- A Comemoração do 15 de Novembro de 1889, em 1915. Segunda edição aumentada. 1915.
- A atual agitação militarista pelo serviço militar obrigatório e a regeneração humana. 1915.
- A gratidão cívica e as remunerações pecuniárias. A propóziito do projéto da Câmara, dando remuneração aos cids. C. Rondon e N. H. Barbóza. 1916.
- A confraternização com o Paraguai. A propóziito da menságem que vai ser

dirigida ao Presidente da república, solicitando a supressão das festas comemorativas das batalhas de 24 de Maio e 11 de Junho, substituídas pela comemoração da Capitulação da Campina de Tabórda. 1916.

- POUR L’HUMANITÉ! V. Le gouvernement des vivants par les Morts. Lettre à Mr. Louis Barthou. 22 Charlemagne 128 (8 Juillet 1916). (Voir ler ns. 379, 380, 391 et 394).....
A attitude do Revmdo. Sr. D. Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, em relação à Religião da Humanidade. A propósito da Carta Pastoral saudando aos seus diocezanos. 1916.
- Mais um esforço em defeza da regimen republicano violado pelo despostismo sanitário. O izolamento domiciliar e a pretenção de obrigar os cidadãos a assinárem boletins da Saúde Pública. 1917.
- Ainda contra o ensino obrigatório. 1917.
- Pela Humanidade! VI. As condições iniludiveis da pás. – 26 de Moizés de 129 (26 de Janeiro de 1917). (Vêde os ns. 379, 380, 392, 394, 401 e 402).
- Ainda contra o serviço militar obrigatório. A propózo das violências de autoridades militares e judiciárias para coagirem os cidadãos, sobretudo proletários, ao serviço militar. 1917.
- Pela Humanidade! VII. A defeza da neutralidade política. A propózo da agitação no Brazil pela última nóta do Governo alemão e pela reação que essa nóta determinou por parte do Governo dos Estados Unidos da América do Norte. 10 de Homéro de 129. (7 de Fevereiro de 1917).
- Outra vês pela organização republicana da higiene pública. A propózo de uma nóva tentativa de estabelecer a vacinação obrigatória. 1917.
- Ainda pela aliança religioza entre os católicos e os pozitivistas. A propózo da carta do Ver. Sr. Padre Pedro Gaston R. da Veiga. Sr. Padre Pedro Gaston R. da Veiga, publicada na “Noite” de domingo, 4 de Março, 1917.
- O despotismo médico-legista e a dignidade humana, especialmente feminina. A propózo de ezames ofensivos à dignidade humana e que se pretende fazer nas vítimas de atentados quando as vítimas se nêgão a tais ezames. 1917.
- Pela Humanidade! VIII. Da neutralidade ao estado de guérria (dois artigos). 15 e 16 de Arquimédes de 129 (9 e 10 de 1917). – (Vede os ns. 379, 380, 390, 391, 394, 401, 402, 407 e 409).
- Pour l’Humanité! VIII. De la neutralité à l’État de guerre. Traduction des deux articles précédents 8 César 129 (30 Avril 1917).
- PELA HUMANIDADE! IX. A política republicana em meio da guérria. A propózo da violenta utilização dos navios alemães que se encôntrão em pórtos do Brazil. 1917.
- POUR L’HUMANITÉ! IX. La politique républicaine au milieu de la guerre. A propor de l’utilisation violente des vaisseaux allemands qui se trouvent en ports du Brésil. 1917.
- O regimen republicano e o respeito à dignidade do proletariado, especialmente

o culto pela Mulher proletária. A propósito do projeto apresentado ao Conselho Municipal para regulamentação das amas de leite. 1917.

- a. A incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinamentos de Augusto Comte. A propósito das últimas greves em São Paulo e nesta capital. 1917.
- Pela Humanidade! X. as fatalidades do estado de guerra e os estravios evitáveis, desde que a fraternidade universal inspira a inteligência e a atividade. A propósito da declaração do Governo Brasileiro constatando o estado de guerra em que as atuais classes dominantes da Alemanha compreenderão os povos neutros. XI. A decretação do estado de sítio e o regime republicano. 1917.
- Em defesa do passado brasileiro. Falsidade da esmagadora agravante que, para a deplorável política imperial brasileira, resultaria da inqualificável intervenção escravocrata malignamente atribuída a Pedro II junto a Lincoln. 1918.
- Pela Humanidade! XII. Retificação da referência e um incidente relativo ao subsídio para a propaganda feita pela Igreja Positivista do Brasil. 1918.
- Pelo respeito aos mortos. Em acatamento aos sentimentos, opiniões e atos de Miguel Lemos. A propósito da notícia de haver sido escolhido Miguel Lemos para um dos patronos da Academia Fluminense de Letras. 1918.
- Ainda em defesa da sociedade, e especialmente em defesa do culto dos mortos. Contra a proibição de entrada nos cemitérios. (Tem uma lista de publicações contra o despotismo sanitário). 1918.
- POUR L'HUMANITÉ! XIII. Commémoration de la nouvelle victoire de l'Humanité! Le terme de la guerre de 1914. 1918.
- Pela Humanidade! XIII. A comemoração da nova vitória da Humanidade! A terminação da guerra de 1914. 1918.
- Pela Humanidade! XIV. Ainda a divisão do poder temporal e da autoridade espiritual. A propósito da decretação de um feriado para ação de graças. 1918.
- POUR L'HUMANITÉ XV. Les conditions inéludables de la paix, d'après Auguste Comte. A l'occasion de la Conférence de la paix à Paris en 1919.

Avec des gravures

- a) Pela Humanidade! XVI. As relações fraternais entre o ocidente e o oriente. b) pela Humanidade! XVII. As prescrições da Moral e as aberrações do empirismo político. A sede da Liga das nações. As anexações territoriais. 1919.
- a) O Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. b) Em comemoração do trigésimo primeiro aniversário da lei 13 de Maio de 1888, que declarou extinta a escravidão no Brasil. 1919.
- a) O feriado republicano consagrado à comemoração geral dos mortos;
- b) A propósito da Recente Mensagem do Episcopado brasileiro, pedindo a decretação de um dia para ação de graças a Deus;

- c) A propósito do projeto para a repressão do anarquismo;
- d) Reprodução do folheto: A ordem social e o comunismo anarquista; 1919.
- Em defesa do surto espontâneo da fraternidade universal tendendo para a unificação da linguagem humana mediante a vulgarização dos vários idiomas. 1920.
- A. Em defesa da vulgarização dos vários idiomas
- Pela Humanidade! XVIII. A propósito da questão da apreensão dos navios alemães, surtos nos portos brasileiros durante a guerra. 1920.
- Em defesa ainda do regime republicano contra o despotismo sanitário. A propósito da atual atitude dos membros do Supremo Tribunal Federal sustentando o despotismo sanitário. 1920.
- A propósito das lutas pelas eleições eleitorais na Bahia. 1920.
- Ainda a incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinamentos de Augusto Comte. A propósito da recente tentativa de greve geral. 1920.
- A propósito dos exames médicos legais ofensivos à dignidade humana contra a vontade das vítimas. 1920.
- Uruguai-Brazil. A propósito do décimo aniversário da ratificação do tratado Mirim-Jaguarão. 1929.
- A propósito da pretendida transladação oficial dos restos do ex-Imperador do Brasil e da revogação do banimento da ex-família imperial. 1920.
- Em comemoração do 32º aniversário da lei que declarou extinta a escravidão no Brasil. 1920.
- Ainda pela fraternidade universal. Contra a comemoração da guerra contra o Paraguai. 1920.
- A propósito do renascimento da população.
- Ainda em defesa da sociedade contra o despotismo sanitário. A propósito do regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública. 1920.
- A influência positivista na evolução brasileira, deveres que daí resultam para os positivistas. A propósito do projeto de restauração da ordem do Cruzeiro.
- Ainda a medicina e a moral. A propósito de um artigo do jornal **O País** sob o título **Problema hospitalar**. 1920.
- Não há medicina sem moral. A propósito da agitação promovida por alguns médicos acadêmicos, no intuito de levar o despotismo médico-legista ao extremo da violação da dignidade humana, sobretudo feminina. 1920.
- Belgique-Brésil. Le bonheur que l'Humanité attend de l'essor des fraternelles relations entre le peuple belge et le peuple brésilien. A l'occasion de la visite de leurs Majestés La Reine Elisabeth et le Roi Albert au Brésil. 16. – Lettre à ses Majestés. 17. – L'influence positiviste dans l'évolution brésilienne et les devoirs qu'il en résulte pour les positivistes. A propos du projet de restauration de l'Ordre du Cruzeiro. 18. – réponse du Secrétaire de ses Majestés. 19. – Explication sur le tirage à part des publications précédentes. – Manifestation

fraternelle des Dames positivistes envers la Belgique pendant la guerre. Des hymnes. 21. – Amendement à la publication n. 19. 22. A). – Réproduction de la publication 315. B). Manifestatin des positivistes de Rio Grande do Sul. Anexos: 48 gravuras. 1920. 3 fs. 50

- Ainda pela fraternidade universal e especialmente iberoamericana. Paraguai-Brazil. A propózoito do sacrilego projéto do monumento.
- Laguna (com uma carta ao diretor da “Patria” de Assunção). 1920.
- A Bandeira republicana brasileira e a diviza política ordem e progresso. 1920.
- A Princeza Izabel de Bragança. Condeça d’Eu. 1921.
- Pour l’Humanité! Lettre à Mr. Youssouf Féhmi sur la régénération sociale et l’hégémonie spirituelle de Paris, en 1915. 1921 Os militares e a política. 1921.
- As agitações políticas e a regeneração humana. A propózoito da próssima substituição presidencial. 2. I – Os verdadeiros motivos dos males sociais que flagélão os póvos modérnos, e o alcance real da influência dos indivíduos empossados dos póstos de governo. II – Sumária apreciação da evolução política do povo brasileiro durante o primeiro século da sua independência política. III – Deveres cívicos rezultantes da atual situação do povo brasileiro. Anéxos: a) Hinos; b) Protéstos dos pozitivistas do Rio Grande do Sul contra as ezibições militares feitas últimamente naquele Estado. 3. – A propózoito de um artigo do Sr. Pedro Barreto Galvão. 4. – A propózoito de uma carta pública do Sr. Vice-Almirante Américo Silvado. O recurso às insurreições e a atitude de Miguel Lemos. 5. – A propózoito da deposição do governador do Maranhão. 6. – A propózoito de outra carta do Sr. Vice-Almirante Americo Silvado. Anéxo. Ezortação à Fraternidade; paráfrase positivista do Capítulo I, L. XVI da Imitação de Cristo. 1922. (com grav.)
- Ainda pela fraternidade universal, inseparável do respeito à verdade histórica. A propózoito de uma comemoração de Napoleão. 1921.
- A situação modérna e a defeza política da sociedade. A propózoito da recente luta fraticida que cobrio o povo brasileiro de luto, mais uma vês agravado pela decretação do estado de sítio, em lugar de ser aliviado por uma fraternal anistia aos vencidos e aos vencedores. 1922.
- A segurança material dos vivos; o respeito aos mórtos; e a comizeração para com os delinqüentes. A propózoito do procedimento das autoridades policiais, por ocazião do atropelo de automóvel a que se acha ligada a móрте de Sipriano-Godofredo de Carvalho Teixeira Mendes. 1923.
- Ainda em defeza do culto dos mórtos. Requerimento ao Supremo Tribunal Federal para que seja garantida a inviolabilidade da sepultura de Sipriano G. C. Teixeira Mendes. 1923.
- Mais um apelo à concórdia política. A propózoito da situação política no Brazil e, especialmente, no Rio Grande do Sul. 1923.
- O sacramento da transformação e a harmonia religiôza. (Contém a “Lembrança do que foi dito na comemoração do 3º domingo após a inhumação de Sipriano G. C. T. Mendes”, e o ritual do sacramento da transformação).

- (Junto à publicação n. 2 de 1923). Documentos relativos aos atos consecutivos a esse requerimento.
- Appel cordial au peuple chinois (com numerózas gravuras).
- Ainda em defeza do culto dos mórtos. A propóziro do acórdão negando provimento ao agravo n. 3.596, do despacho do Juís Federal.
- Ainda a veracidade do Esboço biográfico de Benjamin Constant.
- O escultor brasileiro Cândido Caetano de Almeida Reis e as suas relações com a Igreja Pozitivista do Brazil. I – Mais um esforço pelo acendente político da fraternidade. A propóziro da ordem do dia do General Rondon, em 15 de Novembro e 1924.
- O 127º aniversário natalício de Augusto Comte. A fésta inaugural da redenção. (A propóziro do quadro de Décio Vilares representando A. Comte, Dante e os seus respectivos anjos). 1ª edição, folha avulsa, 8100; 2ª edição.
- Ainda em defeza do culto dos mórtos. IV – A propóziro dos requerimentos solicitando vista dos autos para apresentar embargos. Agravo n. 3.596 (vede n. 2 de 1924).
- Ainda em defeza do culto dos mórtos. V – Requerimento apresentando embargos. Agravo n. 3.596. (Vede n. 2, de 1925).
- Mais um esforço pelo acendente político da fraternidade e a regeneração humana, a criminalidade e a defeza legal da sociedade contra os crimes comuns e as violências políticas. A propóziro da referência ao Apostolado Pozitivista feita pelo senador Lauro Sodré, sobre a abolição da pena de móрте. Ainda em defeza do culto dos mórtos. VI – Requerimento sustentando os embargos. Agravo n. 3.596. (Vede n. 3 de 1925).
- O Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida.
- Ainda um esforço pelo acendente político da fraternidade universal. A propóziro do projéto anti-republicano de impedir a entrada de pessoas da raça preta e da raça amarela, no Brazil.
- Mais uma vês a verdade histórica acerca da instituição da liberdade espiritual no Brazil. A propóziro de uma afirmação do Deputado Augusto de Lima.
- Em comemoração da lei de 13 de Maio de 1888, que declarou estinta a escravidão no Brazil. Estrato de publicações pozitivistas. Paraguai-Brazil. Por ocasião do artigo do Sr. Lindolfo Collor, sob o título “A propóziro do centenário de Solano Lopez”.
- O livre ezercicio da mendicidade e a regeneração social. A propóziro do monstruoso crime de leza-Humanidade, em que estão incorrendo órgãos autais do Poder temporal, violando o livre ezercicio público da mendicidade (reproduzido no n. 1 de 1927).
- A aliança religiózta e a regeneração humana. Por ocasião da benévola respósta do Dr. A. Felicio dos santos à carta a propóziro da apreciação sobre a guérta do Paraguai. (Rep. No n. 1 de 1927).
- Em memória de Madame Gaston Delarche, Guardian da caza da rua Payenne,

n. 5, em Paris, em cujo 3º andar, Clotilde de Vaux (n. Marie) passou os últimos anos e faleceu no domingo 5 de Abril de 1846. (Rep. no n. 1 de 1927).

- A supremacia política da fraternidade universal e a defesa republicana, segundo a divisa “Órdem e Progresso”. A propósito da sucessão presidencial a 15 de Novembro de 1926 em meio da luta fratricida que, desde Julho de 1922, dilacera o povo brasileiro. Apelo para a abolição do estado de sítio e para a decretação da anistia.
- O sétimo centenário subjetivo do grande São Francisco de Assis. (Junto ao n. 1, de 1927). (2ª edição do n. 5 de 1926).
- O alcance moral e político de ser decretada ainda em 1926 a celebração de um dia em homenagem ao 7º centenário subjetivo do incomparável S. Francisco de Assis. (Junto ao n. 1 de 1927).
- Sétimo centenário subjetivo do grande São Francisco de Assis, admirável instituidor das ordens mendicantes. Ainda um esforço em prol do acentuar político da fraternidade universal. As tres grandes lacunas do sistema de festas nacionais instituído pelo Governo Provisório e desenvolvido pelos que lhe sucederão até hoje. (Reproduz, também, os ns. 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 11 de 1926).
- A propósito do projeto, com a esperança falaz de reprimir o anarquismo. (Extraído do op. 7 de 1919)
de 1919. – Expedientes adotados pelos atuais membros da Igreja para facilitar o prosseguimento da vida desta no que depende da ação coletiva. 1919.
- Carta de agradecimentos às demonstrações de pesar pelo falecimento de R. Teixeira Mendes. 1927.
- Lettre de remerciements aux manifestations de regret par le décès de R. Teixeira Mendes. 1927
A Igreja Positivista do Brazil na hora da transformação de R. Teixeira Mendes. 1928.
- bis. A propósito do projeto para a repressão do anarquismo. A ordem social e o comunismo anarquista. (Reprodução das partes “e” e “d” da publicação n. 7 de 1919, de R. Teixeira Mendes. 1927.
- A propósito da entrega, em Paris, de manuscritos de Clotilde de Vaux e de Augusto Comte aos arquivos da Rua Monsieur-le-Prince. 1928.
- bis. A propos de la remise d’autographes de Clotilde de Vaux et d’Auguste Comte aux archives de la rue Monsieur-le-Prince, à Paris. 1928.
- A Igreja Positivista do Brazil. Circular anual de 1927 e 1928.
- A propriedade nominal, legal e real da Caza de Clotilde. 1929.
- Rezumo cronológico da evolução do Positivismo no Brazil, por R. Teixeira Mendes.
- Publicação póstuma. 1930.
A liberdade espiritual e o exercício da medicina. (Transcrito do op. 47 do A. P. do Brazil). 1929.
- 133º aniversário natalício de Augusto Comte. Estrato do programa da Festa de

Rozalia, por R. Teixeira Mendes. – Publicação póstuma. 1931.

- A festa da Mulhér. 1931.
- Luís de Camoens. Appréciation du rôle historique du Portugal et de la vie et de l'oeuvre du poète, par Miguel Lemos,. 1880.
- A secularização dos cemitérios; por Miguel Lemos. 1890. Rep. No n. 122.
- Programa das conferências sobre o projéto de Constituição apresentado pelo Governo; por R. Teixeira Mendes. 1890. Rep. No n. 122.
- Determinação do lugar do suplicio de Tiradentes; por M. Lemos. 1892. esgotado
- Marina; por Luciano Biart. (Uma página da história do México). Tradução. 1900.
- As liberdades civis e a ditadura republicana. (A propóziito da intimação para a substituição de um gradil no Templo da Humanidade); por R. Teixeira Mendes. 1905.
- Jeanne d'Arc. As glorification sociale, par Auguste Comte. 1910.

b) Matéria doutrinária

- Indicações gerais sobre o Positivismo, por Henry Edger. Traduzidas por Miguel Lemos. 1885.
- Sacramento da Apresentação: discurso consecratório, por Miguel Lemos. 1885.....esgotado.
- A Harmonia Mental: sumária indicação sobre a teoria da razão, loucura, alienação e idiotismo; por R. Teixeira Mendes. 1985. (3ª e 4ª edições. 1931).
- L'Apostolat Positiviste au Brésil. Circulaire annuelle, de 95-1883.
- A obrigatoriedade do ensino, por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes. 1886. R. no n. 122 e com os ns. 35 e 89..... esgotado.
- Um pretendido erro de Augusto Comte. Carta a Benjamin Constant, por R. Teixeira Mendes. 1885..... esgotado.
- O ensino obrigatório no Paraná, por J. Mariano de Oliveira, 1885. R. com os ns. 41 e 89. esgotado.
- Ortografia positiva; por Miguel Lemos. 1888. (Vêde o n. 203)..... esgotado
- Des diverses éditions successives de la Bibliothèque Positiviste; par Miguel Lemos. 1888. Rep. Dans le n. 106 épuisé.
- Lettres d'Auguste Comte à H. Edger et à J. Metcalf. 1889.
- A nossa iniciação no Positivismo; por Miguel Lemos e R. T. Mendes. 1889.
- Pour notre Maitre et notre Foi. Le Positivisme et M. P. Laffitte; par Miguel Lemos. 1889. épuisé.
- Pela Federação. A separação da Igreja do Estado, no Maranhão; por R. T. Mendes. 1889. Rep. Nos ns. 106 e 120. (Vede os ns. 226 bis e 343) ..esgotado.

- O calendário positivista e o Ministro da Fazenda; por Miguel Lemos. 1890. esgotado.
- Le calendrier positiviste et M. le Ministre des Finances; par M. Lemos. 1890.
- Avizo sobre algumas modificações no nosso sistema ortográfico; por Miguel Lemos, 1890. Vede o n. 203.
- Quadro das funções cerebrais, por A. Comte. Plano geral de um grande Templo da Humanidade, por Augusto Comte.
- Catecismo Positivista; por Augusto Comte. Tradução e notas de Miguel Lemos. 1890. Brochura 58000. Encardinado.
- Calendário positivista com a correspondência do gregoriano. Edição de bolso. 1890.
- Rénonciation des prêtes positivistes à tout héritage; par M. Lemos. 1890. Rep. Dans le n. 122 bis.
- A fórmula Saúde e Fraternidade, por M. Lemos. 1890.
- Le Positivisme et l'École de Le Play. L'article "Auguste Comte" de la "Grande Encyclopédie"; par M. Lemos. épuise.
- Catéchisme positiviste; par Auguste Comte. Édition apostolique, avec des notes par Miguel Lemos. 1890. 48.000, relié.
- Esboço biográfico de Benjamin constant; por R. T. Mendes, 1ª edição, do 1º vol. Esgotada. Biografia. 2º vol. Documentos, 1892. 2ª edição do tomo 1º aumentada com anexos. 1913.
 - a. 2º vol. Peças justificativas. 1894.
- Mission et devoir des positivistes dans la actualité. Conclusion totale du Système de Politique Positive; par Auguste Comte, 1893. Simplificações ortográficas; por miguel Lemos. 1893. (Vede o n. 203).
- Ode à Auguste Comte; par Charles Jundzill. (1852); com uma tradução por R. Teixeira Mendes. 2ª edição. 1901.
- Concurso para o sustento do culto católico; por M. Lemos. 1893. Rep. No n. 140.
- Les pensées d'une fleur; par Clotilde de Vaux; com uma tradução por R. T. Mendes. 1895. Édition de 1910, avec l'Enfance et les sept maximes; com as respectivas traduções. La situation actuelle du Positivisme. Réponse au dr. Audiffrent; par R. T. Mendes. 1895.
- Le fondateur de la Société Positiviste à quiconque desire s'y incorporer; par Auguste Conte. (1848). Repr. dans le n. 154. M. Audiffrent et nous; par M. Lemos. 1895.
- Indice do Catécismo positivista; por J. Mariano de Oliveira. Repr. na 3ª edição no n. 99, 1895.
- M. Audiffrent et nous; par M. Lemos 1896. Discurso sobre o método; por descartes. Tradução. 1896.
- Carta sobre a comemoração social; por Augusto Comte, 1845. Tradução.

1896.

- Ódios acadêmicos. O artigo do Sr. Bertrand contra Augusto Comte; por M. Lemos. Rep. Dans le n. 185. 1897.
- Le Positivisme et la pedantocratie algébrique. Les attaques de M. Joseph Bertrand contre Auguste Comte; par R. T. Mendes. 1897.
- Errata du Système de Politique d'Auguste Comte.
- Programa (das reuniões da Igreja) para o ano de 110 – 1898.
- As últimas concepções de Augusto Comte, ou ensaio de um complemento ao Catécismo Positivista; por R. T. Mendes. 1898. Vede 210.
- a. Tableau définitif des conceptions humaines; par R. T. Mendes. 1895.
- b. Quadro das Quinze leis da Filozofia Primeira; por R. T. Mendes.
- Comemoração anual da revolução franceza. Chant du départ (1794); paroles de J. Chénier. 1898.
- Hino à Mulher; por J. Mariano de Oliveira. 1ª edição. 1891; 2ª edição, 1898.
- a. 3ª edição correta e aumentada. 1915.
- Comemoração positivista do 7 de setembro. Discurso, em 1881, por M. Lemos.
- Lucie; Les pensées d'une fleur; Les sept maximes; par Clotilde de Vaux, V. n. 153, épuisé.
- O Calendário positivista. Indicações sobre a teoria positiva do Calendário; por R. Teixeira Mendes. 1881.
- O privilégio funerário e a indenização à Misericórdia, no Rio de Janeiro; por R. T. Mendes. 1899.
- Apelo aos Conservadores; por Augusto Comte. Tradução e notas de Miguel Lemos. 1899.
- Propositions de médecine; par Broussais. (1899).....
bis. Bibliographie de Broussais. (1900).
- O dia 3 de Maio como data do descobrimento do Brazil; por M. Lemos. 1900. Repr. no 13 P. esgotado.
- Uma visita aos lugares santos do Positivismo; por R. T. Mendes. 1899.
- Essai sur le beau; par Diderot. (1900).
- Índice alfabético do folheto 175; pelo Dr. Joaquim Bagueira Leal. 1902.
- Positivisme et Laffittisme. Le Positivisme au Brésil; par Antoine Baumann. Notes de Miguel Lemos. 1902.
- O Positivismo e os animais. Carta ao Dr. Eduardo Berdoe, pelo Dr. Joaquim Bagueira Leal. 1902.
- Positivismo e vegetarianismo. Circular, por Miguel Lemos, 1902.
- Nórmas ortográficas, tendentes a simplificar e ordenar a ortografia de nossa

lingua; por M. Lemos. 1901.

- Moyens d'apprendre à compter; par Condorcet. 1903.
- L'Éxecution du Testament de notre Maitre. (Cessation de nos rapports); par R. Teixeira Mendes. 1906. Reproduzido no n. 245.
- O Apostolado Pozitivista no Brazil – Circular mensal de 117 – 1905.
- Évolution originale d'Auguste Comte. Documents publiés jusqu'ici montrant la parfaite continuité de cette évolution; recueil fait par R. T. Mendes. 1^o vol. De 1798 à 1820. 1913. Voir les ns. 388.
- Christianisme, Théisme et Positivisme. A propos de la propagande de M. Calcolm Quin; par R. T. Mendes. 1907.
- O Apostolado Pozitivista no Brasil. – Circular anual de 118 – 1906.
- L'esprit et la lettre chez Auguste Comte. Réponse a M. Malcolm Quin. 1907. Voir le n. 244.
- A Mulher, sua preeminência social e moral, segundo os ensinios da verdadeira siência pozitivista. A solução da questão social. 1908. 2^a edição. 1920.
- Circular a propóximo da aceitação voluntária de comissões militaristas por positivistas. 1910. esgotado.
- A propos de deux nouvelles publications. (Lewes et Deroisin); par Miguel Lemos. 1910.
- Pela Fraternidade Universal. I. A propóximo da recente agravação das perturbações nas relações entre o Chile e o Perú. II. A propóximo das recentes manifestações de hostilidade entre o Equador e o Perú. III. A propóximo das inqualificáveis manifestações hostis de ontem, no Rozário e no Rio de Janeiro. 1910.
- A república em Portugal e a atitude da Igreja Pozitivista do Brazil. 1910.
- Catholiques et Positivistes. I. Un article du journal Catholique de Paris "La Croix". II. Lettre à Monsieur René Tohannet, de "La Croix". III. Lettre à Monsieur le Cte. Paul Cottin. 1911.
- Pelos interesses supremos da Humanidade. A propóximo da recente agressão do Governo Italiano contra a Turquia. 1911.
- Católicos e Pozitivistas. A propóximo da série de conferências que realizou o revdmo.. Padre Júlio Maria. 1912.
- A propos de l'apostolat positiviste à Paris. Deux lettres à M. Youssouf Fehmi. 1914.
- Pela Humanidade! I. Os ensinios de Augusto Comte sobre o horrível dilaceramento fraticida que está vitimando a República Ocidental. – 21 de Gutenberg de 126 (2 de setembro de 1914).
- II. A propóximo de um projéto de mediação apresentado pelo deputado Valois de Castro. – 6 de Shakespeare de 126 (15 de Setembro de 1914).
- POUR L'HUMANITÉ! I. Les enseignements d'Auguste Comte, sur l'horrible déchirement fraticide qui victime à ce moment la République Occidentale.

- II. Au sujet d'une proposition de Monsieur le député Valois de Castro, pour une médiation de toutes les nations américaines. Traduction des deux articles précédents. – 9 Novembre 1914.
- a. Tome deuxième, 1ère. partie, du n. 388. Précis biographique d'Auguste Comte, de 1797 à 1826. 1916. 10 frs.
- a. bis. Extrait du n. 388 a. 1917
- b. Tome deuxième, 2ème. partie. Précis biographique d'Auguste Comte, de 1826 à 1833. 1918. 10 frs. (Voir Année sans pareille; par R. T. Mendes).
- b. bis. Extrait du n. 388 b. 1918.
- a. e 389 b. Comemoração do 1º centenario do nascimento de Clotilde de Vaux. Circulares abrindo uma subscrição (1915) e apresentando o balanço da receita e da despeza. 1919. gratis.
- Pela Humanidade! III. A utopia da Virgem-Mãe. Os ensinamentos de Augusto Comte sobre as mais ferózes abominações resultantes do horrível dilaceramento fratricida que desde Agosto de 1914 vitima a República Ocidental e sobre as monstruosas destruições do materialismo científico. Tradução do opúsculo anterior. – 16 de Shakespeare de 127 (25 de Setembro de 1915).
- Pela Humanidade! IV. A neutralidade política; sua significação perante a moral. Deveres dos neutros. Segunda edição melhorada. – 1º de Arquimedes de 128 (25 de Março de 1916).
- Da confiança a ter na Humanidade, quando se é atacado por palavras. Paráfrase do Cap. XLVI, Livro III, da Imitação de Cristo. 1920.
- Publications de l'Eglise et Apostolat Positiviste du Brésil, annonce. 1919.
- Da obediência e da sujeição. Paráfrase do cap. IX, Livro I, da Imitação de Cristo. 1919.
- Pour la propagande positiviste. Relations avec Mr. Youssof Féhmi. 1922.
- Do Exame de consciência e do propósito de emendar-se: Paráfrase positivista do Capítulo VII, Livro IV da Imitação de Cristo. Por R. Teixeira Mendes; dedicada à memória de sua filha Rozália-Inês. Anéxos: Hino de ação de graças: paráfrase do Cap. XVII, Livro IV da Imitação de Cristo; Les pensées d'une fleur (avec musique); La mort de Clotilde de Vaux, (idem), etc. (tem um resumo do catálogo das publicações interessando as relações entre católicos e positivistas). 1922.
- P sétimo centenário subjetivo do grande São Francisco de Assis. – Monumento a Benjamin Constant: Baixo-relevo comemorativo da separação da Igreja e do Estado (junto ao n. 1 de 1927).
- Ensino do Catecismo Positivista. Programa de leitura anual.
- Estrato da ata da reunião da Delegação Executiva, de 2 de Outubro de 1919.
- Rapports à la Société Positiviste de Paris: Sur la nature et le plan du

Gouvernement révolutionnaire, 1848; Sur la question du travail, 1848; Sur la question du travail, 1848; Sur la nature et le plan de l'École positive, 1849. (1907).

- bis. Calendário e Biblioteca positivistas. Com um índice bibliográfico por M. Lemos. 1902.
- A Igreja e o Apostolado Positivista do Brazil. Rezumo do folheto n. 418. 1917.
- Une funeste liaison (Saint Simon) de la vingtième année d'Auguste Comte. À propos d'un article de M. Alfred Pereire; par R. T. Mendes. 1906. Rép. dans le n. 243.
- Sacramento do casamento; ritual uzado na Igreja positivista do Brazil.

c) Religião da Humanidade

- Santa Tereza. Comemoração sumária; por Miguel Lemos. 1882. (8 A. 2ª ed., aumentada. 1915).
- O casamento misto e o Positivismo: carta ao Bispo de Olinda; por Miguel Lemos. 1885. esgotado.
- O túmulo de José Bonifacio; por Miguel Lemos. 1886. esgotado.
- A propóziito da liberdade dos cultos. Carta ao Bispo do Pará; por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes. 1888.
- A separação da Igreja do Estado e os dias santificados; por Miguel Lemos. 1890. Reproduzido no n. 122. esgotado.
- Empréstimo para a construção do nósso Templo. Apelo por M. Lemos. 1890. Rep. no n. 122. esgotado.
- a. Circulaire de M. Lemos sur l'emprunt pour la construction d'un Temple à Rio. Traduction de Jorge Lagarrigue. 1890.
- Segundo empréstimo para a construção da nósso Capéla; por M. Lemos. 1892.
- a. Subscrição para a construcção do nósso templo; por Miguel Lemos. 1895. Rep. no n. 169.
- Astronomie populaire; par Auguste Comte.
- O imposto predial da nósso Capéla; por Miguel Lemos. 1802. Rep. no n. 140.
- A questão do Cristo no júri. Artigos publicados em 1892, por Miguel Lemos: I. A calúnia;
- Traité de l'amour de Dieu; par Saint Bernard. (1895).
- Ensaio sobre a oração; por Joze Lonchamp. Tradução. 1896.
- Programa (das reuniões da Igreja). Para o ano de 109 – 1897. Rep. dans le 1 F.
- Les relations de la familie Marie avec Auguste Comte; par R. T. Mendes. 1898.
- Circular e documentos relativos a escluzão de um membro da nósso Igreja (J.

Feliciano de Oliveira); por M. Lemos. 1898.

- Programa (das reuniões da Igreja) para o ano 111 – 1899.
- O Culto Católico, (como o herdeiro das religiões anteriores e o precursor da Religião da Humanidade); por R. T. Mendes. 1903.
- Hino ao Amor. Paráfrase positivista do Capítulo V. Liv. 3º da Imitação de Cristo; por R. Teixeira Mendes. 1902. (Repr. no n. 8 de 1922).
- bis. Appel fraternel aux catholiques et aux vrais républicains français pour que soit instituée la liberté spirituelle d’après Auguste Comte et non seulement la séparation despotique des Églises et de l’état. Appendice: Notice historique sur l’avènement de la république et l’institution de la liberté spirituelle au Brésil; par R. T. Mendes. épuisé.
- A liberdade espiritual e a atitude do sacerdócio em relação à bandeira nacional; por R. T. Mendes. 1908.
- O Catolicismo e o Positivismo. A propósito da circular dos Bispos de Minas Geraes. 1910.
- Pela Aliança Religióza. A propósito da campanha anti-clerical. 1911.
- Clotilde de Vaux (née Marie) et Auguste Comte. Très-saints fondateurs de la Religion de l’Humanité. Le Positivisme. Esquisse d’un tableau de la fondation de la Religion de l’Humanité. Précis biographique de Clotilde. Tome premier. 1915. 12 frs.
- bis. Extrait du n. 388. 1916.
- POUR L’HUMANITÉ! III. L’utopie de la Vierge Mère. Les enseignements d’Auguste Comte, sur les plus féroces abominations résultées de l’horrible déchirement fratricide qui, depuis Août 1914, victime la République Occidentale, et sur les monstrueux ravages du matérialisme scientifique, que cette lutte sacrilège est venue mettre au grand jour. – 26 Charlemagne 127 (13 Juillet 1915).
- As relações entre os católicos e os positivistas. A propósito duma carta de León de Montesquieu ao Journal des Débats; por R. T. Mendes. 1906.
- Concurso para a livre sustentação do culto católico em França; por R. T. Mendes. 1906. Traduit dans le n. 238. Reproduzido no n. 245.
- Commentaire sur le sermon de la Montagne; par Saint Augustin. (1905).

d) História do movimento positivista

- Culto positivista no Brazil. Indicação das primeiras celebrações positivistas no Rio de Janeiro, e discurso aí proferido, na Fésta da Humanidade, em 1881, por R. Teixeira Mendes. 1881. esgotado.
- A Direção do Positivismo no Brazil; por Miguel Lemos. 1883. Reproduit dans le n. 31. esgotado.
- O Positivismo e a escravidão moderna. Estratos de Augusto Comte, por Miguel Lemos. 1884. esgotado.

- Ofício de Miguel Lemos ezonerando-se do seu cargo no funcionalismo público. 1890. Rep. nos ns. 106 e 120. esgotado.
- Ofício de R. Teixeira Mendes ezonerando-se do seu cargo no funcionalismo público. 1890. Rep. nos ns. 106 e 120. esgotado.
- Notícia da festa da inauguração da Capéla da Humanidade no Rio de Janeiro; por J. Mariano de Oliveira. 1891.
- bis. Notice sur la fête d'inauguration de la Chapelle de l'Humanité à Rio de Janeiro. Traduction de Jorge Lagarrigue. 1891.
- Organização da Igreja Positivista do Brazil; por M. Lemos. 1891. Vede 196, 207 e 5 de 1919; en français: 127, 195 et 3 de 1917.
- Biografia de Daniel Encontre; por Juillerat. Tradução e notas de M. Lemos. 1898.
- Biografia de Augusto Comte; por J. Lonchamp. Tradução e notas de M. Lemos. 1898.
- a. A direção do Positivismo no Brazil; carta ao Cid. Godofredo Furtado, por R. T. Mendes. 1898.
- Um casamento positivista no ano 112 – 1900; por Alipio Bandeira. ..esgotado.
- a. Circular sobre o resgate da caza em que morreu Augusto Comte. 1908.
- a. Circular e Avizo, de M. Lemos, sobre a sua substituição, por R. T. Mendes, na direção da Igreja. 1903. Rep. no 29 P.
- b. Circulares de R. T. Mendes sobre a substituição de M. Lemos, na direção da Igreja, e sobre a sua substituição durante a sua permanencia em Paris. Rep. no 29. P. 1903.
- c. Circulaire de M. Lemos sur sa substitution par R. T. Mendes, dans la direction de l'Église. 1903.
- A Igreja e o Apostolado Positivista do Brazil. Seu Passado, seu Porvir, seu Presente, na hora da Transformação de Miguel Lemos, fundador e diretor da mesma Igreja e Apostolado. 1917.
- a. A Igreja e o Apostolado Positivista do Brazil. Sua situação econômica na hora da Transformação de Miguel Lemos. 1931.
- Poezias avulsas: Ave Clotilde (cantada com a música da Ave Maria de Gounod); por J. Mariano de Oliveira: a) Salve Clotilde (cantada com a Salve Maria, de Mercadante); idem; b) A Religião da Humanidade; 1891; idem; c) A dôr sem nome (mórte de Clotilde); 1900; por R. Teixeira Mendes; d) Cromwell; rep. do 19 P.; 1900; por J. Mariano de Oliveira; e) A hora terrível (mórte de A. Comte); 1902; por F. Teixeira Mendes; f) Fésta dos Fundadores do Positivismo; (música do Sanctus, de Rossini; g) Idem, (música da ária e côro de Moizés, de Rossini, Populo esulta!) 1902; h) La Marseillaise, Rouget de Lilsle; i) A Marselheza (traducção); j) Pour Auguste Comte; rep. do 26 P.; 1901; de Raoul Gineste; k) O invizível côro; de George Eliot; (traducção de Miguel Lemos).

- Mme. Clotilde de Vaux et Auguste Comte. Très-saints fondateurs de la Religion de l'Humanité. Souvenir filial au premier Centenaire de l'Opusculé Fondamental. Melancolique inscription; Les Pensées d'une fleur. (l'original français suivi de traductions en italien, portugais, anglais, et allemand; L'Enfance (autographe); Les sept maximes; de Clotilde de Vaux.
- Carta de agradecimentos de pêsames pela morte de Miguel Lemos. 1917.
Lettre de faire part de la mort de Miguel Lemos. 1917.
- A reconstrução do pórtico do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro. 1921.
- À veneranda memória da Senhora D. Maria Joaquina da Costa Botelho de Magalhães, eterna esposa de Benjamin Constant, Fundador da República no Brazil. 1921.
- O monumento a Benjamin Constant. A fundição do busto da estátua do Fundador da República, e do baixo relevo simbolizando, sob o patrocínio de Izabel de Castéla, o projeto de restituição dos torfêus à nossa caríssima irman, a República do Paraguai, em solenidade prezidida por Cristóvão Colombo. Publicações de 138 – 1926.
- Ainda a veracidade do Esboço Biográfico de Benjamin Constant. Carta ao jornal "Patria", de Assunción.

3. A Moral Positivista

Na consideração da moral positivista cumpre ter presente a singularidade do movimento positivista no Brasil. Tanto na Europa como nos países ibero-americanos, Augusto Comte (1718/1857) é considerado como uma espécie de ponto de partida, carente de complementações. Em Comte não há teoria do conhecimento. Stuart Mill (1806/1873) cuidou de preencher essa lacuna, aproximando o positivismo da tradição empirista inglesa. Dessa forma, o evolucionismo de Herbert Spencer (1820/1903) veio a encaixar-se numa corrente em pleno desenvolvimento. Em Portugal aconteceu mais ou menos a mesma coisa. De sorte que ao ingressar em nova fase, a partir dos fins dos anos vinte, chamou-se diretamente *neopositivismo* para enfatizar os vínculos precedentes.

No Brasil, o positivismo é apenas o desdobramento de uma tradição anterior, o cientificismo pombalino. Além disto e ao contrário da Europa, prosperou a Religião da Humanidade, a tal ponto que os brasileiros acabaram tomando conta da Casa de Comte, em Paris. De sorte que tanto o evolucionismo de Spencer como o próprio *neopositivismo* tiveram que abrir caminho contra os positivistas. Silvio Romero (1851/1914) intitulou *Doutrina contra doutrina* o livro em que procura familiarizar-nos com o evolucionismo, para enfatizar que nada tem a ver com o positivismo comteano, na forma como aqui se difundira. A aproximação à corrente européia que desembocaria no Círculo de Viena (1929) e no neopositivismo, capitaneada por Otto de Alencar (1874/1912) e Amoroso Costa (1885/1928), começa por uma crítica arrasadora a Comte.

A análise pretendida tem assim que partir do próprio Comte e não daquilo que veio a ser compendiado como filosofia positiva ou científica.

Como reconhece Amoroso Costa, Comte tinha pleno domínio da ciência de seu tempo, de que era um expositor de grande talento. Ao mesmo tempo, entretanto, não tinha maior familiaridade com a problemática filosófica. Ele mesmo confessa, no *Prefácio Pessoal ao Curso de Filosofia Positivista* (1842): “Jamais li, em língua alguma, nem Vico, nem Kant, nem Herder, nem Hegel, etc.; somente conheço suas diversas obras através de algumas relações indiretas e de certos resumos demasiado insuficientes. Quaisquer que possam ser os inconvenientes dessa negligência voluntária, estou convencido de que muito contribui para a pureza e a harmonia de minha filosofia social”. Deste modo, Comte sequer suspeitava que a transição do mundo natural – em relação ao qual formou-se a ciência moderna que dominava plenamente – para a sociedade não podia dar-se sem pressupostos a serem explicitados. Concebeu portanto a sociologia sem dar-se conta de que tanto o homem como a sociedade correspondiam a totalidades às quais não se aplicavam o método que aprendera nas posteriormente chamadas ciências exatas. Designou-a (à sociologia) como a sexta e última ciência fundamental (as cinco precedentes eram, além da matemática, a astronomia, a física, a química e a biologia, que ainda não havia assumido essa feição e não a mencionava mas à fisiologia). A sociologia que conhecemos não guarda maiores relações com a obra de Comte, devotada à reforma social e à implantação do chamado *estado positivo*, etapa final da evolução da humanidade. A religião da humanidade aparece posteriormente como um expediente a serviço daquele projeto político.

Nesse contexto, procurar-se-á debalde qualquer referência à temática estruturada no Ocidente em torno da disciplina que foi denominada de *ética*. No positivismo inglês, que se afeiçoou ao liberalismo, a discussão moral segue as trilhas abertas por Hume,⁽¹⁾ sendo

solenemente ignorada no Brasil. O positivismo italiano também gerou um estudioso da moral que buscou apreender a sua especificidade. Trata-se de Roberto Ardigó (1828/1920), conhecido pela Escola do Recife mas apenas no tocante ao direito.

a) A versão ortodoxa

O processo de difusão da moral positivista no Brasil compreende a tradução da obra de Pierre Lafitte (1823/1903), fato que se deu muito tardiamente, em 1938, presumivelmente como uma reação ao curso seguido pelo Apostolado, adiante caracterizado. Lafitte veio a ser o herdeiro da ortodoxia comteana e da Igreja Positivista parisiense. A pretexto de que havia desrespeitado a um dos dogmas, ao aceitar ser designado professor em estabelecimento oficial, o Apostolado brasileiro com ele rompeu de forma ruidosa, promovendo inclusive um auto-de-fé com os seus livros. Depois da morte de Lafitte, o Apostolado brasileiro assumiu o seu lugar na Igreja Positivista, em Paris.

O livro de Pierre Lafitte chamou-se diretamente: *Moral Positiva. Sua necessidade atual; seus caracteres fundamentais; suas principais aplicações*. (Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira, 1938, 334 p.). Trata-se de um conjunto de conferências pronunciadas em 1878, coligidas por um dos participantes (Emile Antoine), revistas e ampliadas pelo autor antes de serem dadas à luz. O Apostolado não teve nenhuma participação na edição da tradução brasileira. O livro é interessante como demonstração do entendimento (melhor dito: do desentendimento) comteano da moral.

Lafitte define a moral como o “conjunto de regras universais, que servem à Humanidade para dirigir e aperfeiçoar a vida individual, doméstica e social”. Antes de mais nada, cumpre ter presente que o estado positivo concebido por Comte deveria levar à constituição de pequenas unidades nacionais. Assim, escreve: “De acordo com Augusto Comte, é mister conceber a pátria nacional como uma Cidade preponderante com um território necessário à sua nutrição, no qual vive certo número de famílias, tendo antecedentes comuns e trabalhando para uma prosperidade comum. A Holanda, entre os diversos estados atuais, pode ser encarada como um tipo mais próximo deste padrão, suas dimensões são suficiente para a existência durável de um regime pacífico e industrial, regado por uma fé demonstrável. Em que poderá consistir a utilidade das nações mais extensas, quando já não nos batermos no exterior para manter internamente um regime de opressão?” (p. 290). Na medida em que o sacerdócio da Humanidade esteja suficientemente amadurecido, seguir-se-á a decomposição das nacionalidades muito desenvolvidas e a concentração dos poderes legislativo e executivo. “Durante a transição, prossegue, caberá ao governo temporal manter a ordem e impedir todos os atentados contra a família e contra a propriedade”. A França também não escapará desta lei!” – exclama. Vale dizer, subdividir-se-á em “pequenas pátrias”.

Embora não o explicita, a marcha no sentido do estado positivo, consiste na eliminação da diferença entre direito e moral. As regras desta última serão obrigatórias mas a educação positiva fará com que sejam cumpridas de bom grado.

Em matéria moral, o comtismo não se cansa de exaltar o passado. Foi a marcha da humanidade que constituiu as regras que o estado positivo preservará, limitando-se a retirar-lhe os fundamentos teológicos. A passagem de Moisés para Cristo introduz, “pela

primeira vez, a idéia de progresso em moral”. Nessa progressão, cabe destacar o papel do clero católico, cujo “devotamento social..., durante treze séculos, fez, da maior parte de seus membros, verdadeiros cidadãos da Terra”. (p. 37). As regras constantes do Decálogo resultam de longa evolução espontânea. Também a moral teológica tem o mérito de ter sido um meio de conservação dos progressos morais. Comte não revela a mesma simpatia em matéria de moral metafísica – isto é, da época Moderna – que, a seus olhos, revelou-se “falsa, contraditória e anárquica”. Finalmente, a sociedade tende espontaneamente para a moral positiva, ao consagrar, em nome da Humanidade, preceitos que se defendiam em nome de Deus. Tal evolução deu-se nos diversos planos da existência e assim se resume: *pessoal*, com o reconhecimento da importância da higiene; doméstica, no culto aos mortos e na família; *cívica*, no respeito à lei e na defesa da Pátria; e *religiosa*, no culto dos grandes homens. A moral positiva não passaria, portanto, da síntese de toda a evolução da humanidade nos estágios precedentes.

Concluído o esforço histórico, Lafitte diz que a moral positiva está elaborada na obra de Comte, cabendo apenas ensiná-la, segundo o princípio de que “a maneira de corrigir o que se mostra vicioso, arbitrário e egoísta é criar seres, individuais e coletivos, honestos razoáveis e devotados”. Ao que acrescenta: “não queremos, enfim, mudar o atual estado de coisas de um dia para o outro; a sociedade, felizmente, caminha mais ou menos por si mesma. O que procuramos é lenta e continuamente modificá-la, segundo diretrizes científicas demonstráveis, repelindo toda agitação perturbadora, que só serve para reanimar, quer nas instituições quer nos espíritos, uma retrogradação, já inexistente nos costumes”. (p. 117). Trata-se, portanto, de criar o *homem novo*, postulando uma ficção científica que trouxe terríveis conseqüências ao longo do século XX.

Por que a ficção do *homem novo* tem para Comte uma base científica? Graças sobretudo à hipótese contida na obra *Sobre as funções do cérebro* (1825) de Franz Joseph Gall (1758/1828), onde se demonstra que a alma corresponde a um termo abstrato e que as funções cerebrais têm uma localização prévia na substância cinzenta. Graças a isto, a moral passou a dispor de uma base científica. Ainda que Gall não haja conseguido decompor as faculdades intelectuais e tenha insulado o cérebro dos sistemas vegetativo e nervoso, facultou a Comte “construir a teoria do cérebro e, sobre esta base sistemática fundar ciência moral”.

O homem é tão (naturalmente) capaz de apego, veneração e bondade como é espontaneamente egoísta e ambicioso. “Graças à demonstração da existência dos sentimentos benévolos foi que o positivismo pôs em foco a questão principal: desenvolver o respeito tão seriamente comprometido pelo estado revolucionário”. O princípio nuclear da moral positiva é apresentado nestes termos: “A veneração é a base de toda a hierarquia, de toda a nobre dependência, de todo o aperfeiçoamento. Se o homem não fosse um animal venerador, não teria sacerdócio, nem governo, nem sociedade e, portanto, não teria moral”. (p. 133).

E logo adiante: “Amar os superiores é o começo da plena emancipação e do verdadeiro progresso moral, ponto de partida de todos os outros... O respeito é uma faculdade que a educação positivista cultivará e desenvolverá de modo especial”.

Segue-se o programa que constitui o cerne da religião da humanidade: o culto dos grandes homens; a veneração dos fracos pelos fortes e o devotamento dos fortes aos fracos, segundo o mandamento *fazer o bem pelo próprio bem*. “As leis naturais não começam a existir só no dia em que são descobertos; são de todos os tempos. Eis o motivo pelo qual a Humanidade, assenhoreando-se do que lhe pertence, onde quer que o encontre, reivindica

como seus todos os devotamentos que, desde o passado mais remoto, têm honrado a nossa espécie”.

Estabelecida a base do que se poderia chamar apropriadamente de *educação positiva*, de que acabaria por resultar seres morais, Lafitte detém-se nas sanções da moral positiva, cuidando de eliminar-lhes todo caráter sobrenatural, circunscrevendo-as à expiação aqui mesmo na terra, com o propósito de desenvolver a responsabilidade pessoal, explicitando a legitimidade do recurso a meios extremos (confisco da propriedade, da liberdade e da própria vida) quando o repúdio da opinião pública ou da família não se revelarem suficientes; na consagração moral do positivismo, decorrência natural do culto da humanidade que os mortos representam, sendo portanto o Ser Supremo, de onde decorre o mandamento: *os mortos governam os vivos*; a teoria positiva do dever, correlacionada ao caráter social da ética positiva (“como todos os seres só têm o direito de sempre cumprir o dever, o problema da liberdade consiste em tornar esta norma cada vez mais espontânea”) e, finalmente, o caráter religioso da moral positiva. O livro contém ainda uma parte denominada de “principais aplicações da moral positiva”, onde recorre a exemplos dos princípios precedentemente apresentados, hauridos nos planos individual, doméstico e cívico.

b) A contribuição do Apostolado

A Igreja Positivista exerceu magistério moral durante a República Velha. Os católicos o reconheceram e o diz expressamente Jackson de Figueiredo (1891/1928) segundo o pode ver na antologia organizada por Anna Maria Moog Rodrigues (*A Igreja na República*, Brasília, Câmara dos Deputados – 1981). Vejamos qual seria a principal inferência a retirar do exame do magistério moral exercido pela Igreja Positivista na Primeira República.

A Religião da Humanidade seria o desfecho da evolução da Humanidade no sentido da Fraternidade Universal. Para lográ-lo é preciso ligar em cada indivíduo o interior ao exterior. Deste modo estar-se-ia voltando ao sentido da palavra religião (do latim *religare*).

Do ponto de vista interior o ciclo evolutivo da ciência estaria concluído com a descoberta, por Augusto Comte, da lei dos três estados, segundo a qual a humanidade estaria completada e não mais se expandiria.

Do ponto de vista exterior, a plena harmonia dos sentimentos seria alcançada, de um lado, pelo desenvolvimento do altruísmo e, de outro, pelo reconhecimento, fora de nós, de um ser superior. Em lugar das formas religiosas anteriores, fetichistas, politeístas e monoteístas, o Ser Supremo no positivismo é a Humanidade. A religião, de espontânea e revelada, alcança o seu estágio final (positivo), ao ser demonstrada.

Temos, pois, afinal, uma religião inteiramente racional.

A partir daí, contudo, como se deu o exercício do magistério moral pela Igreja Positivista na Primeira República?

Miguel Lemos (1854/1917) começou por adotar a expressão “infallibilidade de Augusto Comte” e a criticar os que “acreditam haja a ciência avançado depois de Augusto Comte”. O caminho até encontrar heréticos estava traçado. Surpreendentemente é que haja sido nada mais nada menos o chefe da Igreja Parisiense. Pierre Lafitte (1823/1903). Como

punição mandou queimar os seus livros (*Circular anual da Igreja Positivista do ano de 1885*).

Quando Luiz Antônio Verney (1713/1792), nos meados do século XVIII, inicia o processo através do qual Portugal tão tardiamente iria abrir-se à Época Moderna, publicando *O Verdadeiro Método de Estudar*, o fez anonimamente. Seus opositores logo reivindicaram fosse queimado o livro enquanto não aparecia o próprio autor para levá-lo à fogueira. Na Biblioteca do Escorial, na Espanha, há um vistoso painel em que os cardeais assistem à incineração de um livro.

Quer dizer: quando a religião racional teve que ser levada à prática, Miguel Lemos valeu-se diretamente das tradições católicas. No tempo em que Teixeira Mendes (1855/1927) torna-se, com a morte de Miguel Lemos, o principal Apóstolo não se furta a explicitar essa dependência. Recusando dar a essa substituição caráter definitivo alega que se não o fizesse “infringiria eu gravissimamente-- os ensinamentos de nosso mestre e dos seus predecessores católicos”. Ainda sobre o mesmo assunto acrescenta: “que a resolução por ele tomada era na convicção de que obedecia aos ensinamentos de nosso mestre e como se tivesse em sua presença e na presença de sua tenra e imaculada Padroeira; que assim procedendo acreditava fazer o máximo ao seu alcance para continuar os esforços apostólicos do fundador e diretor de nossa igreja; que a não ser assim, a sua conduta constituiria uma inqualificável ingratidão não só para com os nossos Santíssimos Pais Espirituais mas também para o incomparável amigo...”.⁽²⁾ Como bem observou Ivan Lins (1904/1987), em sua *História do positivismo no Brasil* (2ª edição, 1967), Comte foi equiparado à Cristo e Clotilde de Vaux à Virgem Maria.

Em 1903, Teixeira Mendes publica um livro dedicado à “Reflexão positivista sobre o culto católico considerado como o herdeiro das religiões anteriores pela adoração do redentor e precursor imediato da religião da Humanidade e pela adoração da Virgem Mãe”. Em 1899, descreveria “uma visita aos lugares santos do positivismo”.

Infere-se, portanto, claramente que a religião racional resultou ser nada mais nada menos que a religião tradicional. Os positivistas subestimaram o caráter eminentemente moral da religião judaico-cristã. Sua presença determinou que o substrato último da cultura ocidental fosse de caráter moral. De sorte que a simples declaração de que, agora, estamos de posse da *moral científica* provou ser uma grande ilusão. O fundamento da moral é de índole religiosa. No caso brasileiro teria que ser perguntado qual o conteúdo da moral que nos foi legado pela longa tradição cristã em que nos inserimos.

Os marxistas, que se apropriaram da tradição científicista, tampouco fizeram essa pergunta.

c) Avaliação crítica

A ciência é um tipo de saber que estabelece objetividade válida universalmente. A física, a química e a biologia são conceituadas de igual modo em toda parte. Embora não haja nesse plano a experiência crucial, as leis científicas são hipóteses passíveis de retificação ou refutação. Dependem da experiência; não valem como dogmas que se encontrem acima de todas as circunstâncias.

Para constituir-se como ciência, o saber deve limitar o seu objeto, evitando as totalidades. O conhecimento científico da sociedade ou do homem dá-se apenas em áreas

limitadas, previamente fixadas.

“O homem é um fim em si mesmo e não pode ser usado como meio” corresponde à expressão resumida do princípio máximo da moralidade kantiana. Sua inteira formulação é a seguinte: “Procede de maneira que trate a humanidade, tanto na tua pessoa como na de todos os outros, sempre e ao mesmo tempo como fim, e nunca como puro meio”. Trata-se, naturalmente, de um ideal de pessoa humana que transpassa toda a cultura ocidental. Sua formulação original encontra-se no Decálogo de Moisés, subseqüentemente enriquecida pela meditação medieval e a discussão ocorrida na Inglaterra, no século XVIII. A explicitação de que se trata de um ideal de *pessoa humana* encontra-se na meditação de Joseph Butler e Imanuel Kant.

Kant distingue idéias de ideais. Estes correspondem a arquétipos inspiradores. A distinção foi por ele mesmo apresentada deste modo: “A virtude e, com ela, a sabedoria humana, em toda a sua pureza, são idéias. Mas o sábio (do estóico) é um ideal, isto é, um homem que não existe senão no pensamento, mas que corresponde plenamente à idéia de sabedoria. Assim como a idéia faculta a *regra*, o ideal serve, de modo semelhante, de *protótipo* à determinação completa da cópia e nós não temos, para julgar nossas ações outra regra senão a conduta deste homem divino que conduzimos em nós e ao qual nos comparamos para nos julgar e também para nos corrigir, mas sem poder jamais alcançar a perfeição”. (*Crítica da razão pura*, trad. Francesa, PUC, p. 413-414).

A história do Ocidente distingue plenamente a moral do direito. Na medida em que os princípios morais passam a ser aceitos pela sociedade, transitam para a esfera do direito, isto é, tornam-se obrigatórios. O processo de aceitação das normas morais nada tem a ver com o que se dá com a ciência. A ciência moderna, notadamente porque encontrou a oposição da Igreja Católica, tardou em universalizar-se. Contudo, desde que foi dado esse passo, é à comunidade científica que compete estabelecer retificações e acréscimos. Sendo naturalmente um corpo vivo em expansão (muito ao contrário do que supunha Comte, ao afirmar que estava conclusa e acabada), a ciência insere áreas de disputas e controvérsias. As formas de solucioná-las acham-se entretanto plenamente estabelecidas.

Não tem cabimento, portanto, falar-se em *moral científica*. Na medida em que o homem jamais será um ser puramente moral, oscilando invariavelmente entre as inclinações e os ditames da moralidade – quando a sua consciência os conhece e aprecia, nada tendo portanto de inatos, nem muito menos, como imaginava Comte, de automáticos –, a moral será sempre uma conquista árdua tanto para os indivíduos como para as comunidades. Além de ser ensinada, seja dos púlpitos seja das cátedras, a moral comporta meditação de caráter teórico que foi chamada de *ética*. Também nesse particular, não se chega a vislumbrar qual seria a contribuição específica do positivismo comteano.

III. OS PARCOS RESULTADOS DA VERSÃO POSITIVISTA (CIENTIFICISTA) DO MARXISMO

1. A versão brasileira do marxismo ortodoxo: Nelson Werneck Sodré

a) Introdução

Ao observador menos avisado há de parecer que o marxismo ortodoxo – tal é a denominação clássica do chamado marxismo-leninismo – apresente-se com alguma consistência teórica no atual panorama das idéias no Brasil. Essa impressão decorre da ausência de uma análise específica, sem o que difícil se torna distinguir nuances. A interpretação das idéias de Marx realizada por pensadores brasileiros categorizados é a que foi batizada de *versão positivista do marxismo*. Consiste, basicamente, numa tentativa de reduzir o marxismo ao positivismo, de promover a fusão entre Comte e Marx, numa simbiose em que ao primeiro incumbe dar o tom. A semelhante escopo dedicou Leônidas de Rezende (1880/1950) – catedrático da Faculdade Nacional de Direito, a partir de 1932 – o melhor de suas energias, devendo ser considerado como o introdutor do marxismo no Brasil, ao dar-lhe uma feição que o predestinaria a adquirir dimensões desproporcionais – por estar ligado ao que havia de mais arraigado na tradição cultural brasileira, a partir da República – ainda que sem maiores vínculos com a matriz (as idéias de Marx). A versão de Leônidas de Rezende seria, nos anos posteriores à segunda guerra, reelaborada por João Cruz Costa (1904/1978), que foi catedrático de História da Filosofia na Universidade de São Paulo. Embora o resultado final tenha sido comprovar a perda de valor heurístico do marxismo – aspecto essencial em qualquer doutrina filosófica que não pretenda erigir-se em dogma – deve-se reconhecer que ambos produziram uma obra coerente, no melhor estilo de pensamento nacional, obrigando as doutrinas de importação a submeterem-se à maneira peculiar segundo a qual nos apropriamos da problemática filosófica, incontestavelmente de cunho universal.

A tradição comteana produziu também uma filosofia política de grande aceitação no país, a partir de Júlio de Castilhos; a formação da corrente que se denomina *positivismo ilustrado* (ao contrário da primeira, ligado ao liberalismo, com pensadores do porte de Pereira Barreto, Alberto Sales, Pedro Lessa e, contemporaneamente, Ivan Lins), etc. Importa entretanto, enfatizar que facultou a estruturação do que se poderia denominar de *mentalidade positivista*, abrangendo amplos setores da intelectualidade nacional. O fenômeno não pode ser atribuído integralmente à versão positivista do marxismo, desde que a mentalidade em apreço não se caracteriza por nutrir maiores ou menores simpatias pelo ideal socialista sendo mais plausível supor que sua persistência advenha da força da tradição pombalina. O típico e o essencial nessa postura consistem naquelas idéias que tornam tão parecidas a extrema-esquerda e a extrema-direita brasileiras. Enumero-as esquematicamente: a) opção totalitária e correlativo menosprezo de tudo quanto possa contribuir para a consolidação da convivência democrática; b) identificação entre liberalismo econômico e “laissez-faire”, em decorrência do que só concebem a intervenção do Estado na economia através de ingerência direta; c) suposição de que o denominado problema social (que reduzem, em última instância, ao seu aspecto material) pode e deve ser resolvido de cima para baixo (reminiscência do famoso postulado comteano da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”, plenamente identificado com o partido totalitário de esquerda); e, finalmente, d) crença mística na existência de determinismo sociais. Esse conjunto de teses corresponde, no Brasil,

à base comum dos agrupamentos totalitários, tanto de extrema-esquerda como de extrema-direita. A partir desse núcleo é que se estabelecem as diferenças (e talvez que nem existam ou pelo menos não serão radicais em sua essência).

A versão brasileira do marxismo ortodoxo nutre-se de slogans e chavões. Formulados nesse nível dispensam justificação teórica estruturada com certo rigor. Contudo, não é sem interesse examinar suas idéias e características. Antes de enumerá-las, convém precisar que não respiram a atmosfera cultural brasileira. Inspiram-se exclusivamente no ambiente daqueles países onde a doutrina tornou-se uma espécie de religião de Estado. Ao fazer essa afirmativa, tenho em vista que o elemento específico da religião é o sagrado e não as representações transcendentais da imaginação. Estas aparecem também na mitologia, com propósitos explicativos em relação ao mundo. Já o sagrado – objeto de culto e de respeito – é o conteúdo essencial de todas as religiões. E a que se reduziu o marxismo no mundo socialista senão a isto, com o aparato dos ritos (a visita ao túmulo de Lenine; as paradas; a condução em praça pública do livro sagrado com o pensamento de Mao), os dogmas e, correlativamente, as profanações e heresias, etc.? O fato de que tomem, como horizonte referencial, o contexto vigente naquelas nações onde a doutrina difundida com o nome de marxismo tornou-se religião de Estado, acarreta aos marxistas caboclos duas implicações. Primeira: não têm a menor idéia de quais sejam os problemas reais com que a meditação nacional se defronta. Quando se debruçam sobre temas ou autores de nossa terra, fazem-no apenas para “ilustrar” suas teses ou agredir a quem ouse endereçar-lhes a menor restrição. Segunda: repetem com a maior candura as tolices difundidas, nos países em que buscam inspiração, a respeito de pensadores ocidentais, esquecidos de que dispomos da possibilidade de conhecê-los diretamente, o que não ocorre na Rússia e nos países sob domínio soviético. A ressalva se explica pela circunstância de que a temática de que se ocupam – do mesmo modo que a maneira como o fazem – representa algo fechado sobre si mesmo, impondo ao analista uma espécie de processo kafkiano.

b) O pseudo enciclopedismo e sua motivação

Até a crise do relatório Krushev (1957/1958), os marxistas ortodoxos no Brasil preferiam renunciar às suas próprias individualidades, limitando-se a traduzir a produção estrangeira. No período desde então transcorrido mudaram de comportamento. Observa-se entretanto, um fenômeno curioso. Ao contrário do que ocorreu na Rússia – e mesmo entre os confrades ocidentais – não se verificou nenhuma especialização. Não se trata de supor que pudessem chegar aqui ao grau de sofisticação dos países comunistas, onde há especialistas até para determinadas obras. Seria pedir-lhes muito. Contudo, parece um exagero saltar, indiferentemente, da lógica para a estética, da história para a filosofia, fazer simultaneamente incursões na economia, na literatura e sabe Deus em que mais. É certo também essa presunção de saber enciclopédico circunscreve-se ao plano das disciplinas vinculadas à sociedade – pelas razões que se apontará a seguir – e não chega à audácia de imiscuir-se com as ciências naturais. A par disto, nutre-se muito da compilação estrangeira, apresentada de uma forma nova, capaz de fazer crer aos incautos que se trata da obra de autores nacionais. A primeira característica do marxismo ortodoxo no Brasil consiste, pois, na presunção de estar de posse de um saber de tipo enciclopédico. Embora essa tendência seja evidente na obra de Caio Prado Júnior e Álvaro de Faria, deve-se considerar que só Nelson Werneck Sodré conseguiu explicitá-la de modo pleno. Assim, depois de haver dedicado alguns anos à crítica literária, a partir de 1958 passou a ocupar-se indiferentemente de economia; história geral, das idéias e de

assuntos limitados (militar, da imprensa, etc.); sociologia; filosofia social; estética. Ainda que o seu forte não seja a delimitação rigorosa do objeto de qualquer das disciplinas enumeradas, parte obviamente de duas premissas insustentáveis: 1^a) a história pode ser *exata* (não se trata de uma explicitação de suas condições como ciência, segundo se verá a seu tempo); e, 2^a) não existem ciências sociais, na maneira como os especialistas as conceituam. A primeira exige abordagem mais detalhada. Em relação à segunda pode-se, desde logo, proceder a algumas indicações.

No seu compêndio de economia marxista – simples compilação de textos, o que, diga-se de passagem, dispensava a assinatura de quem não escreveu uma só linha da matéria – Nelson Werneck Sodré omite a definição de seu objeto. Supunha-se até então, que o marxismo ortodoxo estabelecia uma nítida distinção entre *economia política* e *economia*. Bem pesadas as coisas, a economia política corresponde à maneira encontrada para preservar certas teses obsoletas (caracterização do capitalismo empreendida por Marx, conceito de imperialismo de Lenine, etc.), mas a uma distância considerável, de modo a ir buscar em outras fontes os princípios norteadores da gestão econômica interna. Esse último problema diz respeito à *economia* (sem adjetivos). Basta ver que a exigência fundamental apresentada às empresas do Estado consiste “em medir os gastos e resultados da produção segundo sua expressão monetária; repor as despesas de produção com rendas próprias e assegurar a rentabilidade da empresa” (*Compêndio de economia política*, do Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS, edição russa de 1954, p. 465). A diretriz transcrita, que poderia ser atribuída a qualquer “economista burguês”, explicita a diferença entre as duas disciplinas, do ponto de vista do marxismo ortodoxo. Ao apresentar como *economia* o que nos termos de sua própria doutrina seria *economia política*, Werneck Sodré revela uma das premissas fundamentais de toda a sua obra (a segunda, na ordem indicada precedentemente). A consideração, em separado, pelos russos, das duas ordens de problemas, tem sua razão de ser, se bem seja o marxismo incapaz de explicá-la satisfatoriamente. O processo de formação da economia como ciência consiste precisamente no abandono dos pressupostos ético-normativos, que aos olhos de seus fundadores, serviam para atribuir-lhe dignidade toda especial. A fisiocracia, na obra de Mirabeau, é denominada de *La philosophie rurale* (1763), incumbindo-lhe, segundo Nemours, “a constituição essencial do governo o mais vantajoso ao gênero humano”. Adam Smith supunha estar lidando com a moral, que era afinal o objeto de sua cátedra. Apresenta, em relação a Marx, a vantagem de que enfatiza os objetivos éticos de sua doutrina, enquanto Marx trata de obscurecê-los (o que ademais é compreensível no ambiente em que viveu, saturado pelas idéias hegelianas). E quando se toma aos fisiocratas ou aos clássicos ingleses como iniciadores da economia como ciência não é certamente pelos impulsos ético-normativos. Na medida em que rompeu com essa perspectiva, a economia avançou de modo significativo no sentido de estabelecer conclusões com inteira objetividade. Os círculos científicos mais categorizados do Ocidente definem-na hoje como “a ciência da administração dos bens escassos numa sociedade humana”, buscando desvinculá-la da ética. Outro aliás não foi o caminho percorrido pela psicologia e pela sociologia empíricas.

É certo que a economia não pode pretender jamais à conquista definitiva do “status” de neutralidade científica, desde que se acha vinculada à ação social, envolvendo-se inelutavelmente numa esfera valorativa intrínseca à condição humana. Contudo, a conquista de sucessivos setores ao campo da objetividade – substituindo-se a idéia de valor pela medida, como recomenda o compêndio russo acima citado – constitui elemento eminentemente progressista. Desconhecer esse aspecto da questão, como faz Nelson Werneck Sodré – comportando-se, no caso, de modo mais realista que o rei – corresponde a uma exigência de

toda a sua obra. Como manter a presunção do saber enciclopédico depois de reconhecer que existem avanços palpáveis da ciência (sinônimo de neutralidade axiológica até que se invente a matemática proletária) no âmbito da sociedade, o que transforma certas esferas em seara do especialista?

A recusa em admitir a existência das ciências sociais corresponde, assim, a um dos traços mais característicos do marxismo ortodoxo no Brasil, expresso com clareza na obra de Nelson Werneck Sodré. Aparentemente esse aspecto seria comum ao marxismo ortodoxo em toda a parte. Na verdade, entretanto, ali onde detém o poder, o processo mais destacado consiste na hegemonia do especialista. A disciplina difusa (e confusa) denominada de marxismo (com um ou outro adjetivo complementar) faz parte do sistema, mas como elemento subsidiário, embora de importância indiscutível. Serviria o marxismo, nos países comunistas para inspirar os teóricos das ciências exatas ou aos técnicos em geral? Nada disto. Seu papel é precisamente o de religião de Estado, em nome da qual se mantêm a unidade nacional e as prerrogativas (as ambições, no caso da China) de grande potência. No Ocidente, ao lado da difusão desse novo sistema, forceja-se por reduzi-lo a uma filosofia das ciências, mas ainda sem assimilar as lições e a experiência do neopositivismo que, na espécie, revela maior maturidade e melhores níveis de elaboração.

No Brasil, o pseudo-enciclopedismo tem motivação bem diversa. Atirando as ciências sociais ao charco da imprecisão conceitual, pessoas sem a devida habilitação arrogam-se o direito de dar palpites sobre tudo. Posam de “teóricos” e de “cientistas” perante um certo público, na esperança de transformá-lo em massa de manobra de suas ambições políticas. Não se trata aqui de negar-lhes o direito de apresentar esta ou aquela plataforma política, mas apenas de contestar a legitimidade de fazê-lo em nome da ciência.

A comprovação do completo alheamento em que se encontram os marxistas ortodoxos brasileiros em relação ao que se passa na Rússia no terreno das doutrinas econômicas servirá como demonstração cabal da diferença que se deseja destacar.

A economia como ciência (na Rússia e no compêndio assinado por Nelson Werneck Sodré)

O compêndio de economia assinado por Nelson Werneck Sodré – atribuição de autoria de todo injustificável, tratando-se de simples coletânea de textos estrangeiros – revela um grau de desinformação verdadeiramente inconcebível, do ponto de vista da doutrina (o marxismo ortodoxo) que pretende divulgar. Ao contrário do que supõe – o que aliás norteia toda a sua obra – o processo em curso, tanto na Rússia como nos países socialistas periféricos, é o da hegemonia crescente e cada vez menos discutida do especialista, ao invés do culto do saber pretensamente enciclopédico. Justamente a economia constitui o seu exemplo mais frisante. A ênfase na especialização teve início ainda no período dos primeiros planos quinquenais. Expressa-o as diversas palavras de ordem lançadas por Stalin concitando ao domínio da técnica. O famoso incidente provocado pelas teorias de Lisenko – quando o Estado tomou a seu cargo a tarefa de denunciar como idealista a biologia ocidental – produziu uma impressão falsa a respeito da posição do especialista na Rússia. Entretanto, sob Stalin já detinham o comando efetivo da atividade produtiva (e de pesquisa pura e aplicada), dispendo de influência notória no aparelho dirigente. Basta ver a situação do ensino superior, onde o saber de índole técnica e operativa gozava, nos começos da década de cinquenta, de proeminência indiscutível. Mesmo naquela época, a Universidade Lomonosov não resistia ao

confronto com qualquer dos institutos técnicos existentes em Moscou. A tradicional escola incumbia formar médicos, advogados, professores de graus inferiores para as ciências exatas e, apenas subsidiariamente, os especialistas em marxismo. Ainda assim, com essas múltiplas atribuições, tão somente o Instituto de Energia da Capital – prepara todos os tipos de engenheiros eletricitistas – dispunha de número maior de faculdades e alunos. Portanto, não seria legítimo vincular a hegemonia do especialista à chamada desestilização, embora se deva reconhecer que assumiu dimensões inusitadas no período subsequente. Ignorá-lo, de maneira solene, como faz Nelson Werneck Sodré corresponde, na verdade, a simples desinformação.

Depois de Stalin, pelo menos dois fatos de grande importância marcam a ascendência incontestável do especialista: a plena reabilitação de Einstein e o abandono da pseudobiologia de Lisenko. O compêndio do Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS, editado em 1963 com a denominação de *Fundamentos da Filosofia Marxista*, incorpora diretamente a teoria da relatividade, inclusive apresentando-a como uma espécie de prova dessa obscura disciplina que os russos batizaram de materialismo dialético, inexistente na obra de Marx. Afirma-se ali: “A teoria da relatividade, criada por A. Einstein, revelou as formas concretas da ligação do espaço e do tempo com o movimento da matéria e vice-versa, expressando essa ligação na forma de determinadas leis” (edição russa, p. 102). Um autor traduzido para o português, V. G. Afanaseiev, no livro *Fundamentos do Conhecimento Filosófico*, chega a chamar Einstein de grandioso físico (2ª edição russa, Moscou, 1963, p. 54). Do período anterior, quando o notável cientista era tratado de maneira depreciativa pelos teóricos do marxismo (ainda que estudado e avaliado devidamente pelos físicos), sobrou apenas a ressalva que ainda se encontra na edição russa de 1963 do *Dicionário Filosófico*. Depois de exaltar o pensamento em questão, nos termos indicados, acrescenta-se: “Apesar de que cometeu erros idealistas na compreensão de vários problemas do conhecimento” (p. 513).

Forçados a falar das ciências sem ser especialistas, os porta-vozes do marxismo ortodoxo aprenderam a agir com cautela. Tiveram que rever opiniões infundadas a respeito da biologia e da física contemporâneas. Em matéria de economia, sobretudo depois que o testamento de Stalin *Problemas econômicos do socialismo* foi inteiramente abandonado, dão-se conta de estar pisando em terreno movediço. Sem avaliar o significado exato dessa lição, Nelson Werneck Sodré revela enorme afoiteza, esquecendo-se de que ao contrário, cabia-lhe ater-se a maior dose de prudência, sobretudo quando deve se contentar com material envelhecido, pelo imperativo de aguardar a tradução do texto original outro país ocidental.

Começa por eliminar a diferença – de que os especialistas se fazem cada vez mais ciosos – entre *economia* e *economia política*, abordando sob a primeira denominação os temas relacionados à segunda. Ao que se supõe, esse comportamento desastrado (encarado do ângulo de sua própria área) nada tem a ver com os próprios russos que disputam hoje, aos americanos, a liderança na técnica mundial. Basta ver os livros técnicos que distribuem no Brasil nos últimos anos; os professores que têm participado de cursos universitários de pós-graduação; a presença de especialistas em petróleo e xisto, etc. – colaboração essa que, na opinião dos entendidos, pode ser considerada como de excelente qualidade. O pensamento econômico apresentado no compêndio que analisamos só pode contribuir para desfazer essa impressão favorável que vêm alcançando em outros domínios do conhecimento técnico-científico.

Neste pós-guerra, o fenômeno mais destacado – e talvez surpreendente para quem

não se dê conta de seu extremo pragmatismo – no pensamento econômico dos países comunistas reside no amplo sucesso alcançado pela econometria. O ministro polonês Oscar Lange, falecido em meados da década de sessenta, teve seu nome indissolúvelmente vinculado à disciplina, que representa notável extensão do campo em que se tornam aplicáveis os procedimentos científicos (neutros; válidos universalmente; desvinculados de pressupostos éticos) na esfera econômica. Isto significa que sucessivos temas polêmicos e explosivos – como os investimentos em energia elétrica no Brasil, na década de cinquenta, para citar um exemplo – vão perdendo o conteúdo ideológico e passam a merecer tratamento idêntico em todas as partes. Se quisermos ficar no exemplo referido: os procedimentos que instruem a decisão de expandir determinados sistemas elétricos equivalem-se hoje, tanto para as multinacionais como para a Eletrobrás ou as empresas comunistas. Por mais notório que se haja tornado a incorporação da econometria nos países socialistas, o fato foi inteiramente ignorado pelo compêndio de economia assinado por Nelson Werneck Sodré.

A “Revista Brasileira de Economia” publicou trabalhos de Aníbal Vilela sobre o planejamento regional na URSS. Seu objetivo consistiu apenas em divulgar os modelos matemáticos adotados e observar que “só nos anos cinquenta passaram os economistas soviéticos a se preocupar com a necessidade de utilizar técnicas mais sofisticadas, principalmente tabelas de relações interindustriais. Isso se deve, em boa parte, ao fato de que a economia soviética se havia tornado demasiado complexa para ser comandada por regras de polegar. Contribuiu também para essa mudança de atitude a possibilidade do emprego de computadores eletrônicos” (revista citada, junho, 1967, p. 39). No volume dessa publicação correspondente a junho de 1968, o mesmo autor resume os debates relativos às reformas na avaliação dos preços industriais, que tiveram lugar em Moscou nos últimos anos. Conclui que “os soviéticos estão redescobrando a teoria do valor e dos preços, embora sob a roupagem matemática” (p. 43).

Numa palavra: enquanto os russos cuidam de trazer ao primeiro plano as questões vinculadas à gestão empresarial e procuram incorporar ou reelaborar as técnicas ocidentais – justamente o que entendem por *economia* – Nelson Werneck Sodré apresenta com esse nome uma coletânea de generalidades que em nada contribui para revelar, à opinião brasileira, o pensamento econômico dos países comunistas. Não parece dispor da menor informação nem sobre o que se passa ali nem sobre o que se divulga no Brasil acerca do tema.

Quanto às teses selecionadas a respeito do capitalismo contemporâneo e do pensamento de Keynes, são de fazer corar a qualquer aluno de nossas escolas de economia.

Lê-se no compêndio que “Keynes foi defensor resolutivo dos interesses do capitalismo monopolista”, resumindo-se suas teses a “idéias contraditórias”. Entretanto, no debate promovido pelo Instituto Gramsci de Roma, em junho de 1965, o economista tcheco Ludek Urban proclamaria o seguinte: “Não se pode esconder que a economia política burguesa fez consideráveis progressos, principalmente no que se refere ao conhecimento do funcionamento do mecanismo da economia capitalista nas condições de hoje. A contribuição fundamental no terreno do desenvolvimento da teoria econômica não marxista foi dada pelo keynesianismo” (*Jornal do Brasil*, 20.02.66). Nem se diga que, à época, já se poderia falar em heresia tcheca. Ainda mais: o que passou a ser considerado como tal pelos russos corresponde à tentativa de introduzir algumas liberdades políticas. Diga-se de passagem que a opinião pública ocidental já foi suficientemente convencida, graças à presença dos tanques socialistas em Praga, de que semelhante tipo de evolução, naquela área, não será tolerada. No que se

refere às doutrinas econômicas, Urban manifestou-se como especialista. Mesmo admitindo-se que o pensamento oficial socialista ainda seja depreciativo em relação a Keynes – o que é discutível – não se pode, impunemente, no Brasil, repetir tolices a propósito da obra de um pensador relativamente conhecido e estudado.

A respeito do capitalismo contemporâneo, o compêndio repete vários chavões a que os russos recorrem com menos insistência. Acobertado sob o nome de outros autores, Nelson Werneck Sodré afirma que “as crises econômicas ocorrem em frequência cada vez maior”, que tem lugar a estagnação a inutilidade da técnica, etc. Urban no trabalho referido precedentemente, reconhece o que é do conhecimento de qualquer pessoa medianamente informada no Brasil, a saber:

“1. O capitalismo de pós-guerra demonstrou um ritmo acelerado de crescimento econômico. Nos países industriais desenvolvidos o ritmo de crescimento da produção *per capita*, ao longo da década de cinquenta, ultrapassou em duas vezes o ritmo que havia alcançado durante todo o período de antes da guerra”.

“2. O período de pós-guerra é caracterizado por um grande debilitamento da intensidade das oscilações cíclicas”.

“3. Aumentou consideravelmente a ocupação; de fato, em alguns países da Europa Ocidental, esgotaram-se as fontes internas de mão-de-obra”. Mesmo em relação aos Estados Unidos, o problema é devidamente qualificado.

Permito-me uma última transcrição desse autor:

“Se se quiser fazer uma apreciação do desenvolvimento econômico do pós-guerra e, em particular, do rápido crescimento econômico, da revolução técnica e da ausência de crises profundas, temos de reconhecer que essas mudanças não têm um caráter transitório e os marxistas, ao explicá-las, não se devem contentar com a citação das conseqüências da Segunda Guerra”. Acrescente-se que as dificuldades com que se defronta a economia capitalista a partir de meados da década de sessenta decorre do imperativo da adoção de novo modelo energético, devido aos preços do petróleo. Não há porque supor que não venham a ser superados. Nas poucas palavras com que contribuiu para a elaboração do livro (uma introdução de três páginas) Nelson Werneck Sodré declara ser polêmica a avaliação marxista do capitalismo contemporâneo. Mas, ao invés de explicitar as possíveis divergências, optou pelo simples dogmatismo, fazendo pouco caso do nível de informação do leitor brasileiro.

Cumpre, finalmente, esclarecer que, ao chamar a atenção para o fenômeno da especialização nos países socialistas – minando a base dos “especialistas” de saber enciclopédico – não chego a supor que esse processo venha um dia a desbancar o marxismo ortodoxo, mesmo que se intensifique a aproximação entre o marxismo como filosofia das ciências e a filosofia analítica. Restar-lhe-á sempre a posição reservada à religião de Estado (tenha-se presente que religião tem um elemento específico que não precisa obrigatoriamente estar vinculado ao sobrenatural), desde que lhe incumbe manter a unidade entre múltiplas nacionalidades e países.

Resta examinar, na obra de Nelson Werneck Sodré, como se dá o trânsito entre essa doutrina tão mal elaborada e sua aplicação a aspectos concretos da realidade nacional.

c) A Complexidade da obra de Azeredo Coutinho e as simplificações de Nelson Werneck Sodré

Na análise precedente de algumas teses do marxismo ortodoxo no Brasil – explicitadas na obra de Nelson Werneck Sodré – tentou-se demonstrar, tomando como modelo a economia, que se trata de manter as ciências sociais numa espécie de limbo. Estariam condenadas a permanecer na esfera da ideologia; não comportariam tratamento objetivo; não chegariam ao estabelecimento de princípios válidos universalmente, etc. Essa suposição mantém-se inclusive às custas da ignorância da evolução do pensamento de índole técnica e operativa nos próprios países comunistas. Não comportando maior especialização, seriam, legitimamente, seara do saber pretensamente enciclopédico. O passo seguinte vai consistir no enriquecimento da história, com o intuito de transformá-la em algo de equiparável aos processos mecânicos e automáticos. Os dois pressupostos norteiam o comportamento dos porta-vozes brasileiros da doutrina. A fim de explicitar plenamente em que consiste o último, examinar-se-á a maneira como Nelson Werneck Sodré aplica o marxismo a certos aspectos de nossa evolução cultural.

As atividades econômicas dariam a chave para tornar a história do Brasil, bem assim o pensamento e as ações de seus personagens destacados (em qualquer campo), integralmente límpida e clara. Aqui, o enciclopédico escritor brasileiro introduz uma inovação que não é tão ortodoxa como supõe.

O livro intitulado *A ideologia do colonialismo* (1961) contém uma exposição acabada do “método”. O pensamento brasileiro não tem qualquer autonomia. Corresponde, ao contrário, a uma simples projeção do sistema econômico dominante, de que seríamos caudatários. A tese é ilustrada através da análise de um economista de fins da Época Colonial (Azeredo Coutinho), um romancista do início da segunda metade do século passado (José de Alencar), um crítico de fins do mesmo século (Sílvio Romero), um ensaísta dos começos do século XX (Euclides da Cunha) e um intérprete da terceira década (Oliveira Viana). Vamos nos limitar ao exame das teses relativas ao primeiro (economista).

Nas fastidiosas análises do marxismo ortodoxo, começa-se por uma caracterização do denominado *modo de produção*. O interesse maior está voltado para definir as *relações de produção*, que o falecido Stalin reduziu à forma da propriedade, tornando irreconhecível o pensamento de Marx. Esse caminho levaria o autor a engajar-se no famoso dilema que tortura a mente do marxismo caboclo: saber se as relações de produção, no Brasil, teriam sido feudais ou escravagistas (o que tem muita importância no mecanicismo a que se aferram; mas esta já seria uma outra questão). Nelson Werneck Sodré inventou uma apresentação engenhosa: suas exposições começam pela indicação da atividade produtiva concreta.

No fim da Época Colonial tínhamos a lavoura açucareira no Norte e a mineração no Sul. A primeira fazendo concorrência à segunda. É fácil ver onde quer chegar. Transcrevo-o diretamente: “Durante toda a fase colonial, a classe proprietária representara rigorosamente o seu papel de mandatária da metrópole: os seus interesses se confundiam. ... A mineração veio alterar bastante esse quadro ... A atividade agrícola gerou um tipo – o do senhor de engenho; a atividade mineradora não deu origem, ou pelo menos não generalizou, nenhum tipo: não houve nela o correspondente do senhor de engenho. A espoliação fiscal, a parte de leão que a Coroa levava, não permitia, além de outros fatores, que se gerasse aquele

tipo. Não foi por acaso que na região mineradora a idéia de independência se antecipou” (Edição do ISEB, p. 21). Homem do Norte, da “classe dominante”, Azeredo Coutinho tinha um papel preestabelecido a desempenhar, do mesmo modo que a elite representativa dos interesses da mineração. Em toda a sua obra o esquema é exatamente o mesmo. Nelson Werneck Sodré mantém de reserva “as etapas da evolução do capitalismo mundial”. Quando o esquema da atividade produtiva interna torna-se insatisfatório, mobiliza o fator externo. Assim, a consistência de seu “método” só pode ser avaliada em relação a cada período limitado (no caso, fins da Época Colonial). Não há outra saída senão aceitar tais regras do jogo.

José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742/1821) militou num período extremamente complexo para a cultura luso-brasileira. Durante o reinado de D. José I (1750/1777) e que coincide, a rigor, com o denominado período pombalino, teve lugar um ingente esforço tendente a vincular Portugal ao pensamento moderno. A nova ciência da natureza – combatida nas fases precedentes por motivos religiosos – foi admitida na universidade como saber de índole operativa. A plêiade de naturalistas formada em Coimbra, no final do século XVIII, é disso uma prova eloqüente. Tendo freqüentado aquele estabelecimento de ensino superior, Azeredo Coutinho filiou-se à nova corrente, isto é, como bem o diz Sérgio Buarque de Holanda, agregou-se à “chusma de naturais do Brasil que então se devotam afincadamente às ‘realidades práticas’ e às próprias ciências aplicadas”. Sua obra fundamental – *Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1794) – caracteriza-se sobretudo pelo seu sentido pragmático, do mesmo modo que os demais escritos, entre os quais a *Memória sobre o preço do açúcar* (1791) e o *Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil* (1804).

Como economista, Azeredo Coutinho circula naquela atmosfera em que a disciplina não se desprendera da ética. A par disto, acha-se muito influenciado por certas teses da fisiocracia francesa, ao supor que as atividades agrícolas seriam a base do florescimento da Colônia, ao tempo em que encampa outras hipóteses dos mercantilistas. Adam Smith só aparece citado no trabalho sobre as minas, muito posterior à difusão de suas principais idéias, ainda assim sem que se possa falar em maior identidade de pontos de vista.

A simpatia de Azeredo Coutinho pelas “idéias modernas” limitava-se entretanto ao plano científico e ao pensamento econômico mencionado (fisiocratas e mercantilistas). A exemplo da maioria de seus contemporâneos, rejeitava ao liberalismo político. A modernização da monarquia – que equivalia à complementação das reformas iniciadas por Pombal, a fim de concluir a integração da cultura portuguesa ao pensamento moderno – seria problema delegado à geração que fez a Independência e que só adquiriria maturidade nas décadas que lhe seguiram. Assim, a complexidade da obra e da militância de Azeredo Coutinho decorrem das peculiaridades de toda uma Época, reconhecimento que não encontra guarida no autor de que nos ocupamos, onde o primado consiste em pressuposto diverso, isto é, a virtual ausência de especificidade em quase todos os planos.

Segundo Nelson Werneck Sodré, a obra de Azeredo Coutinho estaria devotada à idéia de estabelecer e mesmo fortalecer a associação de interesses entre a classe dominante na Colônia e na Metrópole. Não há nuances a considerar. Tudo se explicaria a partir dessa hipótese que ainda tem a vantagem de apresentar a Independência como resultante do agravamento das mesmas contradições que Azeredo Coutinho tentara apaziguar.

Tamanha simplificação é sustentada mesmo às custas de flagrantes distorções do

pensamento estudado. Assim, afirma taxativamente que as “idéias teóricas que defende são hauridas principalmente em Adam Smith” (p. 27). Sérgio Buarque de Holanda – que nos deu magnífico estudo da obra de Azeredo Coutinho, fazendo ressaltar sua complexidade – comprova não ter havido maior influência de Smith. O tradutor alemão do *Ensaio econômico* chega a contestar teses de Azeredo Coutinho apoiando-se justamente no autor da *Riqueza das Nações*. (*Obras Econômicas* de J. A. da Cunha Azeredo Coutinho, Cia. Editora Nacional, 1966, p. 39). A eliminação, por Nelson Werneck Sodré, de maiores distinções entre a fisiocracia, o mercantilismo e as teorias smithianas subordina-se também ao propósito de apresentar uma chave explicativa de validade universal, segundo se verá adiante. Nelson Werneck Sodré faz crer que Azeredo Coutinho considerava essencial o monopólio do comércio, pela Metrópole, bem assim a exclusividade na produção de manufaturas, sem tomar conhecimento da nota que aduziu na reedição do *Ensaio*, após a abertura dos portos (edição citada, p. 155).

Ignorou completamente – para o que Sérgio Buarque de Holanda já havia advertido em livro anterior – a influência que as *Institutions Politiques*, do barão de Bielfeld, havia exercido sobre diversos pensadores do período. Se tivesse levado em conta a advertência teria evitado o ridículo de afirmar que um estrangeiro (Bielfeld) seria o autêntico intérprete dos interesses de “sua” classe (a aristocracia rural do Norte), pois diversos trechos do *Ensaio* de Azeredo Coutinho consistem em simples transcrição das *Institutions*, sem citação de fonte, como era comum à época (veja-se a introdução citada de Sérgio Buarque de Holanda, p. 45 e seguintes).

Perdeu de vista que o conservadorismo de Azeredo Coutinho limitava-se à esfera político-social, sendo um entusiasta do pensamento científico recém-introduzido em Portugal, pela reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, a ponto de torná-lo matéria obrigatória no Seminário, quando bispo em Pernambuco.

Numa palavra: o esquema de Nelson Werneck Sodré “serve” para qualquer pensador, em qualquer época, e, ao mesmo tempo, não serve para nenhum. Suas afirmativas audaciosas e imprecisas a respeito de Azeredo Coutinho prescindem da indispensável pesquisa do texto, recusam a menor perplexidade. Basta confrontar a sua análise e a que nos proporcionou Sérgio Buarque de Holanda.

Não serve para nenhum: substitua-se o nome de Azeredo Coutinho pelo de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu. Viveu na mesma época. Realizou obra de economista. Foi conservador e monarquista. Originário do Norte e não da zona mineradora. Nunca propugnou pela independência nem supunha plausível o desenvolvimento manufatureiro do Brasil. Era entretanto um entusiasta das idéias de Adam Smith e reivindicava o término da escravidão. Como é possível que se haja recusado ao papel que “a atividade econômica concreta” lhe havia predestinado, notadamente numa questão essencial como o trabalho servil? Ou será que se tratava de um esquerdista infiltrado, como virou moda, em certos círculos, dizer-se de José Bonifácio?

A tentativa de *naturalizar* a história, empreendida pelo marxismo ortodoxo no Brasil, corresponde a um dos fenômenos mais infecundos dentre os que já teve lugar na evolução de nosso pensamento. Enquanto persistem vários temas cuja elucidação exige argúcia e capacidade de questionar, a mencionada tendência ocupa-se de produzir simplificações que não conduzem a nada. Como explicar os quarenta anos de estabilidade política do Segundo Reinado? Será que se deve oscular exclusivamente entre a hipótese do

Poder Moderador e o simples desconhecimento do fato real, pelos economicistas, já que se trata de uma fase de enormes dificuldades econômicas, decorrentes do término do tráfico? Temas de igual relevância podem ser destacados em qualquer outro período.

Avanço uma última observação: Nelson Werneck Sodré nem se dá conta de que lhe caberia fundamentar a hipótese da economia como fator determinante na sociedade. A menos que se trate de dogma religioso, que não se pode discutir, não há nenhuma auto-evidência de que gozaria de maior privilégio em relação à raça, clima ou fenômeno análogo. Além disso, Gurvitch (*La vocacion actual de la sociologia*, Fondo de Cultura, 1954) já havia demonstrado à sociedade que a obra de Marx não se enquadra na polêmica a respeito desse tema (fator predominante na realidade social), travada no século passado e que é, para a sociologia contemporânea, simples peça de museu. Também Rodolfo Mondolfo buscou definir a extrema complexidade do conceito de *momento econômico* na obra dos fundadores do marxismo (*El materialismo historico en F. Engels*). Acontece que os marxistas ortodoxos não se dão conta de que escrevem para o público brasileiro, que dispõe da possibilidade de consultar outras fontes além das que Nelson Werneck Sodré transcreve, aponto-lhe unicamente a sua assinatura.

(O texto transcrito foi incluído no Curso à distância, da UnB, denominado *Introdução ao Pensamento Político Brasileiro* – Brasília, 1981 – tratando-se de versão refundida de uma série de artigos publicados no *Correio da Manhã*, no início de 1967).

d) Indicações biobibliográficas sobre o autor criticado

Nelson Werneck Sodré faleceu no Rio de Janeiro, em 1999, aos 88 anos de idade. Ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1924 passando dali ao Curso de Artilharia da Escola Militar de Realengo, onde se graduou como oficial em 1937. Em sua carreira militar, atingiu o generalato. Passou à reserva em 1961. Adquirindo formação positivista no meio militar, ligou-se primeiro ao movimento nacionalista, e depois diretamente ao Partido Comunista, do qual pretendeu ser uma espécie de porta-voz teórico. Perseguido pelos governos militares, teve seus direitos políticos cassados. Em 1995, doou seu acervo particular para a Fundação Biblioteca Nacional. Além das obras referidas no texto, ocupou-se da literatura brasileira, da história militar do Brasil, de nossa história política e até pretendeu descobrir traços ideológicos na geografia. Seu último livro, que muito justamente pode ser considerado como o coroamento natural de sua obra, intitulou-se sintomaticamente: *A farsa do neoliberalismo* (Rio de Janeiro, 1995).

2. A exacerbação da vulgata: Carlos Guilherme Mota

Embora faça parte do chamado "marxismo acadêmico" – classificação que pretende estabelecer uma distinção entre professores e militantes comunistas, devida aos estudiosos da filosofia brasileira e não aos próprios interessados –, Carlos Guilherme Mota não passa de uma versão exacerbada das simplificações de Nelson Werneck Sodré. Aliás, como se pode ver em diversas outras manifestações, a capacidade da vulgata de esterilizar as mentes, ao invés de arrefecer com o tempo, só faz acentuar-se a cada nova geração.

Carlos Guilherme Mota, nascido em 1941, adquiriu toda a sua formação acadêmica no grupo da USP constituído em torno do marxismo-positivista de Cruz Costa. Vale dizer sua familiaridade limitou-se única e exclusivamente à vulgata, produzindo um monumental estrago como se pode ver dos breves comentários adiante. De modo que o ápice de sua carreira acadêmica, a tese de livre docência, defendida em 1975 e publicada logo depois (*Ideologia da cultura brasileira*. 1933/1974. São Paulo, Ática, 1977) será suficiente para avaliarmos o quanto progrediu o marxismo positivista desde a personalidade antes analisada. Tanto mais que a repete, quando se apresenta a oportunidade, como é o caso do texto inserido na coletânea, organizada por Muniz Bandeira e outros, dedicada às relações Brasil-Alemanha (Brasília, IPRE, 1995). Intitula-se “Os intelectuais e a cultura brasileira”.

Para o professor uspeano o que se chama de "cultura brasileira" corresponde a uma proposta de cunho ideológico sustentada por minoria que sequer ultrapassa umas 50 mil pessoas. O autor não se sente obrigado a avançar o seu conceito de cultura, indo direto a algumas de suas manifestações, que tampouco são conceituadas, a exemplo do que entende por historiografia. A esse propósito faz afirmativas desse tipo: "Na comunidade dos historiadores de ofício, a história da historiografia é considerada o mais difícil dos gêneros. Dadas suas características e implicações, pressupõe que o analista reúna conhecimentos de metodologia, teoria da história e teoria das ideologias. E, de História, naturalmente. Daí o tom, de proposta para debate desta tentativa de interpretação: uma plataforma para futuras explorações."(p.16) E assim autodispensa-se de dar provas de que está de posse daquele que seria o conhecimento indispensável. O máximo que consegue é dizer que não irá recair "na velha tradição de contar a história tal qual ela se passou". Importa, está convencido, descobrir os "pressupostos ideológicos". Não deixa de ser curioso que a comunidade acadêmica em que se insere que, se bem deva não só cultivar como estimular o pluralismo, haja aceito como tese de docência – ponto mais alto das provas acadêmicas – texto completamente desprovido do mínimo de suporte conceitual.

O quadro geral com que se defronta é o da tradicional dependência de doutrinas de importação. Como entretanto a nossa classe dominante experimenta uma crise desde 1930, irá rastrear o que chama de "pensamento radical", vale dizer, contestatório.

Ainda que disso não lhe pareça hajam sido alcançados maiores resultados, nem quando esbarra com o que denomina de "cultura popular" dá-se conta de que precisaria, antes de mais nada, dispor de um conceito geral de cultura. De minha parte, entretanto, não posso deixar de fazê-lo a fim de que possamos vislumbrar do que efetivamente se trata.

O conceito de cultura consagrado por Miguel Reale indica que consiste no cabedal de bens objetivados pelo espírito humano na realização de seus fins específicos. Contudo, o espírito universal corresponde quando muito a uma aspiração que – lamentavelmente, pode-se

dizer – não encontra qualquer sustentação. O que existe na realidade são culturas em confronto. Samuel Huntington no seu discutido livro *O choque das civilizações* (1996; tradução portuguesa, Gradiva, 2ª ed., 2001) explica porque não adotou diretamente a denominação de cultura, embora seja isto que tenha em vista. No nosso caso, a preferência explica-se porque as culturas geralmente subdividem-se em ciclos históricos, dos quais sabe, com propriedade, designar de civilizações.

Ora, não pode dar-se uma circunstância de que determinada comunidade seja desprovida de cultura, isto é, que não disponha de nenhuma capacidade de objetivação, tudo se reduza ao plano subjetivo. Semelhante preconceito é que tem dificultado, de nossa parte, identificar a valoração dos habitantes de nosso território, ao tempo em que aqui chegaram os portugueses. A tanto, entretanto, não obriga o reconhecimento de que nossa valoração fundamental é de origem ocidental. Em suma, o Brasil insere-se na cultura ocidental. Este passo precisa ser dado. Dizer que não existe cultura brasileira, como faz Carlos Guilherme Mota, corresponde a um disparate.

A cultura brasileira, como qualquer outra, manifesta-se através de determinadas tradições, hoje adequadamente inventariadas. O que o professor uspeano poderia fazer seria criticar uma ou outra dessas tradições – naturalmente depois de bem caracterizá-las para que as pessoas soubessem do que estava falando, o que não se dá na sua tese – e mesmo justificar eventual preferência.

O "método" do prof. Mota consiste em selecionar as pessoas que estão do lado que escolheu, a partir de critérios exclusivamente políticos, o que seria admissível em qualquer outro plano mas nunca numa tese acadêmica. Estávamos, em 1974, numa verdadeira "guerra de classes", como diziam proudonianos e bakunianos em fins do século XIX e começos do seguinte. Então não cabe especular muito as razões pelas quais emerge este ou aquele crítico da situação dominante. Tomemos um exemplo que nos parece expressivo: a obra de Raimundo Faoro.

Os donos do poder (1958) constitui um marco numa fecunda discussão acerca do Estado brasileiro. Faoro é justamente o introdutor do conceito de Estado Patrimonial na análise da realidade brasileira. Max Weber havia estabelecido que, na Europa, além do Estado Moderno que evoluiu na direção do constitucionalismo - cuja proveniência seria o contrato de vassalagem vigente sob o feudalismo – apareceu uma outra forma de Estado, ali onde inexistiam relações feudais, que denominaria de Patrimonial (pela mistura entre o patrimônio da Casa Monárquica e o do Estado). O mérito da análise de Faoro consiste em ter aberto uma senda nas simplificações marxistas que caracterizavam o Estado brasileiro como sendo de classe. Apresento a questão assim tão resumidamente porque tive oportunidade de deter-me no amplo debate suscitado pela questão.⁽¹⁾

Para Carlos Guilherme Mota o importante é que Faoro tenha "desancado" a classe dominante, pouco importa que agora se tratasse da burocracia estatal. As citações que buscou ali, muito poucas, diga-se de passagem (todo o capítulo abrange apenas as págs. 178/181) limitam-se a enfatizar que o domínio da burocracia é asfixiante. A alternativa escreve – “se encontraria no livre desenvolvimento de um capitalismo industrial, que daria ensejo à criação de uma sociedade nacional conscientizada e, conseqüentemente, apta a descobrir uma cultura genuína”. Guilherme Mota não gostou. Evidentemente não poderia considerar de bom tom falar em capitalismo. Eis como reage: "Encontramo-nos, ao que parece, diante de uma

contradição, elucidativa dos dilemas teóricos e políticos durante aqueles anos 50. Ao mesmo tempo em que se admite que a renovação só virá através dos "negativamente privilegiados em relação à minoria dominante", afirma-se que, enquanto houver a reprodução do estamento burocrático, não surgirão condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial. O que se espera é que esses "negativamente privilegiados" se conscientizem da dominação estamental e forcem uma evolução para a ... instauração da sociedade de classes - em que eles continuarão a não ser os mais beneficiados?".

O coroamento do "pensamento radical" residiria na obra de Florestan Fernandes, cuja análise dispense-me de acompanhar já que trato mais adiante desse personagem. Basta indicar que, para Guilherme Mota, o seu grande mérito consiste em ter indicado que o sociólogo deve sair do "gabinete, integrando-se no processo de mudança social". Enfatiza o que diz acerca das limitações da democracia liberal mas continua falando em democracia, no melhor estilo estalinista (para não deixar dúvidas a transcrição abrange os elogios a Cuba). Como se sabe, aquele professor, mesmo depois da abertura, continuou falando em "luta armada".

Sua conclusão é melancólica diante do fato de que, sob os governos militares, não haveria o menor eco para a pregação revolucionária, não propriamente pela força da censura mas pelo próprio desinteresse da população. Naquela fase, vivia-se o auge do sucesso dos militares no poder, em pleno "milagre brasileiro". Veja-se o que conclui o nosso autor: "Os dinamismos das classes sociais que timidamente se esboçam com novas concepções sobre a produção cultural - mais uma vez vêem-se marginalizadas dos centros de decisão. Ao invés de se fortalecer, a sociedade como um todo se descobre enfraquecida. Ao contrário do que pensa o centro do poder, torna-se mais despolitizada. Anêmica, sem cultura política e sem debates amplos e esclarecedores, a Sociedade Civil, com sindicatos, universidades e imprensa abafados, pode tornar-se presa fácil dos interesses das multinacionais"(p. 293).

Quase vinte anos depois (1995) – presumivelmente porque não se deu a sonhada revolução comunista⁽²⁾ – Carlos Guilherme Mota persiste na apreciação negativa e na falta de perspectiva. A seu ver, todo o processo político social vivido pelo Brasil pós-abertura consiste apenas no seguinte; "Em síntese, de um *ethos* em certa medida democrático e socializante, voltado para a coisa pública transitou-se para um novo *ethos* individualista, consumista e pobremente neocapitalista". E mais adiante: "Em qualquer hipótese, a solução política, social e econômica deste país passa pela requalificação da cultura *latu sensu* e *strictu sensu* de sua população. Não se trata sequer de discutirem-se as velhas opções "socialismo vs. capitalismo", pois as definições e referências absolutistas foram por terra. Com seus 50 milhões de habitantes tecnicamente marginalizados, doentes, famintos, à margem do mercado e também da cidadania política não se poderá ir muito longe - seja na vertente ideológico-cultural do primeiromundismo, seja na terceiro-mundista capitalista". A última frase é a seguinte: "Já não se aceita a velha idéia de Marx, que diz que a história por vezes se repete, ocorrendo a primeira como tragédia, a segunda como farsa. É que aprendemos, com o historiador inglês e marxista Eric Hobsbawn, que sempre pode ocorrer um padrão mais sinistro de repetição: primeiro tragédia, depois desaparecimento no limbo da História. E isso, no caso do Brasil, representa centenas de milhares de pessoas."⁽³⁾

3. O marxismo de José Arthur Giannotti ou "o discurso da confusão voluntária"

O prof. José Arthur Giannotti (nascido em 1930) costuma ser apresentado – com ou sem razão – como o mais importante marxista brasileiro. Pelo menos será o mais destacado representante do marxismo uspeano. Vendo-o falar, recolhe-se mesmo a impressão de que se considera como o introdutor do marxismo no Brasil – ou pelo menos do marxismo digno do nome. Tudo teria começado com um seminário sobre *O Capital*, aí pelos anos sessenta, na Maria Antônia, rua onde à época funcionava o Departamento de Filosofia da USP.

Outra das lendas a seu respeito é que, sendo um pensador profundo, seus textos escapam à compreensão do comum dos mortais.

Para as duas hipóteses há outras versões, como espero demonstrar.

José Arthur Giannotti nasceu em São Paulo em 1930. Concluiu sua formação acadêmica na área de filosofia da USP, tornando-se herdeiro de João Cruz Costa (1904/1978), que havia identificado aquele curso com o marxismo, em sua versão positivista. Assumindo a chefia do Departamento, o prof. Giannotti manteve a mesma orientação. Viu-se compulsoriamente afastado da cátedra por um dos governos militares, em 1969. Ligou-se então ao grupo que deu origem ao CEBRAP, de onde saíram muitos dos integrantes do PMDB, no qual permaneceram enquanto vigorou a imposição legal do bipartidarismo. Eliminado este, com a abertura política, o cindiram para criar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que elegeu Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998. Reintegrado ao Departamento de Filosofia da USP, com a anistia, aposentou-se posteriormente mas continua ensinando filosofia em diversas instituições.

Seus principais livros são: *Origens da dialética do trabalho* (1966) e *Apresentação do mundo: considerações sobre o pensamento de Wittgenstein* (1995).

Para avaliar a natureza do seu marxismo tomo por base seus últimos livros, justamente dedicados ao tema, além disto considerados como seu posicionamento acabado e definitivo na matéria: *Certa herança marxista* (Companhia das Letras, 2000) e *Marx. Vida e obra* (LPM, 2000).

A tese mais geral é a de que preservaria inteira validade a doutrina formulada por Marx em *O Capital*. A linha de desenvolvimento seguida pelo capitalismo obscurece de algum modo essa circunstância. Mas, valendo-se de indicações do próprio Marx é possível formular uma solução satisfatória.

De semelhante postulação resultam duas outras questões. A primeira corresponde à preservação do que se convencionou denominar de economia política, isto é, considerações filosóficas sobre essa atividade, às quais o prof. Giannotti atribui expressamente natureza ontológica, tomando à ontologia em seu sentido pré-kantiano como discurso sobre "coisas em si".

No que se refere à segunda questão, brota das análises do autor sem que dela se dê conta. Consiste em determinar se o marxismo teria alguma significação filosófica, e, caso afirmativo, em que consistiria precisamente.

Vamos por partes.

a) Onde residiria a perenidade de *O Capital*

José Arthur Giannotti quer a todo custo preservar o conceito de *mais-valia*, que seria a origem do capital em sua forma moderna, isto é, industrial, subsequente ao que Marx designa como "acumulação primitiva". A *mais-valia* seria aquela parcela do trabalho não pago, justamente o que caracterizaria o caráter explorador do capitalismo. Tudo indica que essa idéia haja sido sugerida a Marx por Pierre Joseph Proudhon (1809/1865), que dela tirou a natural consequência ao definir a propriedade como um roubo (*Qu'est-ce que la propriété*, 1840).(1)

Nas trocas mercantis, mediadas pelo dinheiro, desapareceria a evidência da *mais-valia*. À vista da circunstância, o esforço de Marx direciona-se no sentido de restabelecê-la. Para tanto, valeu-se do esquema hegeliano presente à *Fenomenologia do espírito* e buscou determinar, no Primeiro Volume de *O Capital*, quais seriam as categorias capazes de fixar a inteligibilidade dessa esfera do real. A categoria chave seria o *valor da mercadoria* que seria proveniente, de modo exclusivo, do trabalho físico. O pressuposto é de que somente o homem possuiria a propriedade de gerar trabalho.(2) Ainda segundo o esquema hegeliano, as categorias seriam negadas, seguindo-se o que chamou de *negação da negação*, gerando uma síntese a partir da qual o processo seria retomado.

Acontece que a realidade com a qual lidava Marx não se deixava enquadrar com facilidade em tais esquemas. Partia da suposição de que o lucro era proveniente da indústria mas era de fato apropriado não apenas pelo industrial mas também pelo comerciante e pelo banqueiro. E, como se aplica esse esquema à agricultura? Não parece evidente que a produtividade da terra se constitui num determinante do valor da mercadoria? Reconhecê-lo faria desaparecer a exclusividade de sua origem no trabalho físico. Com essas questões já haviam esbarrado os economistas ingleses. Marx não os ignorou, por certo; mas parece não ter vivido o suficiente para assistir ao que disto teria sido o seu desfecho. Da impossibilidade de solucioná-las resulta precisamente que a economia haja abandonado tais resquícios ontológicos – como veremos no tópico seguinte – e se constituído como uma ciência que adota hipóteses sujeitas à refutação da experiência. Insistir naquele esquema, como faz o prof. Giannotti, não passa de um anacronismo.

Vejamos quem tem razão.

Giannotti enfatiza que Marx denominou de *fetichismo da mercadoria*, vale dizer, algo idolatrado em si mesmo, para destacar que, ao induzir as pessoas a acreditar na igualdade dos contratos de compra e venda, na verdade encobriria a exploração que dá origem ao processo. O passo seguinte seria valer-se das categorias hegelianas a fim de desvendá-lo. Tomando às palavras do próprio Giannotti, o projeto se formularia deste modo: "A riqueza da sociedade capitalista se dá ... como um enorme acúmulo de mercadorias, na qual a *mercadorias*, constitui sua forma elementar".(3) E, mais adiante: "como valor de troca, cada *mercadoria* é apenas uma certa *quantidade de trabalho coagulado* que uma sociedade destina à sua reprodução." (p.94). Para que assumira tal feição, o trabalho precisa dispor de uma dupla qualidade: concreto e abstrato (diz-se também "trabalho vivo e trabalho morto").

O trabalho físico gera valor de uso, pré-condição à existência da mercadoria. Nas trocas, contudo, é relevante apenas o lado abstrato de tal trabalho. O que aparece é essa última

qualidade, com a singularidade de que se apresenta como única. Na análise de Marx, para bem situar a diferença, o capital é desdobrado em constante e variável, ou fixo e circulante. "Daí a necessidade de distinguir capital fixo de capital circulante, aquele sendo os meios de produção sob a forma-valor, transferindo-se parceladamente ao produto, conforme seu ciclo produtivo, este sendo formado por outros fatores, inclusive a nova força de trabalho, inteiramente consumidos em cada ciclo" (p.184). O texto não é nada claro, por certo. Mas, o que o autor deseja indicar é que o trabalho acumulado na fabricação dos meios de produção aparentemente "desaparece" quando estes se transformam numa parte do capital. Esse valor acumulado e invisível passaria, de modo parcelado, ao produto. Numa palavra: a presença da máquina não obscurece que o valor teria uma única origem: o trabalho físico. Nem por isto deixa de chamar a atenção a forma bizarra com que busca restaurar a validade da tese central de *O Capital*.

Nessa altura propõe-se enfrentar essa questão: "Até quando se manterá o pressuposto dessa homogeneidade, a condição de que todo trabalho complexo se resolva na soma de trabalho simples?". Antes do enfrentamento da proposição insere uma grande digressão acerca da distribuição do lucro entre aqueles que seriam os principais participantes do processo, que não vem ao caso referir.

A resposta irá desdobrar o tema deste modo: "Visto que o aumento da produtividade do trabalho provoca o crescimento contínuo do valor do capital constante, permanecendo constante a taxa de mais-valia, a taxa de lucro decrescerá proporcionalmente".(p.204) Seria injusto, da parte do leitor, a suposição de que estaria, deliberadamente, buscando citações rebarbativas. A verdade, entretanto, é que o autor não parece ter qualquer apreço pelo português. O que pretende dizer é que, sendo a *mais-valia* de proveniência exclusiva do trabalho físico e este reduzindo-se progressivamente, o capitalismo estaria dando um tiro no próprio pé. No fundo, Giannotti quer desviar a discussão para o que seria a hecatombe do capitalismo – a tal "crise geral" tão insistentemente apregoada pelos soviéticos do outro lado, quando acabou ocorrendo em seu próprio seio⁽⁴⁾ – mas termina dando-se conta de que deve fixar-se na resultante tecnológica da produtividade do trabalho.

Embora apresente o fenômeno de modo condenatório, como expressão do monopólio do saber pelo grande capital –, outra de suas teses de que não há qualquer evidência empírica – reconhece que se dá a circunstância em que setores produtivos que asseguram insumos de alta concentração tecnológica operam com preços desvinculados do tempo necessário à sua produção. Aparece assim o que chama de desproporcionalidade sistêmica entre capital constante e capital variável. A circunstância altera de alguma forma o conceito de *mais-valia*? É óbvio que o prof. Giannotti não apresenta o problema com tal crieza e prefere disfarçá-lo.

A situação é a seguinte: "Se antes o trabalhador inseria o instrumento entre sua atividade e seu objeto, quando o processo produtivo se torna automático o novo operário faz da máquina aquele objeto que ele vigia e regula, de sorte que uma segunda natureza se converte na pauta das atividades individuais". (p.221)

Ao invés de ser explícito quanto aos destinos da teoria da *mais-valia*, Giannotti parte para o ataque ao capitalismo. Entre outras coisas afirma o seguinte: "Pela primeira vez na história da humanidade, a multidão dos assalariados poderia satisfazer suas necessidades básicas e gozar do lazer que os distanciaria do reino das necessidades. No entanto, em vez

daquela esperada diminuição substantiva da jornada de trabalho, primeira condição para reduzir a corvêia do metabolismo com a natureza, as relações sociais de produção continuam a ter como parâmetro, idéia prática reguladora, o crescimento infinito da riqueza social, ainda que isso custe mais desigualdade na sua distribuição". (p. 229) Antes já fôramos informados pelo professor que a sociedade capitalista seria um "vale de lágrimas". Mas, e a teoria da *mais-valia*? Retoma pois à condição de "entidade metafísica", isto é, que nunca existiu, ou se transforma numa crença religiosa, como aliás acontece com o conjunto de teses messiânicas difundidas pelo marxismo?

No meio de um parágrafo (à pág. 218), Giannotti resume a dificuldade indicando ter ocorrido "a reificação do próprio conhecimento num processo automático, em vista do qual as diferentes produtividades do trabalho perdem sua medida universal". Antes indicara que Marx abandonou o problema em virtude do precário estado de saúde. Mas na antologia preparada para a LPM diz claramente que não se dispôs a enfrentar a dificuldade. Escreve coisas desse tipo: "Acumulou dois metros cúbicos de estatísticas russas, mas, dizem os biógrafos, isto não era apenas o resultado de sua consciência científica, antes dissimulava a paralisia de suas forças criativas".⁽⁵⁾ Na impossibilidade manter o postulado da *mais-valia* na medida em que a sociedade industrial tomava forma, Marx de fato teria abandonado o projeto de concluir *O Capital*. Tangenciou a questão.

Outro não parece ser o comportamento do prof. Giannotti. Deixando de lado o fato evidente de que o estilo é rebarbativo (se é que se pode falar em estilo), a impressão que se recolhe da análise do livro é de que, num dado momento, o projeto consistiria em provar de modo cabal e irrefutável que "a propriedade é um roubo", parodiando Proudhon, e o capitalismo um sistema execrável de exploração (José Arthur Giannotti) mediante a comprovação de que, mesmo em meio à complexidade da economia capitalista, a *mais-valia* continuaria de uma evidência palpável. Se forem compactados, os textos "econômicos" dariam umas cinquenta páginas das trezentas do livro. Como a crença inicial não se comprovou, fica-se com a impressão de que intercalou, em seguida a cada uma das teses que encadeariam a demonstração, extensos textos que nada têm a ver com o objeto. No capítulo final ("Atalhos para uma conclusão") procura despistar dizendo que o seu propósito maior consistiria em averiguar "se identidade e contradição não mais constituem expressões diferentes de um mesmo princípio, que sentido pode adquirir a contradição quando ela se desloca dos cânones da Lógica Hegeliana?". Assim, qual seria mesmo *certa herança marxista*? O ódio ao capitalismo? Mas será que isto provém mesmo de Carlos Marx ou simplesmente da tradição contrareformista brasileira?

b) Sobreviveria a economia política?

O prof. José Arthur Giannotti está convencido de que existe a possibilidade de investigar, como diz, "o estatuto ontológico dos fenômenos sócio-econômicos contemporâneos", ultrapassando os limites do que seria a simples construção de modelos matemáticos para orientar comportamentos ou formulações políticas, como se dá no capitalismo. Seria, ao que se pode supor, o que os russos chamavam de *economia política*.⁽⁶⁾

Na União Soviética, na impossibilidade de gerir a economia a partir das idealizações de Marx ou das simplificações de Lenine,⁽⁷⁾ a administração separou a "economia política" de "economia". No primeiro caso, nutre-se da fraseologia sobre o capital financeiro como última fase do imperialismo; as novas formas do imperialismo buscar o lucro máximo e, acima de tudo isto, a excitante questão da crise geral do capitalismo.

No mundo real da administração das empresas, o princípio geral era de que deviam dar lucro. Os russos não inventaram outra palavra apesar de que o marxismo a tenha satanizado. Aqueles excedentes deveriam ser suficientes para repor equipamentos e permitir ampliações, quando necessário. Os custos tinham que ser apropriados com rigor. Como os órgãos centrais de planejamento não admitiam houvesse inflação, os gestores elaboraram procedimentos sofisticados para obter correções de preços sem aquela alegação. Os planejadores centrais, por sua vez, utilizavam técnicas keynesianas e o confessavam abertamente, sob a alegação de que em Keynes era preciso separar o conteúdo científico do resto. Não precisava ter ali vivido para saber destas coisas, como é o meu caso, desde que a *Revista Brasileira de Economia*, mantida pela FGV (junho, 1967) publicou uma ampla análise do planejamento soviético, na qual, entre outras coisas, afirma-se o seguinte; "Só nos anos cinquenta passaram os economistas soviéticos a utilizar técnicas mais sofisticadas principalmente tabelas de relações interindustriais. Isto se deve, em boa parte, ao fato de que a economia soviética se havia tornado demasiado complexa para ser comandada por regras de polegar. Contribuía também para essa mudança de atitude a possibilidade de emprego de computadores eletrônicos". Na mesma revista, de junho de 1968, relata-se a discussão ali havida sobre preços industriais e diz-se textualmente que "os soviéticos estão redescobrimo a teoria do valor e dos preços, embora sob roupagem matemática." Isto para não referir que na Polónia florescia a econometria, com Oscar Lange.

Assim, a suposição de Giannotti não encontra respaldo sequer na experiência soviética. Formula-a deste modo: "Obviamente a crítica marxista pretende superar as ciências positivas, que se imaginam isentas de juízos de valor; pelo contrário, rejeita a mera justaposição da moral à ciência, procurando descobrir o âmago da racionalidade capitalista, aquele empuxo capaz de transformá-la por dentro e por inteiro e, desse modo, pavimentar o caminho para emancipar o gênero humano desse vale de lágrimas"⁽⁸⁾. Como se vê, o mestre paulista atravessou incólume a derrocada do mundo comunista e o virtual desaparecimento, na Europa Ocidental, de agremiações políticas comprometidas com esse tipo de ideário.

O que se impõe, entretanto, não é manifestar espanto diante do quadro – entre outras coisas porque se trata de uma posição típica de certos setores da intelectualidade brasileira – mas de examinar, ainda que sumariamente,⁽⁹⁾ a trajetória seguida pela ciência econômica a fim de identificar quais os verdadeiros problemas teóricos com que se defronta, o que nos fornecerá pano de fundo capaz de verificar, de pronto, se a versão cientificista do marxismo teria algo a dizer.

Depois de longo caminho em busca de uma conceituação precisa, a economia define-se como a ciência de administração dos bens escassos.⁽¹⁰⁾ A ciência por sua vez é um tipo de saber que estabelece objetividade de validade universal (por mais que os marxistas se tenham esforçado, em particular na União Soviética, não conseguiram criar a "biologia proletária", de triste memória; e ali mesmo, os verdadeiros homens de ciência obtiveram que os "filósofos" fossem proibidos de atacar a Einstein). A filosofia, se deve aspirar à obtenção

de rigor conceitual equiparável ao alcançado pela ciência, exercita-se em esferas onde não pode ser estabelecida objetividade de validade universal, sendo impostergável o pluralismo. Também aqui o exemplo soviético é exemplar: durante setenta anos tentaram impor a unanimidade pelo terror. Terminado o pesadelo, na Rússia de hoje florescem as mais diversas tendências filosóficas.

A economia não pode estabelecer princípios de validade universal em todas as esferas da vida econômica.

Haveria um primeiro patamar onde dá-se alta probabilidade de serem alcançados resultados objetivamente válidos. Tomo um exemplo da experiência brasileira recente. No começo dos governos militares houve uma tremenda celeuma no tocante à expansão do setor siderúrgico, celeuma que desapareceu quando elaborado método capaz de ponderar o peso relativo de cada um dos grandes blocos de consumidores (a chamada "matriz de consumo siderúrgico"). Fazem parte deste primeiro patamar: correlação de padrões de consumo e níveis de renda (elaboração de *cross-sections*); estudos de mercado: projetos econômicos (fixação com todo rigor do ponto de equilíbrio; escala de produção, etc.) e, finalmente, a determinação dos custos dessa ou daquela atividade.

Segue-se um segundo patamar onde é menor a probabilidade de serem alcançados resultados objetivamente válidos mas onde existe inquestionável base científica. São exemplos típicos as políticas anti-recessivas de inspiração keynesiana bem como a identificação das condições nas quais perdem eficácia (por exemplo, a teoria das antecipações racionais).

Finalmente, sobressaem as esferas valorativas onde é praticamente impossível alcançar-se a obtenção de consenso. Tomo aqui o exemplo do desenvolvimento econômico. Por mais que os comunistas se contorçam de raiva, o fato é que este resulta do florescimento do capitalismo. Mas o capitalismo não floresceu em toda parte. Tudo indica que pressupõe uma base moral que existe em poucos países. A conclusão se comprova tanto pelo retumbante fracasso da tentativa de erradicar o subdesenvolvimento com recursos do Banco Mundial como pelo estado lamentável em que se encontraram os países do chamado "campo socialista", quando chegou ao fim. Houve um tempo, entretanto, em que se acreditava que, se o país fosse acoplado a uma economia dinâmica, os passos seguintes viriam automaticamente. O texto clássico dessa postura é da autoria de Rostow (*As etapas do desenvolvimento econômico*, 1960). O Comecon, criado pelos russos para tornar compatíveis as economias da União Soviética e dos países satélites do Leste, partia de idêntico pressuposto. Contemporaneamente, a situação, nesse particular, mudou radicalmente. Estudioso inglês conduziu uma pesquisa em 43 países para estabelecer a correlação existente entre a valoração social básica e o desenvolvimento econômico. A conclusão é a de que existe forte correlação – isto é, depende em grande medida – do valor atribuído ao dinheiro e à competitividade. O estudo em apreço intitula-se *The Secret of the Miracle Economy; different national attitudes to competitiveness and money*, London, 1991), tendo a pesquisa sido conduzida por Richard Lynn. Trata-se de um esforço meritório para tomar objetiva uma discussão de caráter valorativo.

O tema considerado vem sendo pesquisado em bases bastante amplas pelo Institute of the Study of Economic Culture, da Universidade de Boston, dirigido pelo conhecido sociólogo Peter Berger. O estudo compreendeu inicialmente os chamados Tigres Asiáticos passando subsequente à América Latina. No primeiro caso, pesquisa empírica

evidenciou que o progresso alcançado em Taiwan, Singapura, Hong-Kong e Coréia do Sul vem sendo capitaneado por famílias chinesas. Famílias chinesas em outras partes do mundo foram investigadas. De tudo resulta a conclusão de que o confucionismo favorece o desenvolvimento do capitalismo. No caso da América Latina vem sendo estudado o fenômeno da expansão das igrejas evangélicas, estudos que vêm de ser resumidos pelo especialista inglês David Martin (*Tongues of fire*, 1991). Coletânea de diversos autores consta do livro *The Culture of Entrepreneurship* (ed. Brigitte Berger, 1991).

Em síntese, o resultado poderia ser resumido como segue: "não há desenvolvimento econômico sem empresários; não há empresários sem grande mudança nas crenças morais; não há crenças morais sem religião". Assim, a obra que se reveste de grande atualidade é a de Max Weber e não a de Carlos Marx.

c) A significação filosófica do marxismo

Se só tivesse existido no mundo a interpretação cientificista do marxismo – vitoriosa tanto na França como no Brasil –, poder-se-ia concluir taxativamente que o marxismo não tem qualquer significação filosófica. Que entendo por isto?

A validade de uma tese filosófica deve ser avaliada por seu valor heurístico, pelo seu poder de iluminação da realidade sobre a qual se exercite e, inclusive – mas não obrigatoriamente – sua capacidade de orientar a ação humana e os resultados daí decorrentes.

O marxismo veio a merecer diversas interpretações que não vem ao caso enumerar. Basta referir a interpretação filosófica – e não religiosa, vale destacar – de homens tão pessoalmente ligados a Carlos Marx como Edward Bernstein (1850/1932) e Karl Kautsky (1854/1938). Entendendo que as idéias de Marx seriam um corpo vivo de doutrina, submeteram-nas a uma permanente avaliação à luz do curso histórico. Vale destacar⁽¹¹⁾ a sua verificação de que a denominação de "socialismo científico" não fazia sentido. Bernstein indicou claramente que o socialismo era uma aspiração de índole moral e até buscou aproximar o marxismo da moral kantiana.

A interpretação dita "revisionista" do marxismo levou o operariado alemão a uma situação de bem estar material que passou a servir de padrão para o resto da Europa. Do ponto de vista teórico, desembocou na *social democracia* que corresponde de fato ao desfecho que seria legítimo esperar daquela teoria: o reconhecimento 1º) de que a identificação do socialismo com estatização da economia não passou a prova da história; 2º) de que os demais valores presentes ao socialismo não podem ser atribuídos exclusivamente ao marxismo, sendo uma resultante da tradição judaico-cristã, exaltada e preservada por diversas correntes de pensamento; e, 3º) de que a economia de mercado tem comprovado ser capaz de permitir a constante melhoria das condições de vida da população, ali onde haja encontrado *habitat* favorável.

É certo que os marxistas não foram capazes de precisar em que consistiria essa condição, no presente, a exemplo do que souberam fazer, em seu tempo, personalidades como Bernstein e Kautsky. Antes de mais nada, o fato de achar-se associado ao totalitarismo soviético pressupõe que se disponham a atirar na lata de lixo o que seja daquela proveniência,

como procederam corajosamente os sociais democratas alemães. Parece-me, entretanto, que a teoria política não seria o essencial.

Mais relevante seria estabelecer com precisão se o marxismo atem-se à perspectiva transcendental, criada por Kant, justamente o que há de novo e perene na Filosofia Moderna. Entendo que a interpretação de Giannotti consista na aceitação da ontologia de antigo estilo.

Outro tema de grande relevância seriam as chamadas "formas da consciência social", em relação ao qual algo precisaria ser feito a exemplo da revisão empreendida por Mondolfo no conceito de "modo de produção". Mondolfo acreditava na existência de um marxismo de inspiração ocidental, idéia que poderia ser retomada.

Enfim, acho pertinente o tema da significação filosófica do marxismo e sua consideração, muito provavelmente, abriria um campo de discussão aceitável pelas demais correntes contemporâneas. Ou será que os marxistas vão insistir na tese de que "todos são iguais mas alguns são mais iguais do que os outros", recusando descer do pedestal e aceitar o debate em pé de igualdade?

d) Discurso da Confusão Voluntária

Essa forma de caracterizar o pensamento de José Antonio Giannotti foi apresentada, em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, publicada na edição de 18/03/1995, pelo prof. Ruy Fausto, brasileiro radicado na França, que se exilou no pós-64. Transcrevo o inteiro teor da caracterização: "Giannotti foi adquirindo o hábito, radicalizado no período seguinte mas já presente no primeiro (anos sessenta) de, sob o pretexto de "eu penso difícil", apresentar idéias, não só não elaboradas mas confusas, como se fossem resultados. Como seu prestígio (teórico, mediático) era grande, poucos ousavam dizer que *o rei estava nu*. Não sei se exagero, mas a minha impressão é que Giannotti foi progressivamente praticando o que se poderia chamar, com alguma ironia, de *Discurso da Confusão Voluntária*. Modelo que consiste em juntar idéias, daqui e dali, misturá-las num sincretismo duvidoso, e apresentá-las enfim como se fossem resultados."

Esclareça-se que o prof. Ruy Fausto situa-se na mesma vertente filosófica de Giannotti e afirma, na mesma entrevista, que Marx é "um clássico fundamental para criticar o capitalismo".

Entendo como muito precisa a caracterização e a explico a meu modo: a confusão se deve também à forma como se aproximou de Marx, numa atitude que nada tem de filosófica, isto é, de uma disciplina à qual incumbe efetivar o requerido aprofundamento conceitual. Ao invés disto, o marxismo de Giannotti tem muito mais de religioso, entende-o como um dogma que deve ser defendido a todo custo.

O quadro se agrava pelo estilo rebarbativo (se é que tal maneira de expressar-se possa ser qualificado como *estilo*). Numa das citações anteriores, o prof. Giannotti denomina a *mais-valia de corvéia do metabolismo com a natureza*. Entende-se por corvéia a modalidade de trabalho que uma das categorias de camponeses era obrigado a realizar, dele não recebendo qualquer compensação (dizer-se que seria gratuito induz à confusão, tendo presente que as relações de trabalho, na sociedade feudal, eram diversificadas e complexas, o que nosso autor

parece ignorar; mas admitamos a analogia). Metabolismo é um processo fisiológico, interior ao organismo. Será que se pode dizer que o trabalho consiste num metabolismo? E ainda mais que se exteriorize "com a natureza"? Em que consiste mesmo a frase? Está aí um exemplo do "sincretismo duvidoso" a que se refere o prof. Ruy Fausto.

Se alguém se der ao trabalho de tentar traduzir⁽¹²⁾ alguns dos textos do prof. Giannotti, em que se proponha apresentar alguma de suas teses nucleares, temo que o resultado, "em bom português", não faça qualquer sentido.

4. Os frágeis fundamentos da Sociologia de Florestan Fernandes

Antonio Paim

Com o livro *Ciência e ideologia. Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil* (Porto Alegre, EDIPUCRS,1997), Alberto Oliva inicia o inventário dos estragos acarretados à sociologia brasileira pelo cientificismo e pela versão positivista do marxismo. Esse inventário foi efetivado no que toca à meditação filosófica.

O historiador inglês Joseph Ben David desvendou as origens do movimento cientificista e fixou o momento a partir do qual entra em choque com a ciência. Segundo aquele estudioso, a ciência moderna estava basicamente formulada na Itália embora não haja ali alcançado o imprescindível reconhecimento social. A condenação de Galileu deu origem a um potente movimento de protesto que se louvava nos grandes benefícios que a ciência traria para a sociedade. Como desfecho de seu curso vitorioso, a ciência institucionalizou-se na Inglaterra, revelando a inconsistência do cientificismo.

Como explica Ben David: "No século XVII, a grande luta pela dignidade da ciência natural moderna foi, em parte, uma luta pela dignidade do método exato, paulatino e operacional do cientista. Este método era programaticamente acentuado pela Royal Society em seus estágios iniciais e foi rigorosamente adotado pela Académie des Sciences. Deste ponto de vista, os amplos objetivos intelectuais do movimento cientificista eram incompatíveis com a especificidade da pesquisa científica e constituíam uma ameaça à sua integridade e especificidade." (*O papel do cientista na sociedade*, trad. brasileira, Pioneira, 1974).

Em que pese a circunstância, o movimento cientificista seguiu seu curso e seria justamente essa a vertente introduzida por Pombal, ideário preservado entre nós na Real Academia Militar e consolidado graças à ascensão do positivismo. São poucos os momentos em que a pesquisa científica logra firmar-se entre nós enquanto o cientificismo predomina amplamente. Exemplo flagrante dessa situação são as reuniões da SBPC (Sociedade para a Politização da Ciência, na feliz decifração de Hélio Jaguaribe) porquanto reunindo quinze mil "cientistas" bem que merecíamos alguns Prêmios Nobel.

Oliva mostra como Florestan Fernandes (1920/1995) louvou-se de um conceito de ciência completamente ultrapassado no plano das próprias ciências naturais e sequer deu-se conta das implicações teóricas de sua aplicação à sociedade. Na visão do positivismo (que é adotada por Florestan Fernandes) a ciência repousaria na observação e na indução, chegando por esse meio a leis de caráter determinístico. Tais suposições começam a ser abandonadas desde as últimas décadas do século passado, produzindo-se alterações fundamentais, entre outras: a adoção de determinismo de tipo probabilístico; a proclamação do seu caráter lógico-dedutivo e a acentuação de seu sentido operativo, pressupondo a elaboração de modelos com vistas aos resultados a serem alcançados. Paralela a essa nova conceituação da ciência, dá-se a plena explicitação da problemática implicada na transição para as ciências sociais.

Ciência e ideologia não se propõe examinar os temas específicos nos quais se deteve Florestan Fernandes mas "conhecer o embasamento filosófico de sua metodologia". Como explica Alberto Oliva, define a cientificidade da sociologia como sendo assegurada por

seu caráter empírico, observacional e indutivo. Sem compreender a impregnação filosófica dessas categorias acrescenta Oliva – notadamente o "seu caráter epistemologicamente controverso, o insigne sociólogo paulista parecia acreditar que seu emprego genérico na qualificação da natureza do ser científico faria da sociologia automaticamente ciência." Assim, indica Oliva, "o modelo de cientifização adotado por Florestan leva-o a definir a sociologia como uma ciência empírica sem dispensar maior atenção ao fato de que o predicado empírico torna-se, especialmente a partir dos anos vinte, objeto de caudalosa polêmica metacientífica".

Aquilo que Florestan Fernandes dispensou-se de fazer será justamente o caminho adotado por Alberto Oliva. Analisa detidamente a contraposição entre "teorias empíricas e impressionismo especulativo" (cap. II); entre "observacionalismo e teorismo" (cap. III) e entre "indutivismo e dedutivismo" (cap. IV). Dessa apreciação saem inteiramente combatidos os fundamentos que o próprio sociólogo refere como sendo a garantia do caráter científico da sociologia por ele praticada.

Ainda mais: *Ciência e ideologia* submete à crítica a hipótese de Florestan Fernandes segundo a qual poderiam ser unificadas as sociologias de Durkheim, Weber e Marx, sem perceber que suas propostas compreendem distintas metodologias. Assim, no capítulo V comprova que nenhum dos três é indutivista, conforme supunha Florestan Fernandes.

Como se sabe, Florestan Fernandes pretendeu (aliás na melhor tradição positivista) fazer "política científica" e a todos nos ameaçou com uma pregação revolucionária ensandecida. Felizmente a sociologia brasileira seguiu seu curso sem prestar atenção à sua catilinária.

O livro de Alberto Oliva representa uma valiosa contribuição com vistas a alertar os jovens que pretendam tornar-se sociólogos quanto à necessidade de superar o empirismo ingênuo. Escreve: "A conclusão geral a que chegou este trabalho é a de que a busca do ideal de cientificidade é muito mais complexa que uma mera contraposição entre os que se propõem respeitar os "fatos", falando em seu nome, e aqueles que se desviam pelo interpretacionismo especulativo desprovido de qualquer conteúdo empírico. Estamos sempre criando teorias, mesmo quando nos dizemos total e incondicionalmente atrelados aos fatos. Por essa razão é preciso sempre prestar atenção nas teorias que resultam da aplicação de outras metodologias. No outro é sempre possível encontrar o que falta para completar as lacunas do que defendemos".

(Artigo publicado no *Jornal da Tarde* de 28/02/1998)

5. De onde provém a tese da escola achar-se a serviço da ideologia – o equívoco de Pedro Demo

O número 26 (janeiro/março, 2000) da *Revista Ensaio* publica um artigo do Prof. Pedro Demo em que critica a política educacional e a denomina de *neoliberal*. Este é um termo inventado pelos comunistas ocidentais, com o propósito de reagrupar-se a partir da repetição incessante de que teria sido o liberalismo que acabou e não o comunismo, com o fim da União Soviética e a derrocada das ditaduras a seu serviço no Leste Europeu. A invenção do que chama de “política educacional neoliberal” parece ser uma criação original do mencionado professor. Procura fundamentá-la numa teoria do conhecimento que me pareceu confusa e inconsistente. Para avaliar se não se tratava de uma primeira impressão, recorri ao que seria uma de suas obras fundamentais, dedicada ao tema: *Conhecimento moderno. Sobre ética e intervenção do conhecimento* (Ed. Vozes, 1997, 317 p.). Na verdade, o prof. Pedro Demo não está de posse de uma autêntica gnoseologia (nem de uma epistemologia), como espero demonstrar. Acresce que aplica esse entendimento da realidade não apenas a questões educacionais mas igualmente políticas e não consegue avançar muito, motivo pelo qual vou também deter-me em dois opúsculos em que trata da questão da pobreza (*Pobreza política*, Campinas, Editora Autores Associados, 5ª edição, 1996, 108 p. e *Charme da exclusão social*, Campinas, Editora Autores Associados, 1998, 125 p.). No tocante à educação, tem se dedicado recentemente ao tema do ensino à distância (*Questões para a teleeducação*, Vozes, 1998, 388 p.), enfatizando, com razão, que os novos recursos são meios e não revogam a centralidade do conteúdo. Dispensou-me de discutir o tema mas não deixarei de opinar sobre a sua proposta relativa à universidade.

Pedro Demo (nascido em 1941) é de formação sacerdotal mas abandonou a Ordem dos Franciscanos para dedicar-se ao serviço público. Nessa atividade ocupou altos cargos no governo federal, em especial no Ministério da Educação. Pode por isto mesmo ser considerado como legítimo representante da alta burocracia brasileira que, desde a Revolução de 30, impôs determinado rumo à educação nacional e sua deblateração contra o liberalismo apenas corrobora a sua responsabilidade por aquela política, ao invés de isentá-lo, como pretende. A política que aí está foi concebida – e sucessivamente enrijecida – em contraponto às propostas liberais amadurecidas ao longo dos anos vinte, no empolgante movimento capitaneado pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Espero também demonstrar que a suposição de que a educação seria parte da superestrutura – isto é, estaria a serviço de uma pretensa “classe dominante” – não é de origem marxista, como supõe, mas provém diretamente dos positivistas brasileiros.

a) A Teoria do Conhecimento de Pedro Demo

A escolha que efetivou do título do seu livro – *Conhecimento moderno* – pode induzir a equívoco porquanto a denominação diz respeito ao tema na Época Moderna, isto é, ao aparecimento da nova ciência da natureza, a sua recusa pela Escolástica, o imperativo de estruturar-se alternativa filosófica, a delimitação do âmbito da investigação denominada primeiro de gnoseologia e, depois, de epistemologia, a emergência da perspectiva transcendental (kantiana) e o processo de formação das filosofias nacionais. Nada disto entra no horizonte de Pedro Demo. *Conhecimento moderno* é definido como sendo “a discussão atual sobre conhecimento”, vale dizer, seria uma questão contemporânea.⁽¹⁾ Mais ainda,

resume-se à difusão de pensadores franceses secundários, que pretendem “provar” o caráter ideológico da ciência.

A confusão é muito grande porque o autor não delimita precisamente o objeto da sua proposta na medida em que escreve coisas desse tipo: “... a marca questionadora direciona o conhecimento quase que exclusivamente para a inovação, em particular ao tornar-se a dinâmica central da economia competitiva. Esta inova para vender e lucrar mais, inclusive forçando o consumo através de produtos de vida curta. A maioria dos “novos modelos” (de automóveis, eletrodomésticos, roupas etc.) não corresponde a necessidades humanas concretas, mas ao consumismo” (p. 19).

Em primeiro lugar a relação entre ciência e técnica não é tão linear como pressupõe o autor,. Depois, não se fica sabendo qual a ciência para a qual direciona sua crítica. Nem nos tempos em que predominava a gnoseologia tratava-se de considerar o conhecimento em geral (distinguia-se de pronto o chamado conhecimento vulgar). Subseqüentemente a discussão direcionou-se para o conhecimento científico. Mas, aqui também, não cabe o “objeto em geral” de que falava Kant mas esferas concretas de objetos, a saber: objetos ideais (lógica e matemáticas); objetos naturais e objetos culturais (estes referidos a valores). A “marca questionadora” refere-se também aos objetos ideais e a todas as ciências naturais? Parece que não na medida em que a própria ciência soviética, da qual o autor deveria estar próximo dada a sua condição de marxista, renunciou a projetos do tipo “biologia proletária” (remember Lysenko, de triste memória, atirado na lata do lixo pelos próprios soviéticos). Questionamentos dizem respeito, supõe-se, a questões filosóficas (por exemplo, a que está relacionada a mudança social? À esfera econômica, como entendem os marxistas, ou se trata de uma questão de ordem moral, como postulam os culturalistas?). O conhecimento científico tem esta denominação por consistir num tipo de saber de validade universal. Portanto, o que não adquire esse status – e não se tratando de simples banalidades, como às vezes parece no livro em apreço – insere-se na esfera da filosofia. Finalmente a condenação do consumismo é um típico cacoete da União Soviética e do seu império, onde fez-se uma clara opção pela pobreza. Não tem o menor sentido no Ocidente capitalista, que construiu uma sociedade de abundância.

A primeira parte do livro está subdividida em dois capítulos, dedicado o primeiro à “obsessão inovadora do conhecimento moderno”. Como vimos, a motivação, aos olhos do autor, é subalterna (o lucro, o consumismo). Lá pelas tantas, como que subrepticiamente, Pedro Demo investe contra a pretensão da ciência de ser “ramo único e saber completo”, devido “à confluência tipicamente humana entre inteligência e arrogância” (p. 63). Ao que se supunha, a pretensão de fazer da ciência modelo exclusivo não provém da ciência mesma mas de correntes filosóficas, notadamente o positivismo e descendência (neopositivismo, estruturalismo etc.). O segundo capítulo trata da interdisciplinaridade, que, segundo afirma, torna-se imprescindível diante da “artificialidade do olhar científico” (outra generalidade), advinda do fato de que ‘a ciência “se dá bem” com faces formalizáveis dos fenômenos”. Dessa tese espantosa (como seria uma ciência não formalizada?) decorre a condenação enfática da “propensão à especialização excessiva” (p. 85). E assim os temas não são adequadamente delimitados nem enfrentados de per si.

Em meio a tais considerações supostamente eruditas, entremeadas de massa colossal de citações, aparece um tópico intitulado “Compartimentalização da universidade” (págs. 95-101), direcionada ao que parece ao Brasil mas calcada em fontes francesas, em que

investe contra os departamentos (sonha com a volta da cátedra?). Aqui quer sobretudo fazer pregação política. Desta vez contra a assistência social como uma forma de combate à pobreza. Conclui deste modo: "Na verdade, o combate adequado à pobreza só pode ser interdisciplinar, exigindo o concurso não só de toda a área social, mas igualmente econômica". Como se vê o autor não distingue os planos. No mínimo, caberia distinguir programa de combate à pobreza (no nível da formulação teórica, requerendo o concurso de especialistas de origem diversa) da sua efetivação. Procura finalmente distinguir o que seria interdisciplinaridade autêntica do que lhe parece apenas modismo, ao reduzi-la ao simples fomento de "grupos de pesquisa", que seria uma visão equivocada da CAPES ("a interdisciplinaridade nada tem a ver com procedimentos cumulativos e justapostos").

Esta parte do capítulo contém uma crítica à ênfase na "formação de recursos humanos" (maneira arrevesada de referir-se ao ensino profissional), propondo novo direcionamento para a universidade, que prefiro considerar de forma autônoma.

Assim, em vão procurar-se-á, na obra citada, uma teoria do conhecimento que se possa aceitar ou recusar.

A segunda parte da obra destinar-se-ia a fundamentar uma ética. Aqui também o autor não dá conta da tarefa. Como se viu da parte precedente, também nesta o objeto não é delimitado com rigor. Não se sabe se pretende ocupar-se da ética (disciplina filosófica devotada à fundamentação da moral) ou apenas da moralidade. Quanto ao primeiro aspecto, merece complacência na medida em que o marxismo não pode dispor de uma ética nem facultar aos comunistas uma moral (como se viu da trágica experiência soviética), na medida em que se estriba na hipótese de que os fins justificam os meios (seu entusiasmo leva-o a escrever coisas desse tipo: "Marx acentuou com veemência inaudita a objetividade de tratar cientificamente a realidade"). E quando à moral propriamente dita, vê-se que pesa sobremaneira a sua formação sacerdotal, aderindo sem reservas à pregação contra reformista, estribada no ódio ao lucro e à riqueza.

5. A questão da pobreza

Nos dois livros que dedica ao assunto, referidos precedentemente, espanta a capacidade de fazer afirmativas a respeito da realidade do mundo, sem citar um único estudo digno do nome e, como sempre, sobrepondo as questões sem delimitá-las e, muito menos, resolvê-las.

A premissa mais geral é a de que o que escreveu Marx sobre pobreza absoluta e relativa mantém inteira validade. Escreve coisas desse tipo: "O capitalismo está obviamente em outra fase mas ainda é aquele ... Ao passar da mais valia absoluta para a relativa percorreu um roteiro histórico diferenciado, mas não mudou de essência, sem falar que a teoria marxista já previa esta passagem." (Apresentação de *Charme da exclusão social*, ed. cit.). Nega qualquer importância ao *Welfare* europeu e não tem a menor notícia do que se passa nos Estados Unidos.

Se não ignora, o prof. Pedro Demo não atribui qualquer significado à circunstância de que as sociedades precedentes eram muito pobres. O capitalismo é que criou sociedade de outro tipo. Por mais que se contorçam os marxistas, é impossível negar essa verdade: foi o capitalismo que inventou a distribuição de renda. Os marxistas alemães, com

Bernstein e Kautsky à frente, perceberam os equívocos de Marx quanto ao desenvolvimento social. Kautsky provou que no campo não ocorria a concentração imaginada por Marx. E Bernstein que o capitalismo iria controlar as crises cíclicas ao mesmo tempo em que efetivava o que depois passou a denominar-se de distribuição de renda. Durante muito tempo os marxistas brasileiros privaram-nos do contato com os mencionados autores clássicos mas a situação hoje não é mais a mesma. São acessíveis, entre outras, na Coleção Pensamento Social Democrata, mantida pela Fundação Teotônio Vilela.

Dando-se conta de que não podia negar aquela evidência, Lenin contestou que o padrão de remuneração e de condições de trabalho alcançados por determinados setores do operariado pudesse ser generalizado. E, como estes sustentavam partidos operários engajados na luta parlamentar, não só na Alemanha mas também na Inglaterra, chamou-os pejorativamente de "aristocracia operária". Mas o capitalismo pregou-lhe uma peça.

A distribuição de renda promovida pelo capitalismo não proveio de nenhuma dedução de ordem moral mas da dinâmica da produção industrial. Os incidentes ocorridos entre Henry Ford e seus acionistas nos fins da segunda década do século XIX e nos começos da década de vinte são paradigmáticos. Para manter continuamente a ampliação do mercado (os Estados Unidos em 1916 ultrapassavam pela primeira vez a produção de um milhão de automóveis), Ford aumentou substancialmente o salário de seus operários, pretendendo com isto obrigar os concorrentes a fazer o mesmo. O objetivo era continuar baixando o preço dos automóveis e vendê-los. Essa disposição valeu-lhe um rumoroso processo dos acionistas e correu o risco de perder o patrimônio. Embora a justiça o haja obrigado a melhorar a retribuição dos acionistas, acabou mantendo a empresa e continuando a ampliá-la. Um dos acionistas que entrou em disputa com ele, Dodge, criou a sua própria marca.

Nos Estados Unidos, são consideradas pobres as famílias com renda anual de US\$17 mil (equivalentes a remuneração mensal da ordem de 18 salários mínimos mensais no Brasil, isto é, padrão de classe média). O imposto de renda, todo ano, indica qual o contingente da população com aquele padrão de vida. O Estado garante complementação às famílias que não atingem o mencionado patamar (no Brasil tais programas acabaram sendo chamados de "renda mínima") e ainda assistência médico-hospitalar. Há uma infinidade de estudos sobre essa questão, inclusive hipóteses quanto às razões pelas quais aquelas famílias mantêm-se correspondendo a 15% da população, nas últimas décadas. Uma delas seria o sustento pelo Estado de "mães-solteiras", fomentando a paternidade irresponsável. Como não tem interesse na bibliografia correspondente, o prof. Pedro Demo priva-se da possibilidade de tomar contato com uma discussão de índole eminentemente moral da questão que aparentemente o preocupa. Certamente não sabe que 67% das famílias arroladas como pobres têm casa própria e automóvel.

A classe média americana (salários de US\$ 20 mil a US\$ 100 mil anuais) corresponde a 75% das famílias. Os ricos e muito ricos são parcela minoritária. A situação nos países capitalistas da Europa não é diferente. Na Inglaterra publica-se todo ano um anuário intitulado *Social Trends*. Os principais grupos sociais merecem discriminação específica (executivos; operários qualificados; mão-de-obra não qualificada; atividades em serviços, etc.) As diferenças de padrão de vida são mínimas. Em matéria de eletrodomésticos não há quase distinção. Agora a diferenciação dá-se na posse de computador pessoal.

Se compararmos a Alemanha Ocidental com a Oriental de pronto verificaremos que sistema econômico distribui renda. Quando da reunificação, a renda média familiar

mensal, no lado oriental, era da ordem de US\$ 1.200 contra mais de US\$ 3.000 na Alemanha Ocidental, isto é, quase três vezes superior. Para não falar na pujança econômica dos sindicatos no lado ocidental e sua pobreza no oriental. Os dois lados dispunham não só da mesma cultura como na RDA ficaram as igrejas protestantes, valorizadoras do trabalho, segundo se acredita. Como se tornou público e notório, a situação na Rússia é de uma verdadeira tragédia depois de 70 anos perseguindo uma alternativa ao capitalismo.

No livro *O liberalismo contemporâneo* (Tempo Brasileiro, 2ª edição, 2000), de minha autoria, dedico um capítulo à questão da pobreza e comento a vasta bibliografia disponível, da qual o prof. Pedro Demo sequer tem notícia. Ao contrário do que procuram difundir entre nós as viúvas do comunismo, justamente a má distribuição de renda (como se dá no Brasil) corresponde a um indicador de que o país correspondente não é capitalista (a universalização do ensino é outro indicador equivalente).

c) A proposta para a Universidade

Embora o seu pensamento careça de limpidez, o prof. Pedro Demo parece reconhecer que no Brasil chamamos de Universidade ao conglomerado de escolas profissionais. A Universidade, no entendimento clássico, deveria ocupar-se da formação geral. O prof. Demo critica este modelo e acha que a Universidade deveria ocupar-se preferentemente da pesquisa. Mas, como não indica precisamente de que pesquisa se trata, sou levado a supor que o seu discurso seja igual ao da Sociedade para a Politização da Ciência (SBPC). Esta quer dinheiro para pesquisa mas, em troca, recusa qualquer compromisso com o que seria do interesse do país (ou segundo os padrões internacionais, já que nega qualquer significado ao Prêmio Nobel, porquanto nenhum dos seus quinze mil "cientistas" é candidato àquela distinção).

O prof. José Galizia Tundisi, um dos últimos presidentes do CNPq, proclamou que as pesquisas financiadas pela instituição não atendem aos objetivos do país. Baseado nessa premissa e como primeiro passo para reestruturar o sistema, sugeriu que 60% da pesquisa merecedora de financiamento oficial deveria ser induzida, isto é, o atual sistema passaria a dispor de apenas 40% das verbas. Além disto, indicou as áreas em que aqueles recursos deveriam ser concentrados "agronegócios; saúde, informática e ambiente" (*O Estado de São Paulo*, 21.06.98). A proposta não prosperou. O sistema encontra-se em mãos de pessoas que pensam como o prof. Demo.

Ao contrário do que supõe o prof. Demo, a pesquisa precisa ser devidamente qualificada. Primeiro para distinguir pesquisa científica de pesquisa tecnológica. Esta última deve estar ligada ao processo produtivo, o que pressupõe que o Estado deixe de financiar aquelas desse caráter efetivadas em instituições dissociadas do processo em causa. O país dispõe de mecanismos capazes de dinamizar esse tipo de atividade. A prioridade deveria consistir em privilegiar aqueles projetos que envolvessem a contratação de pesquisadores. Não vou sugerir que alcancemos os Estados Unidos, não apenas porque os amigos do prof. Demo não gostam, mas por se tratar de uma autêntica alucinação (só comparável às fantasias soviéticas dessa índole, que deram no que deram): empresas privadas em nosso país, que realizam pesquisa, têm em seus quadros *seis mil pesquisadores* contra *setecentos e sessenta mil* nos Estados Unidos. Mas se tomarmos um parâmetro mais aceitável (Coréia do Sul, com 75 mil), o Brasil comportaria dispor de pelo menos 200 mil pesquisadores (temos um PIB

cerca de três vezes superior ao daquele país asiático). Esta deveria ser a nossa primeira prioridade na matéria.

Quanto à pesquisa científica, não faz o menor sentido supor que a Universidade possa empreendê-la. Em matéria de pesquisa da física de altas energias, por exemplo, em que chegamos a merecer um lugar na comunidade internacional, ao tempo da UDF e dos primórdios da USP, mesmo a Europa está sendo obrigada a associar-se aos Estados Unidos. A liderança naquela pesquisa passará a ser exercida pelo projeto conjunto em implantação nas proximidades de Genebra. Para que se tenha idéia do seu tamanho, disporá de um acelerador de partículas com dimensões superiores àquele em funcionamento nos Estados Unidos, cujo diâmetro é de 6,5 km, que deixará de ser o maior do mundo.

Era preciso, em comum acordo com as empresas em funcionamento no país, definir prioridades e estimular mecanismos capazes de funcionar. O setor de telefonia, recém privatizado, parece estar encontrando o caminho, em associação com grupos internacionais. Não tem o menor sentido pensar em projetos autárquicos e muito menos levar em conta o discurso cientificista da Sociedade para a Politização da Ciência.

E, quanto à pesquisa na esfera da filosofia e das ciências humanas, a esperança está em que a Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP) consiga firmar-se.

Para não deixar de dizer uma palavra sobre a universidade pública, entendo que, devendo ser a prioridade do setor público a formação para o exercício da cidadania (dos 106 milhões de eleitores existentes no país, 66% se constituem de 8,5 milhões de analfabetos e os restantes 62 milhões sequer concluíram o primeiro grau), as universidades federais deveriam ser transferidas aos estados, concentrando-se a União na Escola Fundamental, que deveria ser progressivamente estendida até 11/12 séries, como ocorre nos países desenvolvidos. Para isto tampouco precisaríamos de Ministério da Educação mas de uma simples coordenação.

c) De onde provém a tese da escola a serviço de ideologias

Ao contrário do que supõe o prof. Demo, não existe "educação neoliberal". A educação moderna é denominada de *educação liberal*, sem qualquer conotação político-partidária, pela simples razão de que, justamente na Época Moderna, teve início a admissão de ensino de natureza plural. Nos ciclos históricos precedentes, tal não ocorria. Quando Aristóteles entendeu estar de posse de uma filosofia diferente da do seu mestre Platão, saiu da Academia e criou o Liceu, isto é, a sua própria escola. Na Idade Média, toda tentativa de furar o bloqueio da Escolástica acabou mal. Os marxistas fizeram o mesmo na Rússia, mas em matéria de filosofia, não tanto pelo marxismo mas porque se tratava de um Estado Policial (Totalitário). Nos demais aspectos, como indicarei, preservou-se o sistema das grandes escolas, de inspiração francesa.

A idéia de que o sistema educacional estaria a serviço do *establishment* é de origem positivista. Entre nós, Pereira Barreto escreveu o seguinte sobre a Universidade: "Aí se ensina a idolatrar o passado e a abominar o presente. Mas também o contrário. Aí se ensina que existe um Deus, que existem muitos, que não existe nenhum. Todas as contradições, todos os disparates aí encontram uma cadeira assalariada, um abrigo seguro e uma retórica certa. Trata-se, portanto, de um verdadeiro flagelo social". Comte pretendia que a Escola

Politécnica de Paris o proclamasse uma espécie de "Newton da ciência social". Como tal não ocorreu, buscou conceber um esquema próprio de educação. Esta a verdadeira inspiração do prof. Demo.

Dispensar-me de reconstituir a discussão acerca daquilo que, no linguajar marxista, faria parte da superestrutura (deixando de referir Labriola e Mondolfo, na Itália, nos começos do século XX; o grupo de Bernstein na Alemanha, desde a mesma época e mais adiante; Luckacs entre as duas guerras etc.) para limitar-me ao marxismo ortodoxo onde, parece, concentram-se as simpatias do prof. Demo. O debate em causa originou-se no último livro de Stalin – *O marxismo e a questão da lingüística*, 1952). Stalin estava preocupado com o projeto de criação de uma língua científica (oficial), que não passaria, na verdade, de uma tentativa de imposição do russo aos outros povos existentes na União Soviética. Começa por contar a anedota de que os anarquistas, durante a Revolução de Outubro, queriam arrancar os trilhos das ferrovias, porque “eram czaristas”. Postula Stalin: não há trilhos czaristas, isto é, a técnica é neutra, não se insere entre os fenômenos de classes existentes na sociedade, ocorrendo o mesmo com a língua. Depois de sua morte (1953), seguiu-se uma grande discussão estabelecendo-se, também oficialmente, que as ciências naturais não eram de classe, provando-se que a biologia proletária de Lysenko não passava de invencionice. A Faculdade de Filosofia foi proibida de continuar criticando o "idealismo" de Einstein, para não atrapalhar os programas espaciais, apoiados na teoria da relatividade. Aquela instituição não só submeteu-se servilmente como até chegou a proclamar uma grande contribuição de Einstein ao desenvolvimento da dialética, com a categoria "Espaço-Tempo". Enfim, também a Faculdade de Direito teve que aceitar que o direito penal era igualmente neutro. Em matéria de economia, os russos já se haviam dado conta de que, dada a complexidade da indústria, não era possível geri-la senão conhecendo o keynesianismo e a econometria. Nesta última, os poloneses chegaram a destacar-se.

Cabe naturalmente admitir que o prof. Demo não se inspirou diretamente em nossos positivistas, nem em Leônidas Rezende, fundador entre nós da *versão positivista do marxismo* tão cara ao Departamento de Filosofia da USP até hoje agarrada ao que disse Cruz Costa sobre filosofia brasileira. Sua fonte é quase exclusivamente francesa. Mas recomendo-lhe consultar o livro de Leonardo Prota *As filosofias nacionais e a questão da universalidade da filosofia* (Londrina, Editora UEL) onde se aponta a fonte inspiradora das idiotices afirmadas por personagens como Bordieu, ou seja, os autores presentes à bibliografia consultada com exclusão das demais na obra do prof. Demo. Mas a aceitação de tais idiotices só se explica pelo solo em que cultivou o seu conhecimento do marxismo. Ou teria sido diretamente no seminário?

Não tem cabimento a tolerância com as viúvas do comunismo. O país tem direito a uma agremiação inspirada no autêntico socialismo (de tradição ocidental e democrática) como igualmente social-democrata, justamente um dos mais importantes desenvolvimentos da proposta socialista, hoje universalmente aceita pelos grandes Partidos Socialistas da Europa – com a única exceção do PS Francês – e pelo Partido Democrata nos Estados Unidos. As viúvas do comunismo têm conseguido impedir que uma agremiação como o PT, que se imaginava consistiria numa proposta moderna, continue encurralado pelo patrulhamento ideológico dos comunistas. Estes nada têm a ver com o socialismo, inspirando-se diretamente no despotismo oriental e não passando, o que produziram na Rússia, de uma das virtualidades do velho Estado Patrimonial.

(Publicado em *Paradigmas – Revista de Filosofia Brasileira*.
Vol. III, n. 2; julho de 2000, como título “Educação neoliberal; existe?”)